

2006
RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE
REDES DE CONFIANÇA

VERSÃO CONDENSADA



Este é um relatório CarbonoZero.

As emissões de gases com efeito de estufa associadas à sua produção foram compensadas através da capacidade de sequestro de 135 árvores ao longo de um ano, na Herdade da Gâmbia, anulando o respectivo efeito no clima. Foram contabilizadas as emissões resultantes da produção da pasta e do papel, bem como da impressão de todos os seus exemplares, num total de 0,61 toneladas de CO₂eq.

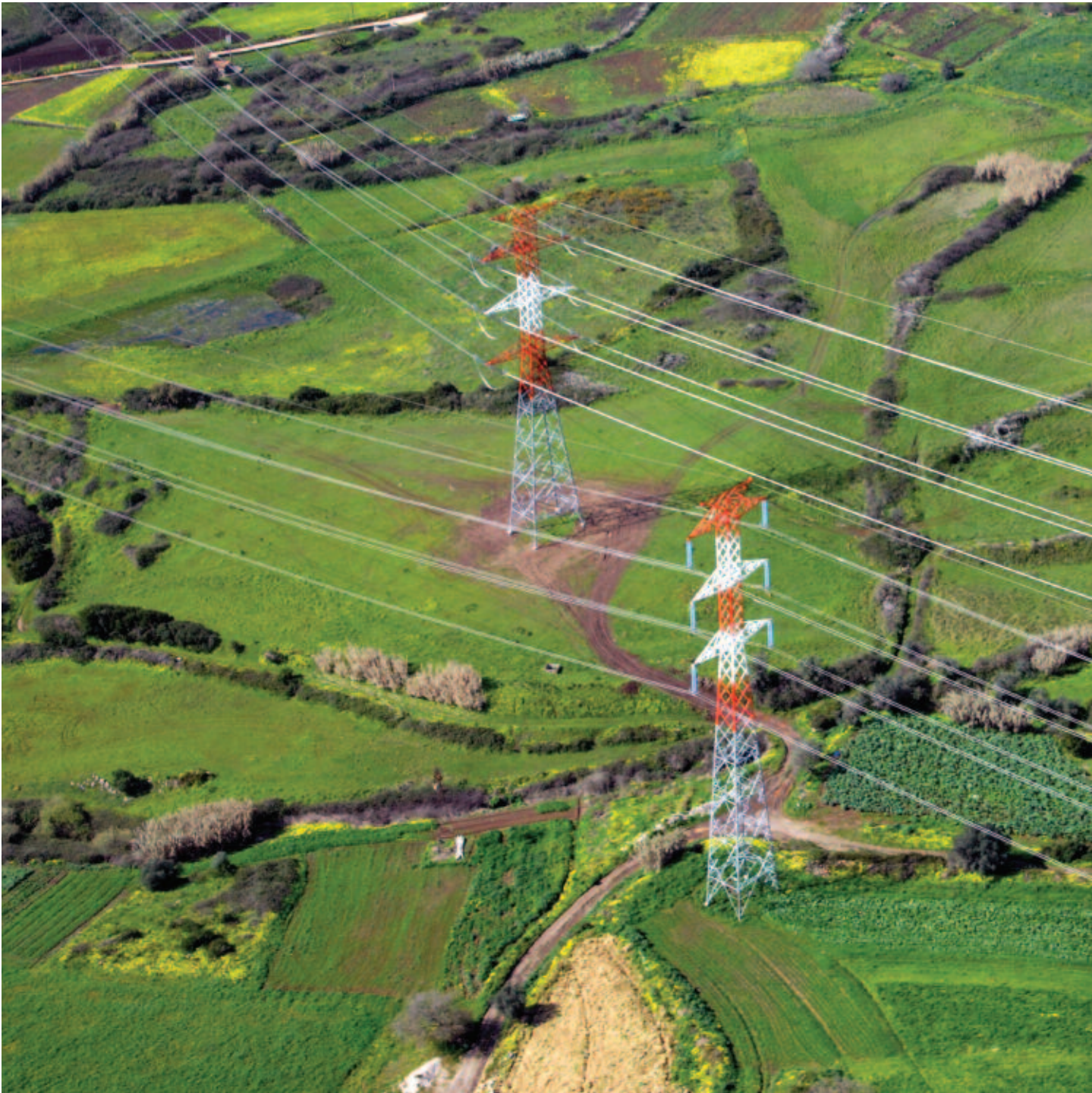
O Relatório de sustentabilidade de 2006 tem por título **redes de confiança**, assinatura ligada à marca da nova imagem. Publica-se em português e inglês e em duas versões: uma integral, na Internet, e uma condensada, em papel.

A sua opinião conta e poderá ajudar-nos a melhorar futuras edições. Pode enviar questões, comentários ou sugestões para o seguinte endereço de correio electrónico **sustentabilidade@ren.pt** e/ou participar no inquérito sobre este relatório preenchendo o **questionário** disponível em **www.ren.pt**

2006 RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE *REDES DE CONFIANÇA*

VERSÃO CONDENSADA





ÍNDICE

04	MENSAGEM DO PRESIDENTE
13	PERFIL
14	Perfil organizacional
15	Parâmetros do relatório
19	VISÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
20	Missão
20	Visão
20	Valores
20	Declarações de política
23	A REN NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA
27	REDES DE CONFIANÇA
28	Breve história das redes
28	Rede eléctrica
29	Rede de gás
30	Governança
34	Relações de confiança
36	Compromissos
45	INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO
46	Nota prévia
46	Análise económica
54	Impactes económicos indirectos
57	INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL
58	Política e gestão ambiental
60	O ambiente e a área de negócio do gás natural
64	Avaliação de impactes ambientais
66	Alterações climáticas e emissões de gases com efeito de estufa
67	Gestão de resíduos
68	Biodiversidade
72	Impacte visual e paisagístico
73	Ruído e campos electromagnéticos
75	Custos ambientais
75	Controlo e supervisão ambiental
77	INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL
78	Gestão do capital humano
84	Sociedade
89	ANEXOS
90	Referências cruzadas
96	Mapas das redes
100	Indicadores
104	Relatório de verificação



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Após a publicação em 2006, pela Rede Eléctrica Nacional, S.A., do seu primeiro Relatório de Sustentabilidade relativo aos exercícios de 2004 e 2005, é com muito gosto que, com este relatório, damos continuidade ao compromisso de prestação regular de contas aos nossos *stakeholders*, agora no âmbito da sociedade REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., no que respeita ao nosso envolvimento e contribuição em 2006 para o desenvolvimento sustentável.

O ano de 2006 fica assinalado pela criação e integração na REN de três empresas da área do gás natural – a REN – Gasodutos, a REN ATLÂNTICO e a REN – Armazenagem. Tendo esta operação sido concretizada apenas em Setembro, uma parte da informação apresentada diz, sobretudo, respeito à Rede Eléctrica Nacional, designadamente os indicadores ambientais. Em futuros relatórios procuraremos apresentar um balanço mais equilibrado do desempenho do conjunto das empresas do Grupo.

Com a outorga, pelo Estado Português, das concessões de transporte, regaseificação e de armazenagem de gás natural, em acréscimo à concessão de transporte de energia eléctrica de que já era titular, a REN viu reforçado, a partir do último trimestre de 2006, o seu posicionamento estratégico no panorama económico nacional e, em particular, no sector da energia.

Daqui deriva, necessariamente, a consciência de uma responsabilidade acrescida no sentido da observância e defesa, por todos os meios ao nosso alcance, dos princípios do desenvolvimento sustentável. Assumimos, assim, o compromisso de manter e aperfeiçoar um modelo de gestão ética e socialmente responsável, procurando considerar nos processos de decisão, de forma equilibrada, os aspectos económicos, sociais e de preservação do ambiente.

Neste quadro de princípios, orientamos os nossos esforços no sentido de podermos vir a ser um dos mais eficientes operadores europeus de transporte de energia, criando valor e procurando ir ao encontro, ou ir mesmo para além, das expectativas dos diferentes grupos de partes interessadas.

Para dar corpo a esta visão de futuro, a REN tem prestado especial atenção a um conjunto variado de vectores estratégicos, dos quais destacaria a criação de valor para os accionistas, o desenvolvimento do capital humano, a segurança e saúde, a qualidade de serviço, a execução racional dos investimentos e a preservação do ambiente.

DESEMPENHO ECONÓMICO

No plano do desempenho económico deve salientar-se o aumento muito significativo do valor criado pela REN em 2006 relativamente ao ano anterior. Para esse acréscimo (de 253,8%), muito contribuiu a venda da participação de 18,3% no capital social da GALP Energia, com uma mais-valia de cerca de 524 milhões de euros, bem como a alteração verificada no processo de convergência tarifária com as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, de que resultou uma diferença favorável de 59 milhões de euros.

Os resultados retidos pelos accionistas ascendem a 461,3 milhões de euros, de acordo com a proposta de aplicação de resultados a submeter à assembleia-geral, montante que supera em 439 milhões de euros o valor do último ano. É ainda de referir que os accionistas beneficiaram, neste exercício, de um dividendo antecipado de 87 milhões de euros que, em conjunto com os resultados retidos, representam mais de 75% do valor criado.

Estes resultados foram obtidos num ano em que, em termos de exploração, o comportamento operacional das empresas do Grupo continuou a situar-se ao melhor nível, seja no tempo de interrupção equivalente, TIE, para a rede de transporte de electricidade que se ficou nos 0,57 minutos (descontados os efeitos qualificados como de força maior relativos ao incidente de 4 de Novembro – que afectaram cerca de 15 milhões de consumidores de electricidade na rede europeia sincronamente interligada), seja nos indicadores de continuidade de serviço da rede de transporte de gás natural, quanto a disponibilidade do sistema e duração média das interrupções de abastecimento, ao universo dos pontos de entrega, que se situaram, respectivamente, em 100% e 0 minutos.

No domínio do investimento, a prioridade continuou a ser dada ao desenvolvimento das infra-estruturas da rede de transporte de electricidade para acomodar a pressão resultante do crescimento acelerado da produção em regime especial, cuja contribuição para a satisfação da procura global de electricidade atingiu os 18%, bem como para dotar o mercado ibérico de uma capacidade técnica da interligação entre Portugal e Espanha que não constitua obstáculo à construção do MIBEL.

DESEMPENHO AMBIENTAL

No domínio dos sistemas de gestão da qualidade, ambiente e segurança, o ano de 2006 apresentou-se com dupla face, o que se traduziu no aprofundamento e consolidação desses sistemas na rede de transporte de electricidade, incluindo a renovação por mais 3 anos do certificado NP EN ISO 14001:2004, e na perda de validade das respectivas certificações na rede de transporte de gás, devido à criação das novas sociedades e sua integração na REN. Procuraremos debelar esta situação num futuro próximo.

Acompanhando o investimento intensivo que temos vindo a realizar na rede eléctrica, foi desenvolvido um conjunto vasto de actividades, que fazem da REN um dos maiores promotores de estudos ambientais a nível nacional, materializados em Estudos de Impacte Ambiental (EIA), Declarações de Impacte Ambiental (DIA), Relatórios de Conformidade Ambiental dos Projectos de Execução (RECAPE) e na adopção de um leque alargado de medidas mitigadoras de impactes.

Continuámos a desenvolver medidas voluntárias de natureza ambiental, enquadradas no Plano de Promoção do Desempenho Ambiental (PPDA), que teve em 2006 um nível elevado de execução, e onde se incluem parcerias e projectos de investigação e desenvolvimento, acções de integração paisagística de subestações, de protecção da avifauna e de requalificação ambiental de corredores de linhas.

Prosseguimos, em conjunto com o Centro de Estudos da Avifauna Ibérica, um projecto de conservação de espécies arborícolas de águia de Bonelli em Portugal, e

estabelecemos um protocolo com o IDAD – Instituto do Ambiente e Desenvolvimento para a realização de estudos no domínio do ruído, aspecto ambiental que reclama o nosso esforço contínuo, no campo técnico e a nível do investimento. Gostaria igualmente de destacar a conclusão da primeira fase da elaboração do "Guia Metodológico para a Avaliação de Impacte Ambiental de Infra-estruturas da Rede Nacional de Transporte", fruto de uma iniciativa conjunta com a Agência Portuguesa do Ambiente e a APAI – Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes.

DESEMPENHO SOCIAL

No domínio social, apraz-me voltar a sublinhar a nossa adesão à iniciativa Global Compact das Nações Unidas, cujos 10 princípios o Conselho de Administração subscreve na íntegra, apoia e procura difundir no seio do tecido empresarial do país. Com este desígnio, a REN constituiu-se como um dos membros fundadores da Rede Portuguesa da Global Compact. Este relatório constitui o suporte que privilegiamos para a comunicação de progresso da aplicação pela REN dos referidos princípios, dando sequência ao compromisso assumido perante o Secretário-Geral das Nações Unidas.

A REN manteve, em 2006, uma participação activa e profícua no Fórum BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, tendo tido o privilégio de estar representada, por jovens quadros de elevado potencial, em todas as edições do projecto Young Managers Team até agora realizadas por aquela organização.

No relatório anterior demos conta da aprovação pela REN de uma Declaração de Compromisso com a Sociedade. Já no início deste ano, o Conselho de Administração da REN aprovou e publicou uma Declaração de Política de Responsabilidade Social, aplicável a todas as empresas do Grupo, documento que retoma e aprofunda os nossos compromissos com a sociedade.

Embora com algum atraso em relação à previsão inicial, demos início, no último trimestre de 2006, a um projecto que visa a sistematização e a melhoria das formas de

comunicação e de relacionamento com as partes interessadas, tendo por base a norma AA 1000 SES – Stakeholder Engagement Standard. Este projecto reveste-se de grande interesse e actualidade, numa altura em que se têm tornado mais frequentes, e aumentado de intensidade, movimentações da população, com grande cobertura pelos *media*, de oposição à construção de novas infra-estruturas.

No domínio do conhecimento e da inovação temos procurado estabelecer e manter parcerias com universidades e centros de investigação, nacionais e internacionais, procurando encontrar as melhores soluções para os problemas, cada vez mais complexos, que se nos colocam. Temos, também, vindo a intensificar a cooperação com organismos internacionais especializados do sector da energia, bem como com empresas congéneres.

Continuámos a apoiar iniciativas da sociedade civil no domínio do mecenato cultural, com destaque para o teatro, o cinema, a fotografia, a literatura e a música, e continuámos a assumir, em 2006, a posição de Mecenaz Exclusivo do Teatro de S. João, no Porto. Apoiámos também diversas iniciativas de carácter desportivo bem como inúmeras organizações de natureza humanitária.

No plano interno, não é demais realçar a importância estratégica da qualificação do capital humano. O Grupo está inserido num sector em mudança, exigente técnica e tecnologicamente, e onde, a cada dia que passa, são requeridas novas competências. Para nos dotarmos de ferramentas que facilitem a identificação e a actualização sistemática das competências necessárias à actividade, bem como a melhor capitalização possível das existentes, desenvolvemos durante este exercício a primeira fase de um projecto de gestão de competências. Este projecto prosseguirá em 2007, prevendo-se a sua aplicação a todas as empresas do Grupo.

No que respeita à prevenção e segurança, destacaria a melhoria global dos indicadores de sinistralidade, tanto a nível dos colaboradores da REN como no que respeita aos empreiteiros e prestadores de serviços que conosco cooperaram. Esta é, contudo, uma tarefa interminável e que não dá tréguas, havendo a lamentar um acidente mortal de

um trabalhador de um prestador de serviços, ocorrido já em 2007. Ainda no âmbito da segurança, gostaria de deixar uma palavra de apreço pelo intensivo programa de simulacros realizado, e outra de agradecimento a todas as entidades, designadamente, as corporações de bombeiros, que connosco têm colaborado.

► Depoimentos

O arranque do MIBEL, a publicação do guia metodológico de avaliação de impacto ambiental e a criação da Rede Portuguesa Global Compact, acontecimentos de 2006 com especial significado para a REN, ficam assinalados neste relatório através das declarações de três personalidades convidadas a dar o seu testemunho.

Os depoimentos, que figuram em destaque nos capítulos de desempenho económico, ambiental e social, foram amavelmente prestados por

Luís Braga da Cruz

Presidente do pólo português do OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia. Coloca a questão da economia da energia e do aprofundamento do MIBEL no contexto da sustentabilidade.

Miguel Coutinho

Presidente da APAI – Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes. Releva a importância da avaliação de impactes na tomada de decisões, da ferramenta que é o guia metodológico e de como este poderá contribuir para a valorização do papel da avaliação de impactes.

Mário Parra da Silva

Presidente da Rede Portuguesa Global Compact e da APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial. Explica o que é a iniciativa Global Compact e em que medida a aplicação dos seus princípios poderá contribuir para promover uma economia mais ética e sustentável.

O FUTURO

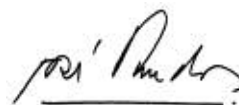
O futuro próximo continua a reservar-nos desafios importantes. Sublinho, particularmente, as responsabilidades decorrentes da gestão do sistema nacional de transporte de electricidade e gás, no quadro duma internacionalização crescente dos problemas de abastecimento de energia e da construção do mercado ibérico de electricidade, MIBEL. Paralelamente, merece também destaque a preparação, que devemos prosseguir na parcela que nos compete, para a liberalização do sector do gás natural.

As questões de natureza regulatória assumem uma importância que não pode deixar de ser relevada na actividade corrente da REN, quer como estabilizador do nível de investimento nas infra-estruturas, para garantir a qualidade de serviço a que está obrigada, quer como indutor de confiança para o mercado, no que respeita à previsibilidade dos resultados da actividade.

A curto prazo, devemos dar continuidade à consolidação da nova estrutura empresarial e do seu, também renovado, modelo de governação, prosseguindo o esforço de reorganização para, sem prejuízo de uma elevada operacionalidade, poder retirar-se o máximo partido das sinergias existentes e incentivar-se a criação de uma “cultura de Grupo” a partir das diferenciadas culturas das empresas que o constituem.

Também a curto prazo, deverá arrancar a primeira fase de privatização da REN, estando a ser ultimada a preparação da Oferta Pública Inicial, iniciativa que não deixará de constituir outro marco na história do sector energético.

Em suma, tivemos um ano de 2006 recheado de actividades realizadas em prol do desenvolvimento sustentável. Acabámos de entrar num novo ciclo, igualmente pleno de desafios, a que procuraremos dar resposta com motivação e empenhamento redobrados.



José Penedos




PERFIL

13	PERFIL
14	Perfil organizacional
15	Parâmetros do relatório
15	Perfil do relatório
16	Âmbito e limites do relatório

PERFIL

PERFIL ORGANIZACIONAL

(2.1) Nome	REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.		
(2.2) Marca e serviços	<div>Marca e atributos</div> <div></div> <div>A REN é uma empresa onde convergem duas redes de confiança, geridas com imparcialidade, eficiência, excelência de serviço, dinamismo e sustentabilidade. A imparcialidade resulta da dissociação da empresa e dos operadores a montante e a jusante e permite garantir a ligação entre produtores e distribuidores de forma isenta. A eficiência e o equilíbrio resultam da exigência e do rigor técnico com que a empresa é gerida. Assumindo uma postura que prima pela excelência do serviço, proporciona um serviço fiável que satisfaz os mais elevados padrões de qualidade. O dinamismo e a preocupação com a sustentabilidade levam a uma acção pró-activa, de modo a antecipar as necessidades energéticas do mercado.</div> <div>Serviços</div> <div>Gestão de participações noutras sociedades que exerçam actividades nos sectores do transporte de electricidade, do transporte e armazenamento de gás natural e da recepção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito.</div> <div>Mediante contratos celebrados com o Estado Português, as empresas participadas são concessionárias dos serviços públicos de:</div> <div><ul style="list-style-type: none">• Gestão global do sistema eléctrico de serviço público, exploração da rede de transporte de electricidade e construção das infra-estruturas que a integram (REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.);• Recepção, transporte, entrega de gás natural através da rede de alta pressão e construção e exploração das infra-estruturas que a integram (REN – Gasodutos, S.A.);• Recepção, injeção, armazenamento subterrâneo, extracção, tratamento e entrega de gás natural, bem como construção e exploração das respectivas infra-estruturas (REN – Armazenagem, S.A.);• Recepção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) em terminal de GNL, bem como construção e exploração das respectivas infra-estruturas (REN ATLÂNTICO, Terminal de GNL, S.A.).</div>		
(2.3) Empresas participadas	Todo o ano de 2006 <ul style="list-style-type: none">• REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. (100%)• RENTELCOM – Comunicações, S.A. (100%)• OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (pólo português), S.A. (90%)	Até 12 de Setembro de 2006 <ul style="list-style-type: none">• Galp Energia SGPS, S.A. (18,3%)	A partir de 26 de Setembro de 2006 <ul style="list-style-type: none">• REN – Gasodutos, S.A. (100%)• REN – Armazenagem, S.A. (100%)• REN ATLÂNTICO, Terminal de GNL, S.A. (100%)
(2.4) Sede	Av. dos Estados Unidos da América, 55 1749-061 LISBOA		
(2.5) Países em que opera	Portugal Continental		
(2.6) Natureza da propriedade e forma jurídica	Sociedade anónima com capital social de 534 milhões de euros, dividido em 534 milhões de acções com o valor unitário de 1 euro		
(2.7) Mercados servidos	Mercado da energia eléctrica e do gás natural. As infra-estruturas representam-se nos mapas das redes eléctrica e de gás natural em anexo		

(2.8) Dimensão	Número de colaboradores*	794	
<i>Situação em 31 de Dezembro de 2006</i>	Vendas e prestações de serviços*	3 175	Milhões de euros
	Capitalização total		
	Capital próprio*	1 031	Milhões de euros
<i>* Valores consolidados</i>	Passivo*	2 930	Milhões de euros
	Quantidade de produtos ou serviços fornecidos		
	Consumo total nacional de energia eléctrica	49 176	GWh
	Procura nacional de gás natural	3,83	Biliões de m³ (n)
	Energia equivalente ao gás natural	45 567	GWh
	Activo total líquido*	3 969	Milhões de euros
	Accionistas: Parpública, SGPS, S.A. (30%); Direcção-Geral do Tesouro e Caixa Geral de Depósitos, S.A. (20% cada); EDP – Energias de Portugal, S.A. (15%); Gestmin, SGPS, S.A.; Logonegria, SGPS, S.A. e Oliren, SGPS, S.A. (5% cada)		
(2.9) Alterações significativas	A criação da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., empresa que gere as concessionárias de serviço público de transporte de electricidade e de transporte, regaseificação e armazenamento de gás natural, e a venda de 15% da participação da EDP a três sociedades são as alterações das estruturas operacional e accionista mais significativas. Outros aspectos relevantes do ano de 2006 estão cronologicamente descritos na secção 3 do relatório e contas		
(2.10) Prémios	Nenhuma das empresas nos limites do relatório recebeu qualquer prémio no ano de 2006		

PARÂMETROS DO RELATÓRIO

O relatório de sustentabilidade de 2006 mantém, basicamente, a mesma estrutura do anterior, da rede eléctrica. Tem por título redes de confiança, assinatura ligada à marca da nova imagem. Publica-se em duas versões: uma integral, na Internet, e uma condensada, em papel. O conjunto deste relatório com o relatório e contas e com o relatório da qualidade de serviço dá conta integral do desempenho da empresa.

No texto que se segue usa-se, de forma abreviada, alusão à REN ou ao Grupo REN quando as informações respeitem à sociedade de gestão de participações sociais. Nos restantes casos identifica-se a empresa a que a informação diz respeito.

PERFIL DO RELATÓRIO

(3.1) Período de reporte	Este relatório abrange o ano civil de 2006, no que respeita à actividade e ao desempenho da rede eléctrica. Períodos de reporte distintos, no que respeita às empresas do gás natural, estão devidamente assinalados, e bem assim, se os dados são ou não consolidados. Referem-se também factos relevantes ocorridos já em 2007, até ao final do primeiro trimestre
(3.2) Data do relatório anterior	O relatório anterior, da rede eléctrica, foi publicado em 31 de Maio de 2006.
(3.3) Ciclo de reporte	Anual
(3.4) Contacto	sustentabilidade@ren.pt – www.ren.pt

ÂMBITO E LIMITES DO RELATÓRIO

(3.5) Definição do conteúdo do relatório	<p>A definição do conteúdo do presente relatório teve em consideração:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A edição de 2006 das directrizes GRI para a elaboração de relatórios de sustentabilidade; • O suplemento sectorial GRI para empresas de electricidade, na versão de rascunho de Janeiro de 2007; • A avaliação da materialidade dos indicadores destes referenciais ponderando, nas vertentes económica, ambiental e social, a relevância dos aspectos e a importância dos impactes no contexto das actividades da empresa; • A opinião das partes interessadas obtida através de um inquérito preliminar específico; • A aplicação das orientações das próprias directrizes.
(3.6-3.7-3.8) Limites do relatório, limitações específicas e base de reporte	<p>Inclui as participadas que são concessionárias de serviço público de transporte de electricidade e de transporte, regaseificação e armazenamento de gás natural. Os impactes económicos, ambientais e sociais das concessionárias de gás natural são considerados apenas no período posterior a 26 de Setembro de 2006, pois esta foi a data da aquisição desses activos.</p> <p>Exclui a Galp porque sobre esta empresa não houve influência significativa.</p>
(3.10-3.11) Reformulações e alterações significativas	<p>O presente relatório integra informação sobre a REN – Rede Eléctrica Nacional e sobre as três empresas do gás natural – REN – Gasodutos, REN ATLÂNTICO e REN – Armazenagem – pelo que quaisquer comparações entre dados do exercício de 2006 e dados dos anos anteriores devem ter em conta que os anteriores apenas respeitam à REN – Rede Eléctrica Nacional. Alterações de métodos de medição:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desempenho económico: no relatório anterior, os valores apresentados diziam respeito apenas à REN – Rede Eléctrica Nacional. Os valores apresentados neste relatório são valores do Grupo REN: em 2005, foram consolidadas as contas do OMIP, OMICLEAR e RENTELECOM. Em 2006, foram também consolidados, pelo método integral, os resultados dos últimos 3 meses das empresas da rede de gás: a REN – Gasodutos e as suas duas sociedades de gasodutos (Campo Maior-Leiria-Braga e Braga-Tuy), a REN – Armazenagem e a REN ATLÂNTICO. • Desempenho ambiental: alterado o método de cálculo das emissões de gases com efeito de estufa e recalculados os anos anteriores (2004 e 2005). Método utilizado: <ul style="list-style-type: none"> • Emissões directas de SF₆: considerou-se para este gás um potencial de aquecimento global de 22 200, indicado no Regulamento Comunitário n.º 842/2006 para um horizonte de 100 anos. • Emissões indirectas de GEE motivadas pelo consumo de electricidade e perdas na rede eléctrica: as emissões foram determinadas utilizando um factor de emissão calculado como quociente entre as emissões de GEE apresentadas para o sector <i>Public Electricity and Heat Production</i> na comunicação de Portugal à Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas e dados estatísticos publicados pela Direcção-Geral de Geologia e Energia sobre o consumo de electricidade em Portugal. • Emissões de GEE associadas à utilização de transporte rodoviário em deslocação em serviço: as emissões foram determinadas utilizando um factor de emissão que conjuga os factores de emissão da gasolina e gasóleo em tCO_{2eq}/tcombustível, publicados no Portuguese National Inventory Report (2006), com os valores das densidades dos mesmos combustíveis publicados em Diário da República. • Desempenho social: No relatório anterior os valores apresentados diziam apenas respeito à REN – Rede Eléctrica, S.A. Durante o ano de 2006, verificou-se a incorporação num novo universo empresarial REN – Redes Energéticas SGPS, S.A. das actividades ligadas ao transporte de gás em alta pressão, recepção de gás no terminal de Sines e armazenamento, o que se traduziu num aumento de efectivos em mais 187 colaboradores.

(3.12) Índice de conteúdo GRI

As referências cruzadas em anexo identificam as informações e os indicadores das directrizes e do suplemento GRI para empresas de electricidade (apenas na versão integral) pelo seu código, descrição e tipo, bem como o local de reporte e a razão da omissão de informação sobre os indicadores. Menciona também os princípios do Global Compact associados aos indicadores das directrizes GRI.

Este relatório satisfaz o requerido no nível de aplicação C das directrizes GRI para relatórios de sustentabilidade.

O nível de aplicação das directrizes GRI foi objecto de confirmação por terceira parte, a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC Lda. e pela GRI.



Nível de aplicação do relatório		C	C+	B	B+	A	A+
Informações padrão	Informações Perfil G3 Saída	1.1 2.1 – 2.10 3.1 – 3.8, 3.10 – 3.12 4.1 – 4.4, 4.14 – 4.15	Verificação independente	Todo o C mais 1.2 3.9, 3.13 4.5 – 4.13, 4.16 – 4.17	Verificação independente	Igual ao B	Verificação independente
	Informações Forma de gestão G3 Saída	Não requerido		Por categoria de indicadores		Igual ao B	
	Indicadores de desempenho G3 Suplemento sectorial Saída	Mínimo de dez indicadores Mínimo de um indicador por categoria		Mínimo de vinte indicadores Mínimo de um indicador por categoria Mínimo de um indicador por subcategoria social		Todos os indicadores essenciais materialmente relevantes G3 e suplemento sectorial Explicar omissões	

(3.13) Verificação independente

Os indicadores de desempenho económico, ambiental e social com grau de materialidade alto foram sujeitos a verificação independente pela PriceWaterHouse Coopers & Associados, SROC, Lda. cujo relatório de verificação independente se inclui em anexo.



VISÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

19	VISÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
20	Missão
20	Visão
20	Valores
20	Garantia do abastecimento
20	Imparcialidade
20	Eficiência
20	Sustentabilidade
20	Declarações de política
20	Política da qualidade, ambiente e segurança
21	Política de responsabilidade social

VISÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MISSÃO

A REN tem como missão garantir o fornecimento ininterrupto de electricidade e gás natural, ao menor custo, satisfazendo critérios de qualidade e de segurança, mantendo o equilíbrio entre a oferta e a procura em tempo real, assegurando os interesses legítimos dos intervenientes no mercado e conjugando as missões de operador de sistema e de operador de rede que lhe estão cometidas.

VISÃO

Ser um dos mais eficientes operadores europeus de sistema de transporte de electricidade e gás natural, construindo valor para os seus accionistas, dentro de um quadro de desenvolvimento sustentável.

VALORES

A REN assume como seus valores fundamentais:

GARANTIA DO ABASTECIMENTO

Explorar e desenvolver as actividades concessionadas e as interligações e terminais de descarga de modo a garantir o fornecimento ininterrupto de energia, satisfazendo todos os critérios de qualidade, criando as condições técnicas para o mercado ibérico de electricidade e gás.

IMPARCIALIDADE

Garantir a todos os intervenientes no mercado energético, produtores, distribuidores, comercializadores e consumidores, acesso às redes e demais infra-estruturas de forma não discriminatória e em condições de igualdade de tratamento.

EFICIÊNCIA

Desempenhar com rigor todas as tarefas que lhe são cometidas e, com a melhor utilização de todos

os recursos, contribuir para o desenvolvimento do País, tendo em vista o bem-estar das populações e a criação de valor para os seus accionistas.

SUSTENTABILIDADE

Gerir as suas actividades de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável, nas vertentes económica, social e ambiental, com aposta no apoio à investigação e desenvolvimento e, ainda, na formação, na ética e no desenvolvimento do potencial dos seus recursos humanos.

DECLARAÇÕES DE POLÍTICA

A REN, no cumprimento da sua missão de serviço público no sector energético nacional, está empenhada na defesa e promoção dos princípios do desenvolvimento sustentável, procurando criar valor, de forma continuada, para os seus accionistas e outras partes interessadas. O Conselho de Administração da REN assume o compromisso de adoptar um modelo de gestão ética e socialmente responsável, procurando considerar nas suas decisões, de forma equilibrada, os aspectos económicos, sociais e de preservação do ambiente. Em sintonia com estas linhas de orientação, o Conselho de Administração da REN compromete-se a aplicar os seguintes princípios no exercício de todas as actividades abrangidas pelos contratos de concessão outorgados pelo Estado Português, em matéria de:

POLÍTICA DA QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA

- Assegurar o cumprimento da legislação, regulamentação e requisitos em vigor aplicáveis à sua actividade, bem como de outros aos quais adira voluntariamente;
- Assegurar que são sistematicamente tidos em consideração os aspectos relevantes da qualidade,

da protecção do ambiente, da segurança e da saúde no trabalho;

- Manter e aprofundar sistemas de gestão da qualidade, do ambiente, da segurança e da saúde no trabalho. Estabelecer nestas vertentes, e em observância do princípio da melhoria contínua, objectivos de melhoria e metas intercalares. Avaliar ciclicamente os resultados obtidos tendo em vista a melhoria da eficácia dos sistemas, introduzindo, sempre que considere oportuno, as acções correctivas necessárias;
- Minimizar os impactes ambientais decorrentes das suas actividades, promovendo a utilização racional dos recursos naturais e a prevenção da poluição e o apoio ao desenvolvimento das energias renováveis;
- Prevenir, por todos os meios ao seu alcance, a ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais de forma a assegurar e manter elevados padrões de desempenho em matéria de segurança e saúde ocupacional;
- Promover o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores, garantindo a adequação das suas competências às funções que desempenham;
- Aperfeiçoar os mecanismos de relacionamento com as partes interessadas para, com base num melhor conhecimento das suas necessidades e expectativas, melhorar o desempenho da REN e o grau de satisfação dos seus colaboradores e outras partes interessadas;
- Envolver, no respeito pelos princípios e compromissos anteriormente referidos, não apenas todos os colaboradores do Grupo mas, também, todos os fornecedores e prestadores de serviços que com a REN cooperam nas diferentes actividades e iniciativas.

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

- Contribuir para o crescimento da economia, gerindo as actividades do Grupo e investindo no sector energético com sentido de responsabilidade e em observância dos mais elevados valores de ética empresarial;
- Contribuir para a contenção dos custos da energia suportados pelos consumidores e para a diversificação das fontes de energia primária, actuando com eficiência e como agente catalisador do desenvolvimento de energias alternativas e de soluções que visem uma utilização mais racional da energia;

- Assegurar a continuidade da actividade do Grupo através de uma adequada gestão dos riscos, designadamente dos riscos não financeiros, actuais ou previsíveis a médio e longo prazo;
- Pugnar pelo respeito efectivo dos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, das principais convenções da Organização Internacional do Trabalho sobre normas laborais e da iniciativa Global Compact das Nações Unidas;
- Respeitar os direitos humanos e, designadamente, a liberdade de afiliação sindical, o direito à negociação colectiva, a eliminação do trabalho infantil e de todas as formas de trabalho forçado, bem como de outras práticas laborais atentatórias da dignidade das pessoas;
- Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento, procurando evitar todas as formas de discriminação não relacionada com a aptidão para a execução do trabalho;
- Promover o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores e colaborar activamente na conciliação entre as respectivas vidas profissional e pessoal;
- Assegurar uma interacção harmoniosa com o meio ambiente, minimizando os impactes ambientais decorrentes das suas actividades, promovendo a utilização racional dos recursos naturais e a prevenção da poluição, tendo em vista a salvaguarda dos direitos das gerações futuras;
- Fomentar e apoiar projectos de investigação e desenvolvimento de interesse para a actividade do Grupo, promovendo activamente a inovação de base tecnológica nacional, com incidência favorável, designadamente, na área do ambiente;
- Patrocinar iniciativas das comunidades locais e da sociedade, em geral, numa lógica de apoio efectivo ao desenvolvimento das populações que mais interagem com as infra-estruturas da REN;
- Combater todas as formas de corrupção;
- Adoptar na comunicação, tanto interna como externa, formas de diálogo aberto e construtivo, com transparência e respeito pela verdade;
- Envolver, no respeito pelos princípios e compromissos anteriormente referidos, não apenas todos os colaboradores do Grupo mas, também, todos os fornecedores e prestadores de serviços que com a REN cooperam nas diferentes actividades e iniciativas.



A REN NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA

23 A REN NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA

A REN NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA

Portugal é um dos cinco países europeus que procederam à completa autonomização da gestão e propriedade das redes de transporte de energia eléctrica em muito alta tensão e de gás natural em alta pressão. Integra ainda o grupo de três países, de entre esses cinco, que reuniram numa só empresa as duas redes de transporte. O que potencia sinergias entre essas redes.

A privatização parcial da REN, prevista para o final do primeiro semestre de 2007, conferir-lhe-á ainda maior independência, relativamente aos agentes do sector energético, pois todos estarão em pé de igualdade com o mesmo limite de participação no capital da REN.

O relançamento do MIBEL (mercado ibérico de electricidade) levou a REN e a REE – Red

Figura 1 – Um sistema eléctrico mais sustentável, no horizonte



Fonte: Expresso, suplemento de economia, edição de 17 de Março de 2007

Infografia de Sofia Miguel Rosa

Eléctrica de España a promoverem uma troca de participação accionista. O reforço da interligação com Espanha e a harmonização de procedimentos na gestão da sua capacidade, na garantia de potência e nos serviços de sistema são outras vertentes contribuintes para o MIBEL.

O MIBGAS (mercado ibérico de gás natural) e a projecção internacional da capacidade ibérica de recepção de gás natural liquefeito na península envolverão proximamente a REN e a Enagás, a empresa espanhola de gás.

A recolha da produção eléctrica de fontes renováveis (e em particular o reforço da produção hídrica e do seu potencial de bombagem), o da cogeração, da microgeração e das centrais a ciclo combinado de gás natural, vai no sentido da redução das emissões de CO₂ do mix da produção eléctrica.

Refira-se ainda o critério de minimização das perdas, quer na rede de transporte de energia eléctrica, quer nas redes dos seus utentes. Garantir-lhes uma integração que ressalve a segurança é o próximo desafio.





REDES DE CONFIANÇA

27	REDES DE CONFIANÇA
28	Breve história das redes
28	Rede eléctrica
29	Rede de gás
30	Governança
34	Relações de confiança
36	Compromissos

REDES DE CONFIANÇA

BREVE HISTÓRIA DAS REDES

Na origem da sociedade de gestão de participações sociais, criada já em 2007, estão outras organizações com um passado histórico mais longo, e que remonta a 1947, no sector eléctrico, e a 1993, no sector de gás natural. O mosaico nas páginas 32 e 33 ilustra o percurso histórico das empresas que antecederam o actual Grupo REN, assinalando-se alguns dos marcos mais significativos, relacionados com alterações tecnológicas ou evoluções estruturantes do ponto de vista organizacional.

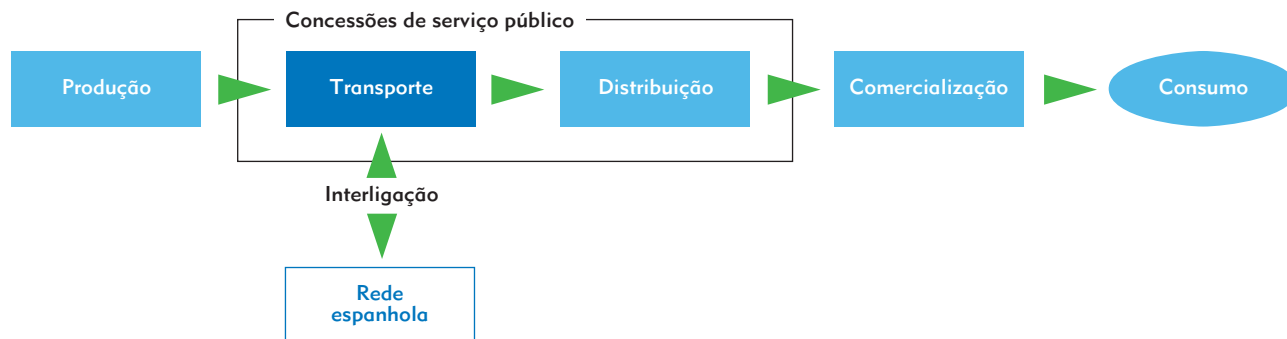
A informação que se segue caracteriza de forma sumária as redes eléctrica e de gás natural, quanto à posição ocupada nos respectivos sistemas e às suas infra-estruturas, as quais se representam nos mapas em anexo.

REDE ELÉCTRICA

Ao operador da rede de transporte de energia eléctrica cabe a gestão técnica global do sistema eléctrico nacional e o planeamento, projecto, construção, operação e manutenção das suas infra-estruturas.

Como a energia eléctrica não se pode armazenar, a REN é responsável pela manutenção em cada instante do equilíbrio entre a produção e o consumo, através da observação e ajuste do fluxo de energia entre a rede portuguesa e a rede espanhola a que nos encontramos interligados. Esta função é permanentemente assegurada pela sala de controlo do sistema eléctrico nacional situada na região de Lisboa. A monitorização do estado de funcionamento do sistema de transporte de energia (linhas, subestações e postos de corte) e a sua operação remota é assegurada pelo centro de operação da rede situado na região do Porto. A estas duas salas chegam em contínuo, através duma rede de telecomunicações extremamente fiável, informações provenientes dos centros produtores, do sistema eléctrico espanhol e de todos os nós da rede de transporte portuguesa. Em situações de emergência ou de catástrofe qualquer uma das salas está preparada para assegurar o conjunto das funções.

Figura 2 – Posição do operador da rede de transporte no conjunto do sistema eléctrico nacional



A evolução das infra-estruturas da rede (linhas e instalações) no triênio 2004-2006 mostra-se na Tabela 1.

Tabela 1 – Infra-estruturas da rede eléctrica

	2004	2005	2006
Comprimento de linhas (km)			
150 kV	2 198	2 282	2 431
220 kV	2 838	2 873	3 080
400 kV	1 454	1 501	1 507
Instalações			
Número de subestações	46	46	49
Número de postos de corte e seccionamento	10	10	10
Potência de transformação (MVA)			
Autotransformação	7 421	7 421	7 871
Transformação	11 977	12 547	13 264

Outras informações e indicadores específicos da actividade de transporte de electricidade, referidos ao suplemento sectorial GRI para empresas de electricidade, encontram-se na versão integral deste relatório disponível na Internet.

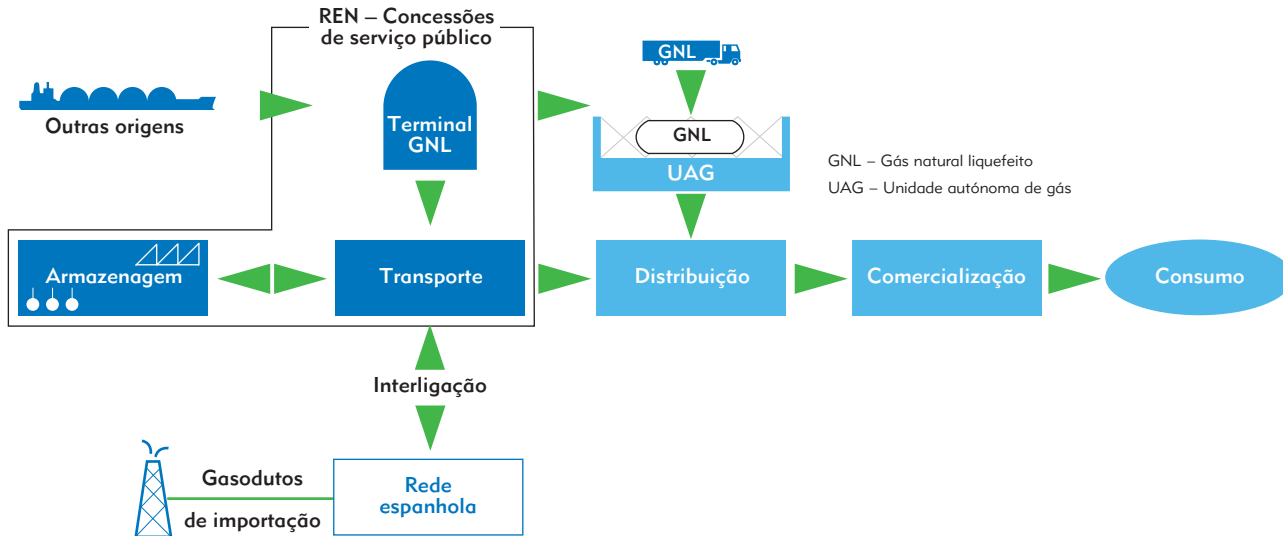
REDE DE GÁS

As empresas REN para o gás natural possuem um papel central na articulação da cadeia de valor e viabilização do abastecimento seguro. A rede de alta pressão (da REN – Gasodutos) constitui uma plataforma logística que interliga as diversas redes de distribuição, o terminal de Sines (da REN ATLÂNTICO), as armazenagens subterrâneas (sendo uma delas da REN – Armazenagem), o sistema espanhol e os gasodutos de importação internacional a partir do Norte de África.

Desenvolvem um conjunto de actividades previstas nos respectivos contratos de concessão onde se inclui o transporte em alta pressão, a gestão global do sistema nacional de gás natural, a recepção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito, a carga de camiões cisterna e o armazenamento de gás natural em cavernas subterrâneas.

As empresas desenvolvem igualmente um papel integrador do sistema de gás natural através do

Figura 3 – Posição das concessionárias de serviço público da REN no conjunto do sistema nacional de gás natural



planeamento, desenvolvimento, expansão e gestão técnica integrada da rede, assegurando a construção das infra-estruturas que lhe estão cometidas e a gestão das interligações internacionais em alta pressão.

Apresenta-se, na Tabela 2, a dimensão dessas infra-estruturas no final do ano de 2006.

Tabela 2 – Infra-estruturas da rede de gás (ano de 2006)

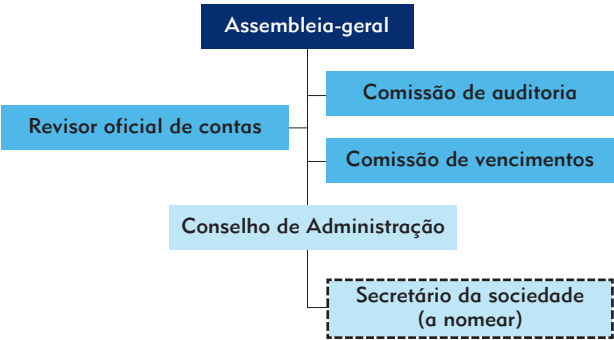
	2006
Gasodutos	
Primeiro escalão (km)	1 218
Estações	
Estações de derivação	46
Estações de derivação para ramais industriais	15
Válvulas de seccionamento	41
Estações de medição de fronteira	1
Estações de regulação e medida	69
Terminal de GNL	
Depósitos de GNL (m³)	2x120 000
Armazenagem subterrânea	
Cavernas de armazenamento (m³ úteis)	76 600 000

A operação da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural em alta pressão (gasodutos e estações) – RNTGN – é monitorizada em contínuo a partir do Centro de Despacho Principal, localizado próximo de Lisboa, cuja redundância é garantida através de uma instalação do mesmo tipo situada na região de Pombal – o Centro de Despacho de Emergência – normalmente não tripulada, mas permanentemente preparada para assumir a mesma função em caso de necessidade. Estes dois pólos recebem os dados de funcionamento em tempo real das instalações da RNTGN e das estações de interface com a rede espanhola e com as infra-estruturas interligadas (o Terminal de GNL de Sines e o Armazenamento Subterrâneo do Carriço) através de um sistema de aquisição de dados suportado numa rede de telecomunicações industrial de elevada fiabilidade. Os Centros de Despacho Principal e de Emergência apoiam a actividade de gestão técnica global do sistema nacional de gás natural que incumbe ao operador da RNTGN, permitindo não só o seguimento da segurança e da integridade do processo de transporte mas também a coordenação sistémica do funcionamento das redes e infra-estruturas de gás natural interligadas.

GOVERNAÇÃO

Em 28 de Março de 2007, na assembleia-geral da sociedade de gestão de participações sociais, foram eleitos, para o triénio 2007-2009, os titulares dos órgãos sociais, designadamente mesa da assembleia-geral, conselho de administração, comissão de auditoria, revisor oficial de contas e comissão de vencimentos (veja-se Figura 4). Do conselho de administração, agora composto por onze membros, faz parte uma comissão executiva constituída pelo presidente e quatro vogais.

Figura 4 – Corpos sociais da REN

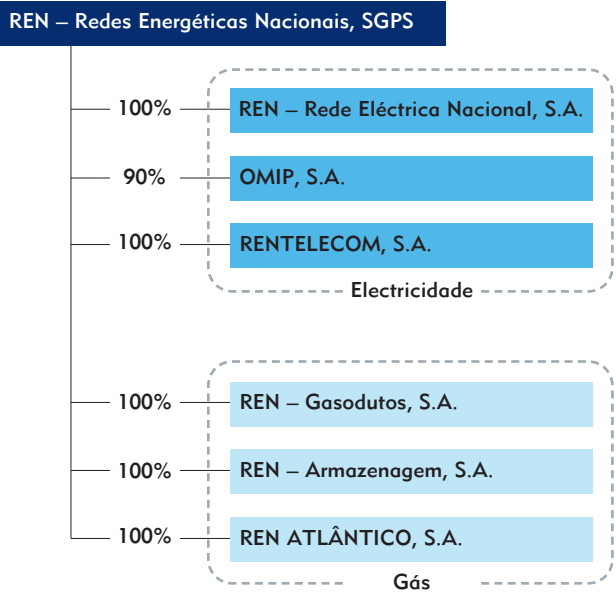


Até àquela data, os órgãos sociais eram compostos pela assembleia-geral, o conselho de administração e o órgão de fiscalização, sendo o conselho de administração composto por cinco membros, um presidente e quatro vogais, todos executivos.

Compete ao conselho a gestão dos negócios, a definição de políticas e objectivos, a elaboração dos planos anuais de actividade e financeiros, bem como o estabelecimento da organização técnico-administrativa e das regras de funcionamento interno. O presidente do conselho de administração representa o conselho, coordena a sua actividade, convoca e preside às respectivas reuniões e zela pela correcta execução das deliberações tomadas (4.2 - 4.3).

As empresas do Grupo REN são as indicadas na figura 5.

Figura 5 – Empresas do Grupo REN



Na rede eléctrica, a estrutura organizacional integra um conselho e uma comissão executiva para os sistemas de gestão da qualidade, ambiente e segurança, bem como uma comissão de segurança, higiene e saúde no trabalho. A actividade desta comissão continua suspensa por falta de eleição dos representantes dos trabalhadores (eleição que está marcada para o dia 5 de Junho de 2007).













Na rede de gás estão constituídas duas comissões, uma vocacionada para a integração dos sistemas de gestão da qualidade, ambiente e segurança e outra especificamente vocacionada para os assuntos de segurança, higiene e saúde no trabalho, que transitaram da empresa anterior, e que aguardam a nomeação da actual gestão para dar continuidade aos trabalhos que lhes são inerentes (4.1).

As reuniões da assembleia-geral são a forma dos accionistas comunicarem ao conselho de administração as suas orientações, recomendações e deliberações.

Às reuniões só podem assistir os accionistas com direito de voto, correspondendo um voto a cada acção.



Na rede eléctrica existe uma comissão de trabalhadores. As reuniões do conselho de administração com esta comissão permitem transmitir ao conselho as preocupações, propostas e expectativas dos colaboradores, através dos seus representantes, e obter do conselho informações e compromissos (4.4).



1947	1948	1949	1950	1951
Constituição da CNE, Companhia Nacional de Electricidade.			Início da exploração da rede a 150 kV.	
1957	1958	1959	1960	1961
 Transporte de transformador para a subestação de Pereiros.	Início da exploração da rede a 220 kV.	Criação do despacho da rede primária.	 Despacho geral na Av. Casal Ribeiro, em Lisboa.	 Travessia do esteiro de Coima pela antiga linha a 150 kV, Porto Alto-Seixal.
1967	1968	1969	1970	1971
 Equipamento de altas-frequências da época.	 Antigo operador automático da subestação de Estarreja.	Constituição da CPE, Companhia Portuguesa de Electricidade, por fusão das principais empresas do sector eléctrico.	 Disjuntor de ar comprimido de 150 kV na subestação de Sacavém.	 Antiga linha Carregado-Porto Alto, actual Carregado-Seixal.
1977	1978	1979	1980	1981
	 Disjuntor 400 kV da subestação de Palmela.	Início da exploração da rede a 400 kV.		 Central da Aguieira.
1987	1988	1989	1990	1991
 Sala de comando, subestação de Canelas.	Inauguração de um novo despacho nacional.	 Transformador 400/60 kV de Riba d'Ave, focando as respectivas travessias.		
1997	1998	1999	2000	2001
Primeiros fornecimentos de gás para a distribuição, indústria e primeira central de ciclo combinado.	 Central de ciclo combinado da TURBOGÁS, na Tapada do Outeiro.	Constituição da Transgás Atlântico.	Entrada em serviço de um novo SCADA. Certificação ISO 9001 da actividade de projecto e construção de linhas e subestações. Separação jurídica da REN do Grupo EDP. Celebração do contrato de concessão.	Constituição da RENTELCOM.

- Electricidade
- Gás
- Marco tecnológico
- Marco organizacional

Fontes das fotografias: Fototeca REN e Adelino Oliveira

<p>1952</p>  <p>Poste da linha Ermesinde-Zêzere, primeira interligação Norte-Sul a 150 kV.</p>	<p>1953</p>  <p>Sala de comando da subestação de Ermesinde.</p>	<p>1954</p>  <p>Subestação anexa à Central do Cabril.</p>	<p>1955</p>  <p>Barramentos de 150 kV da subestação de Ermesinde.</p>	<p>1956</p>  <p>Reforço de alimentação a 60 kV ao Alentejo (futura linha a 150 kV Setúbal-Ferreira do Alentejo).</p>
<p>1962</p>  <p>Posto de corte do Porto Alto.</p>	<p>1963</p>  <p>Analizador de redes.</p>	<p>1964</p>  <p>Central hidráulica de Bemposta.</p>	<p>1965</p>  <p>Oficinas de Sacavém – secção de zincagem.</p>	<p>1966</p>
<p>1972</p> 	<p>1973</p>	<p>1974</p>  <p>Subestação de Valdigem.</p>	<p>1975</p> <p>Constituição da EDP, Electricidade de Portugal, na qual ficou integrada a CPE.</p>	<p>1976</p>
<p>1982</p> 	<p>1983</p> <p>Barragem do Pocinho, vista de jusante.</p>	<p>1984</p>	<p>1985</p>  <p>Lavagem de cadeia de isoladores da linha a 400 kV Palmela-Sines 3.</p>	<p>1986</p>
<p>1992</p>  <p>Moinho na região salaio.</p>	<p>1993</p> <p>Constituição da Transgás.</p>	<p>1994</p> <p>Constituição da REN, Rede Eléctrica Nacional, por cisão da EDP.</p>	<p>1995</p>  <p>Entrada de gás na rede, via fronteira portuguesa.</p>	<p>1996</p>
<p>2002</p>  <p>Seccionador de linha.</p>	<p>2003</p>  <p>Terminal de gás natural de Sines.</p> <p>Constituição do OMIP. Troca de capital entre a OMIP e o OMEL. Certificação ISO 14001. Aquisição de 18,3% do capital da Galp. Início da gestão do terminal GNL de Sines.</p>	<p>2004</p>  <p>Simulacro na subestação de Fanhões.</p> <p>Publicação do primeiro relatório ambiental da rede eléctrica. Certificação dos sistemas de gestão qualidade e ambiente da Transgás (ISO 9001 e ISO 14001).</p>	<p>2005</p>  <p>Armazenagem subterrânea do Carriço.</p> <p>Ligação do primeiro parque eólico à rede eléctrica de muito alta tensão. Certificação ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001 do objecto do contrato de concessão da rede eléctrica. Certificação OHSAS 18001 da Transgás. Início da operação da armazenagem subterrânea de gás.</p>	<p>2006</p>  <p>Simulacro na subestação de Lavos.</p> <p>Publicação do primeiro relatório de sustentabilidade da rede eléctrica. Início da operação do OMIP. Venda da participação da Rede Eléctrica Nacional no capital social da Galp. Constituição da REN – Gasodutos, REN – Armazenagem e alteração da denominação da REN ATLÂNTICO. Renovação da certificação ambiental da rede eléctrica.</p>

RELAÇÕES DE CONFIANÇA

No decurso do período de reporte e no que respeita ao relacionamento com as partes interessadas:

- Realizou-se um inquérito para recolha de opinião sobre o primeiro relatório de sustentabilidade da rede eléctrica, relativo aos exercícios de 2004-2005;
- Iniciou-se um projecto de melhoria do relacionamento com as partes interessadas que adopta a norma AA 1000 SES – Stakeholder engagement standard;
- Realizou-se um inquérito preliminar, especificamente relacionado com o presente relatório, para identificar expectativas quanto ao tipo de informação e importância dos respectivos assuntos.

Este inquérito foi dirigido aos grupos de interesse identificados como prioritários.

A conjugação da informação obtida através dos inquéritos com a avaliação interna da materialidade dos indicadores e informações das directrizes e do suplemento sectorial da GRI para as empresas de electricidade serviu para definir o conteúdo das versões integral e condensada do presente relatório. Permitiu também associar a cada grupo de interesse os indicadores mais relevantes, conforme se mostra na Figura 7.

As iniciativas descritas apenas iniciam novos modos de relacionamento com as partes interessadas. A empresa mantém outras formas de diálogo referidas neste relatório, de que são exemplo as consultas públicas dos estudos e avaliações de impacte ambiental ou as negociações salariais (4.14-4.15).

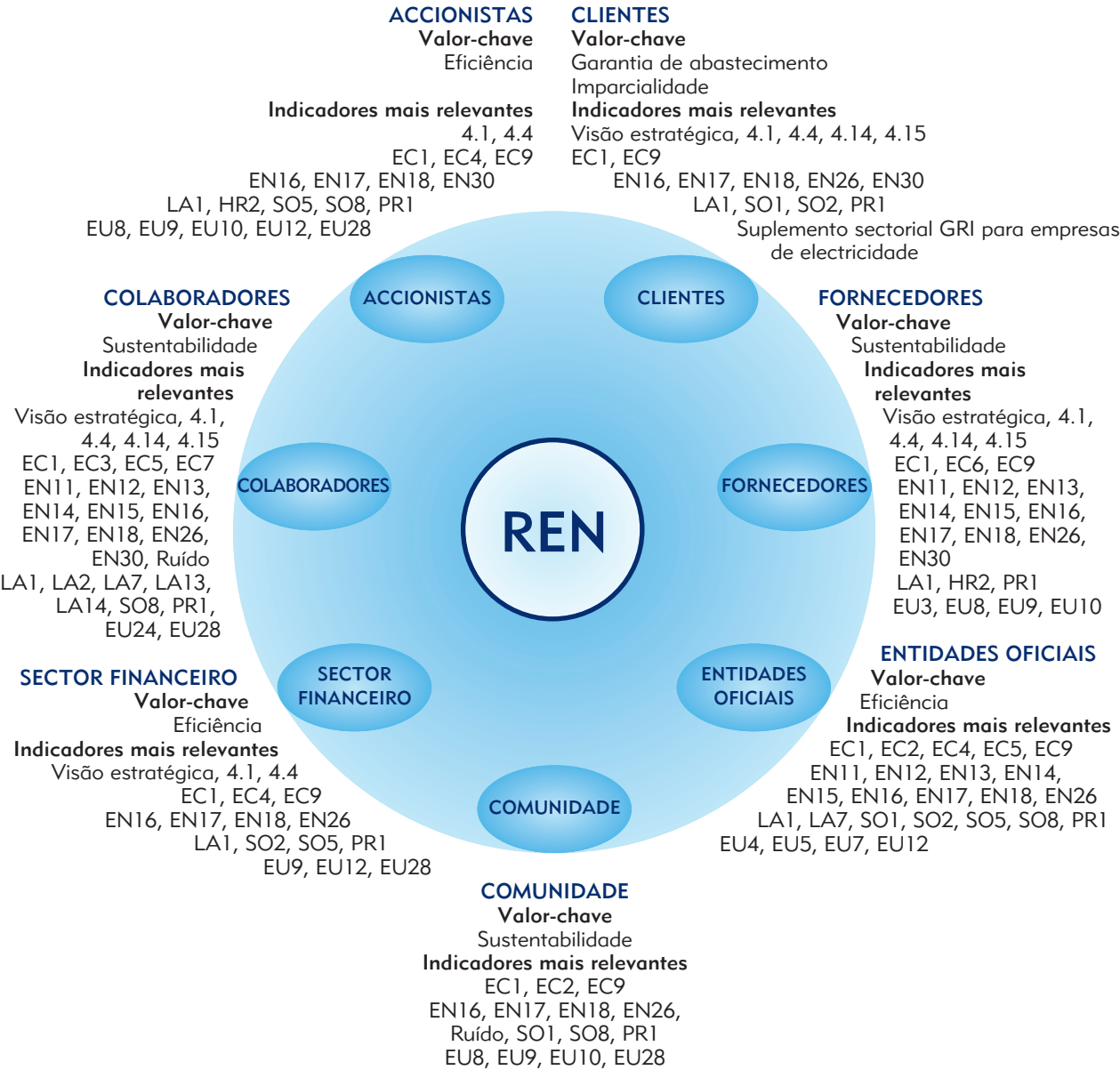
Mais informação sobre o projecto de melhoria do relacionamento com as partes interessadas está disponível na versão integral deste relatório na Internet.

Figura 6 – Sumário dos resultados do inquérito preliminar sobre o relatório de sustentabilidade 2006

- Relativamente ao relatório de sustentabilidade da rede eléctrica, referente aos anos de 2004-2005, objectividade, clareza e cobertura da actividade da empresa foram os pontos fortes mais destacados. Exemplos e estudo de casos, no que respeita a conteúdos, e a apresentação gráfica foram os pontos fracos mais notórios.
- Mais de metade dos participantes no inquérito atribui muita importância ao reporte da sustentabilidade pela empresa, esperando encontrar nos seus relatórios informação sobre os desafios futuros e os compromissos assumidos.
- A maioria dos participantes considera que a sustentabilidade potencia não só a valorização da empresa mas também a sua eficiência.
- O tipo de informação que mais interesse suscita está relacionado com a estratégia e governação, em especial com a visão estratégica da sustentabilidade.
- Nas outras vertentes – económica, ambiental e social – há interesse sobretudo em conhecer o impacto do investimento da empresa na economia do país, as avaliações de impacte ambiental e a qualidade do serviço.



Figura 7 – Grupos de partes interessadas



COMPROMISSOS

No relatório anterior foram assumidos vários compromissos, alguns deles com limite temporal superior a um ano. Encontravam-se dispersos ao longo do texto, destacados em caixas colocadas na proximidade dos temas a que diziam respeito. No presente relatório faz-se um ponto de situação integrado desses compromissos, dando conta das realizações alcançadas em 2006. Adicionalmente, indicam-se as perspectivas para o triénio 2007-2009, agora também para as actividades do gás, categorizando os assuntos segundo as dimensões da sustentabilidade.

Tabela 3 – Compromissos e realizações em 2006

Rede eléctrica			
Assuntos	Compromissos/objectivos	Realizações em 2006	
		Estado	Comentários
Categoria	Económica		
Tarifas	Contribuir para a contenção dos custos de energia eléctrica suportados pelos consumidores.	●	A REN, na sua função de agente comercial do sistema eléctrico de serviço público, tem a missão de otimizar a exploração do parque electroprodutor do sistema, procurando satisfazer os consumos com a mobilização do conjunto de centrais que em cada momento representam o custo mínimo para o sistema no curto, médio e longo prazos. Para tal são usados modelos de simulação do sistema que, integrando informação muito diversa, tal como, custos de combustíveis (centrais térmicas), valias da água (centrais hídricas), indisponibilidades de centrais, preços de importação de energia, previsões de hidraulicidade, de vento, etc., que procuram o mix de produção que corresponde ao custo mínimo. A REN tem vindo a prestar apoio aos promotores de produção em regime especial, à EDP Distribuição e à DGGE na racionalização das ligações daqueles projectos à rede, procurando agregar parques eólicos, otimizar o nível de tensão a que estes se ligam e minimizar o comprimento das ligações de muito alta tensão a integrar na rede, com isso contribuindo para a redução dos custos das redes e para a contenção do custo da energia eléctrica suportado pelos consumidores.
Fontes de energia primária	Contribuir para a diversificação das fontes de energia primária.	●	A REN tem continuado a apoiar os promotores nos processos de ligação à rede, contribuindo assim para a diversificação das fontes de energia primária em Portugal. Tal apoio caracteriza-se, sobretudo, por um relacionamento empresarial personalizado e pela agilização dos processos, sem prejuízo da supervisão que é necessária manter no decurso de cada um deles.
Comercial	Adaptar a gestão comercial do MIBEL e ao novo enquadramento do sector eléctrico.	○	A adaptação da actividade comercial está dependente de alterações regulamentares que ainda não estão em vigor. Não foi ainda necessário adaptar esta actividade uma vez que, durante 2006, o sector eléctrico não teve qualquer alteração de fundo no seu modo de funcionamento.
	Reconverter o sistema informático do mercado da energia ao novo modelo do sector eléctrico.	○	Uma vez que o sistema informático do mercado de energia continuou a reflectir na íntegra a realidade comercial em vigor (contratos de aquisição de energia), não foi necessária, para já, a sua adaptação.
Categoria	Ambiental		
Impacte ambiental	Minimizar a contribuição da REN para a depleção da camada do ozono, através da substituição programada de equipamentos de refrigeração e de ar condicionado que contêm CFC e HCFC.	●	Cumprido o plano de substituição dos equipamentos para 2006: foram substituídos 61 equipamentos de ar condicionado contendo R22 em 14 instalações da rede eléctrica.

● Concluído ● Em curso ○ A iniciar

Tabela 3 – Compromissos e realizações em 2006 (continuação)

Rede eléctrica			
Assuntos	Compromissos/objectivos	Realizações em 2006	
		Estado	Comentários
Categoria	Ambiental		
Impacte ambiental	Prosseguir o desenvolvimento da sua infra-estrutura em harmoniosa interacção com o meio ambiente, adoptando as melhores práticas internacionais.	●	Realizado um conjunto de actividades: Estudos de Impacte Ambiental (EIA), Declarações de Impacte Ambiental (DIA) e Relatórios de Conformidade Ambiental dos Projectos de Execução (RECAPE), medidas mitigadoras, Plano de Promoção do Desempenho Ambiental (PPDA). Renovada a certificação ambiental (ISO 14001:2004).
	Implementar medidas de minimização do ambiente sonoro na envolvente de subestações, sempre que técnica e economicamente viáveis.	●	Realizadas novas campanhas de monitorização do ambiente sonoro. Elaboradas especificações técnicas para transformadores de potência. Encapsulado transformador na subestação da Batalha. Substituídos transformadores na subestação de Vermoim. Estabelecido protocolo com o IDAD – Instituto do Ambiente e Desenvolvimento.
	Minimizar o impacte paisagístico das subestações, de forma a preservar os valores cénicos das suas envolventes.	●	Concluídos os projectos de integração paisagística das subestações de Palmela, Fernão Ferro e Custóias; as respectivas obras terão início em 2007. Adiada a integração paisagística da subestação de Trajouce, aguardando obras de remodelação nesta instalação.
	Minimizar o risco de contaminação de solos e recursos hídricos, através do estímulo dos prestadores de serviços externos à adopção de boas práticas ambientais em todos os trabalhos realizados para a REN.	●	Revistos os cadernos de encargos para contemplarem novos requisitos ambientais. Distribuído o manual de boas práticas ambientais. Realizadas sessões de sensibilização em obra.
	Minimizar o risco de contaminação do solo por derrame de substâncias através da melhoria dos locais de armazenamento de resíduos e ainda, com a construção de bacias de retenção de óleo para os transformadores que delas não disponham.	●	Concluídos os trabalhos nas subestações de Vermoim e Mogofores, as únicas instalações onde a situação se verificava.
Consumo de recursos básicos	Reduzir o consumo de: papel nos escritórios; electricidade no edifício sede da REN; água para rega e sanitários, nas instalações com captação própria.	●	Identificadas potenciais medidas de minimização dos consumos. Publicados materiais para sensibilização dos colaboradores (manual e cartazes).
Categoria	Social		
Diálogo com as partes interessadas	Melhorar a forma de avaliação das expectativas e da satisfação das partes interessadas.	●	Iniciado um projecto de melhoria do relacionamento com as partes interessadas baseado na metodologia da norma AA 1000 SES <i>Stakeholder engagement standard</i> .
Capital humano	Implementar um sistema de gestão de competências.	●	Realizado o levantamento das competências dos postos de trabalho. Realizado o levantamento das competências das diversas funções.
Categoria	Económico-ambiental		
Contabilidade ambiental	Aperfeiçoar o apuramento de custos e investimentos ambientais de modo a garantir o cumprimento da directriz contabilística 29.	●	Adoptadas medidas que permitem o apuramento de custos, proveitos e investimentos de carácter ambiental. Nos documentos de prestação de contas será evidenciada a informação ambiental relevante. Este processo poderá ter melhorias sensíveis na área do investimento e da imputação de custos internos.

● Concluído ● Em curso

Tabela 3 – Compromissos e realizações em 2006 (continuação)

Rede eléctrica			
Assuntos	Compromissos/objectivos	Realizações em 2006	
		Estado	Comentários
Categoria	Económico-ambiental		
Contabilidade ambiental	Implementar uma metodologia de registo dos custos e proveitos ambientais que permita uma recolha centralizada da informação.	●	Identificadas as necessidades e criados centros de análise para registo dos custos e proveitos de carácter ambiental. Um desses centros de análise suporta exclusivamente custos do plano de promoção do desempenho ambiental. O tipo de custo/proveito movimentado é evidenciado pela natureza utilizada. Custos referentes a consumos de electricidade, água e de matérias-primas são apurados em naturezas específicas.
Categoria	Sócio-económica		
Qualidade de serviço	Dar continuidade ao esforço que vem sendo empreendido para manter e, se possível, melhorar o nível de desempenho da rede de transporte de energia eléctrica, alicerçado num adequado volume de investimentos.	●	O nível de desempenho da rede pode ser ilustrado pelos indicadores de continuidade de serviço apresentados no presente relatório com referência ao indicador EU7, relativo às interrupções de abastecimento, do suplemento sectorial GRI para empresas de electricidade. Por outro lado, o volume de investimentos realizados e o seu impacto económico é igualmente reportado no presente relatório com referência ao indicador EC8.

● Concluído ● Em curso

Tabela 4 – Compromissos e acções para o triénio 2007-2009

Redes energéticas		
Assuntos	Compromissos/objectivos	Acções previstas para o triénio 2007-2009
Categoria	Económica	
Tarifas	Contribuir para a contenção dos custos de energia eléctrica suportados pelos consumidores.	A REN continuará a prestar todo o apoio aos Promotores de Projectos PRE no sentido da racionalização das ligações dos PRE à RNT, por forma a conseguir-se a minimização das perdas e a redução do número e comprimento das linhas de interligação dos PRE à RNT, com isso contribuindo para a redução dos custos das redes e, por essa via, para a contenção do custo da energia eléctrica suportado pelos consumidores. Adaptar a gestão comercial do MIBEL ao novo enquadramento do sector eléctrico. Reconverter o sistema informático do mercado de energia ao novo modelo do sector eléctrico.
Fontes de energia primária	Contribuir para a diversificação das fontes de energia primária.	As energias renováveis continuarão a predominar e a sua intermitência vai exigir maior capacidade de regulação do sistema eléctrico, pois à natural variabilidade do consumo sobrepõe-se agora a intermitência desta produção eléctrica. O reforço proposto para a componente hídrica é, no entanto, uma forma de atenuar essa intermitência. Estes diferentes tipos de geração, uns mais voláteis que outros, têm consequências nos fluxos de potência na RNT, tornando-os mais variáveis e imprevisíveis. A REN continuará a colaborar com as entidades oficiais na revisão dos regulamentos para ter em conta a nova realidade de geração embebida nas redes de distribuição, tendo em vista a manutenção de níveis de qualidade de abastecimento eléctrico elevados. A REN tem vindo a colaborar na preparação dos recentes concursos para atribuição de pontos de interligação à rede eléctrica de serviço público (RESP) para produção a partir de fontes da energia renovável (FER), assim como na apreciação das propostas apresentadas pelos concorrentes. Tendo a ENEOP – Eólicas de Portugal sido a vencedora da fase A do Concurso, a REN tem vindo a acompanhar e enquadrar

Tabela 4 – Compromissos e acções para o triénio 2007-2009 (continuação)

Redes energéticas		
Assuntos	Compromissos/objectivos	Acções previstas para o triénio 2007-2009
Categoria	Económica	
Fontes de energia primária	Contribuir para a diversificação das fontes de energia primária.	o plano de desenvolvimento dos parques a instalar pela ENEOP, totalizando 52 parques eólicos até final de 2012, num total de 1200 MW instalados, dos quais se prevê que venham a ser instalados 16 parques eólicos até final de 2009, num total de 318 MW instalados. Está neste momento ainda a decorrer a fase B do Concurso que se prevê possa estar terminada até final do 3º trimestre de 2007.
	Garantir o abastecimento às centrais de ciclo combinado existentes, bem como às novas centrais de ciclo combinado previstas construir, dando assim contributo de relevo para a diversificação da energia primária para produção de energia eléctrica.	Prevista a satisfação dos pedidos de abastecimento às seguintes centrais de ciclo combinado: <ul style="list-style-type: none"> • Central CC da Galp Energia, em Sines; • Central de CC da Tejo Energia, no Carregado; • Central de CC da EDP, em Lares; • Central de CC da Iberdrola, em Lavos.
Alterações climáticas	Definir metodologia para registo e apuramento de custos associados a fenómenos atmosféricos e a alterações climáticas.	Promover investigação e desenvolvimento neste domínio em parceria com entidades externas/universidades. Desenvolver estudo para caracterizar implicações económicas, riscos e oportunidades associados às alterações climáticas.
Impactes económicos indirectos	Quantificar as implicações económicas indirectas da actividade da REN.	Criar grupo de trabalho com entidades externas/universidades. Identificar as variáveis-chave para avaliação dos impactes económicos indirectos a partir da validação das variáveis conhecidas. Trabalhar metodologia de cálculo.
Comercial	Concretizar a expansão do Sistema Nacional de Gás Natural, designadamente das infra-estruturas da RNTIAT, por forma a garantir a segurança do abastecimento de GN ao mercado, satisfazendo as necessidades da procura deste combustível, no respeito pela segurança de pessoas e bens e do meio ambiente.	Prevista a concretização das seguintes actividades: <ul style="list-style-type: none"> • Estudo, projecto e instalação de estação de compressão na RNTGN; • Estudo, projecto e instalação de terceiro tanque de GNL, e respectivas instalações de processo, no terminal de GNL de Sines.
	Garantir o abastecimento em alta pressão aos actuais e futuros clientes industriais de modo a responder plenamente às necessidades de GN da indústria nacional.	Prevista a satisfação dos pedidos de abastecimento aos seguintes clientes industriais: <ul style="list-style-type: none"> • Portucel, em Setúbal; • Refinaria da Galp, em Matosinhos; • Repsol, em Sines; • Advansa, em Sines; • Biodiesel, em Sines.
	Promover a interoperacionalidade da RNTIAT com as redes internacionais a que o sistema se encontra ligado, promovendo o desenvolvimento do Mercado Ibérico do GN.	Prevista a implementação das seguintes acções: <ul style="list-style-type: none"> • Estudo, projecto e instalação de sistema de parameterização remota da taxa de odorização nas estações GRMS da RNTGN; • Instalação de equipamentos de análise de componentes de enxofre nos diversos pontos de entrada da RNTGN com ligação à rede de gás espanhola.

Tabela 4 – Compromissos e acções para o triénio 2007-2009 (continuação)

Redes energéticas		
Assuntos	Compromissos/objectivos	Acções previstas para o triénio 2007-2009
Categoria	Ambiental	
Impacte ambiental	Minimizar a contribuição da REN para a depleção da camada do ozono, através da substituição programada de equipamentos de refrigeração e de ar condicionado que contêm CFC e HCFC.	Na área da electricidade, prosseguir as actividades de substituição até 2010 dos equipamentos de refrigeração e ar condicionado.
	Prosseguir o desenvolvimento da sua infra-estrutura em harmoniosa interacção com o meio ambiente, adoptando as melhores práticas internacionais.	Na área da electricidade, continuar com as iniciativas e actividades previstas nos processos de Avaliação de Impacte Ambiental de novos projectos. Executar o segundo ano do Plano de Promoção de Desempenho Ambiental 2006-2008. Manter o certificado ISO 14001. Na área do gás, prosseguir com o desenvolvimento da sua infra-estrutura em harmoniosa interacção com o ambiente, adoptando as melhores práticas internacionais.
	Implementar medidas de minimização do ambiente sonoro na envolvente de subestações, sempre que técnica e economicamente viáveis.	Reavaliar globalmente o ambiente sonoro na envolvente das instalações da empresa função da publicação do Regime Legal de Poluição Sonora. Na área da electricidade, desenvolver o trabalho previsto no Protocolo REN/IDAD (Instituto do Ambiente e Desenvolvimento) para consolidar metodologias e apresentação de proposta à Autoridade Competente (Instituto do Ambiente).
	Minimizar o impacte paisagístico das subestações, de forma a preservar os valores cénicos das suas envolventes.	Prosseguir, até 2008, com os trabalhos de integração paisagística nas subestações de Palmela, Fernão Ferro e Custóias.
	Minimizar o risco de contaminação de solos e recursos hídricos, através do estímulo dos prestadores de serviços externos à adopção de boas práticas ambientais em todos os trabalhos realizados para a REN.	Na área da electricidade, divulgar a nova Especificação Técnica modular, abrangendo todas as actividades em <i>outsourcing</i> da REN, com requisitos e exigências ambientais para os prestadores de serviços. Na área do gás, minimizar o risco de contaminação do solo e recursos hídricos, através do estímulo dos prestadores de serviços externos à adopção de boas práticas ambientais em todos os trabalhos realizados.
	Reduzir os riscos ambientais associados ao derrame de substâncias e preparações perigosas nas subestações.	Dotar todas as subestações de medidas de intervenção rápida em caso de derrame (kit derrame). Na área do gás, vão ser melhorados os locais de armazenagem de resíduos e construídas bacias de retenção de óleos, combustíveis e outros produtos agressivos em todas as situações que se considerem exigíveis.
	Analisar a viabilidade de reflorestar áreas do território nacional para compensação das árvores anualmente abatidas.	Estudar cenários de reflorestação (identificar áreas e parcerias a estabelecer para o efeito). Identificar os custos associados aos cenários. Estimar o impacte da reflorestação na redução das emissões. Preparar documento com os resultados da avaliação técnico-económica da reflorestação.
Consumo de recursos básicos	Reduzir o consumo de papel nos escritórios; electricidade no edifício sede da REN; água para rega e sanitários, nas instalações com captação própria.	Divulgar cartazes com boas práticas para redução dos consumos. Cálculo de indicadores unitários de consumo per capita dos recursos básicos.
Comunicação ambiental	Desenvolver elementos de comunicação e informação destinados ao público em geral, sob forma de folhetos impressos e disponíveis na Internet.	Criar um plano de comunicação atendendo ao público-alvo e aos temas mais relevantes a considerar.

Tabela 4 – Compromissos e acções para o triénio 2007-2009 (continuação)

Redes energéticas		
Assuntos	Compromissos/objectivos	Acções previstas para o triénio 2007-2009
Categoria	Social	
Diálogo com as partes interessadas	Melhorar a forma de avaliação das expectativas e da satisfação das partes interessadas.	Prosseguir a execução dos três programas do projecto de melhoria do diálogo com as partes interessadas: colaboradores, clientes e outras partes interessadas.
Capital humano	Implementar um sistema de gestão de competências do qual vai resultar um melhor conhecimento das competências necessárias para cada função, das competências que estão a ser utilizadas no desempenho de cada posto de trabalho e das competências de que os colaboradores são titulares.	Implementar o modelo de Gestão de Competências definido em 2006.
	Promover e incentivar as iniciativas dos colaboradores que pretendam recorrer ao RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, mediante o qual, os interessados podem aceder a um certificado, emitido com base no que aprenderam pela experiência de vida, fora dos sistemas formais de educação e formação.	Divulgar e promover junto dos colaboradores esta iniciativa governamental através da distribuição de informação e da facilitação da apresentação de candidaturas.
Categoria	Económico-ambiental	
Contabilidade ambiental	Aperfeiçoar o apuramento de custos e investimentos ambientais de modo a garantir o cumprimento da Directriz Contabilística 29.	Complementar, na área do gás, o que já foi realizado na área da electricidade.
	Implementar uma metodologia de registo dos custos e proveitos ambientais que permita uma recolha centralizada da informação.	Complementar, na área do gás, o que já foi realizado na área da electricidade.
Categoria	Sócio-económica	
Qualidade de serviço	Dar continuidade ao esforço que vem sendo empreendido para manter e, se possível, melhorar o nível de desempenho da rede de transporte de energia eléctrica, alicerçado num adequado volume de investimentos.	Executar os planos de investimento de triénio, de cerca de 877 milhões de euros (veja-se repartição no final do capítulo sobre desempenho económico).
	Garantir a continuidade do abastecimento de GN, de acordo com o "Regulamento da Qualidade de Serviço", publicado pela ERSE, nomeadamente no que respeita à Disponibilidade do Sistema de Transporte.	Dar continuidade, não só, aos "Planos Anuais de Manutenção", como também, aos indispensáveis investimentos no desenvolvimento na rede, como são os propostos e indicados no PDIR intercalar (Plano de Desenvolvimento Infra-estruturas na RNTIAT): <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Gestão de Manutenção e Integridade do sistema; • Substituição e melhoria de sistemas e equipamentos em final de vida útil ou tecnologicamente obsoletos; • Reforço das capacidades de monitorização, designadamente dos parâmetros de qualidade do Gás Natural recebido, transportado e entregue.

Tabela 4 – Compromissos e acções para o triénio 2007-2009 (continuação)

Redes energéticas		
Assuntos	Compromissos/objectivos	Acções previstas para o triénio 2007-2009
Categoria	Sustentabilidade	
Política de responsabilidade social	Implementar a política de responsabilidade social.	Prosseguir o investimento nas redes para melhoria da qualidade de serviço em locais críticos, reforço das interligações facilitadoras do desenvolvimento do mercado ibérico e ligação de novos centros electroprodutores.
		Rever o código de ética conforme a norma NP 4460-1 e estabelecer o processo de gestão da sua aplicação, considerar a realização de auditorias internas no domínio da ética.
		Relançar, agora ao nível do Grupo, a análise e/ou gestão dos riscos e instituir um gabinete de crise.
		Cooperar no âmbito da Rede Portuguesa Global Compact em iniciativas de divulgação e implementação dos 10 princípios e incorporar nos cadernos de encargos novas cláusulas relativas à observância dos princípios do Pacto Global.
		Formalizar mecanismos de apoio aos colaboradores que potenciem o encaminhamento e tratamento sistemático de situações que se enquadrem nos temas dos direitos humanos e da igualdade de oportunidades.
		Promover o trabalho a tempo parcial e outros mecanismos de apoio à conciliação da vida profissional com a vida familiar.
		Implementar a nova metodologia de gestão dos riscos ambientais.
		Dialogar com os fornecedores sobre as declarações de política da qualidade, ambiente e segurança e responsabilidade social, obter a sua adesão expressa e fomentar o desenvolvimento de planos de acção para a sua aplicação prática.





INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO

45 INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO

46 Nota prévia

46 Análise económica

46 Criação e distribuição de valor

54 Segurança na reforma

54 Impactes económicos indirectos

INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO

NOTA PRÉVIA

O relatório e contas 2006, aprovado pelos accionistas em assembleia-geral, apresenta e analisa com pormenor o desempenho económico do Grupo REN. A evolução económica e financeira, o investimento e os resultados são tratados, nesse documento, de forma circunstanciada e, não raras vezes, dissecados com alguma exaustividade.

No relatório de sustentabilidade 2006 foram considerados os aspectos das directrizes GRI com materialidade no Grupo REN, evitando-se redundâncias com o relatório e contas.

Por outro lado, a evolução do Grupo, com alteração relevante do perímetro de consolidação, implica que a informação económico-financeira tenha de ser suportada numa análise cuidadosa, pois os valores de 2006, não são comparáveis com os dos anos anteriores.

A CPR – Companhia Portuguesa de Rating, S.A., na sequência do processo de *follow-up*, atribuiu à Rede Eléctrica Nacional, S.A. a notação de “forte” (A+), pela sua capacidade em honrar atempadamente os seus compromissos financeiros de médio e longo prazo. Essa capacidade depende fundamentalmente das características do contrato de concessão da rede nacional de transporte de energia eléctrica de que é titular, da regulação aplicável a esta actividade e da responsabilidade solidária da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

ANÁLISE ECONÓMICA

CRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VALOR (EC1)

Com a aquisição dos activos do gás, a actividade do Grupo REN passou a ter um impacte acrescido na economia portuguesa, com efeitos reflectidos parcialmente em 2006, uma vez que o processo de integração ocorreu no último trimestre do ano. Os valores apresentados, para a criação e distribuição de valor, são consolidados a nível do Grupo e, face à evolução verificada, com perímetro de consolidação diferente nos três anos do período reportado.

A actividade das empresas do Grupo proporciona emprego directo e indirecto, sendo um factor de geração de riqueza, designadamente, para fornecedores de materiais e equipamentos e prestadores de serviços. O plano de investimento tem sido ambicioso, respondendo às novas necessidades do mercado de energia, oferecendo oportunidades de negócio aos agentes económicos qualificados como fornecedores das empresas do Grupo REN.

Em 2006, o investimento realizado pela Rede Eléctrica Nacional, em linha com o que se verificou no ano anterior, foi superior a 200 milhões de euros.

O valor criado na sociedade pela REN, foi parcialmente retido para financiar a sua actividade, e a parte restante foi distribuída por:

- Trabalhadores e corpos gerentes, sob a forma de salários, distribuição de resultados a trabalhadores e benefícios diversos;
- Accionistas, sob a forma de dividendos pagos;
- Instituições financeiras, com o pagamento de juros e de despesas financeiras;
- Estado, através do pagamento de impostos;
- Comunidade, através de mecenato cultural e de acções de apoio a actividades de cariz cultural, científico, tecnológico e social, relevantes para a sociedade.

Luís Braga da Cruz é Presidente do pólo português do Operador do Mercado Ibérico de Energia, criado por iniciativa dos Governos de Portugal e de Espanha, com o objectivo de fomentar a concorrência no mercado de energia da Península Ibérica.



LUÍS BRAGA DA CRUZ – Presidente do OMIP

No seu depoimento para o relatório de sustentabilidade reconhece que a REN “coloca as questões da sustentabilidade no centro da sua agenda”, e valoriza a responsabilidade e o empenho manifestados pela Empresa no lançamento do OMIP e no aprofundamento do MIBEL como mercado regional de energia, antecipando a construção do futuro mercado único europeu.

Depoimento

Desde que a Sr.ª Gro Brundtland consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável, no relatório “O Nosso Futuro Comum”, em 1987, até ao Conselho Europeu da Primavera de 2007, em que a União Europeia reconheceu que a ameaça real das alterações climáticas exige terem de se assumir medidas com urgência e de forma efectiva, a nossa consciência colectiva muito mudou.

Quando as palavras são usadas em demasia, corre-se o risco de esvaziarem o seu sentido mais profundo. Com a “sustentabilidade” o risco é ainda maior, dada a natureza do que queremos acautelar. Salvar a terra não é apenas enfatizar a necessidade

de fazer a gestão de recursos finitos, como aqueles que mobilizamos todos os dias, é garantir condições de vida às gerações futuras.

Significa que as preocupações de sustentabilidade devem cortar transversalmente toda a actividade de uma comunidade organizada e, por maioria de razão, a vida de uma empresa.

Não é difícil identificar esta preocupação na REN. Para alguns, os sinais mais visíveis têm uma relação com as formas como cuida da sustentabilidade ambiental. Estas vão desde as soluções para os ninhos das cegonhas nos apoios das linhas de muito alta tensão, à caracterização das rotas migratórias da avifauna ou ainda aos estudos de impacto ambiental para as novas infra-estruturas de transporte.

Mas cuidar da sustentabilidade é também desejar que a economia da energia cumpra as regras de um mercado mais liberalizado e que as boas práticas sejam cumpridas por parte de uns e outros.

A responsabilidade da REN no lançamento do OMIP (Pólo Português do Operador do Mercado Ibérico de Energia) e o empenho que sempre manifestou em aprofundar o MIBEL, como mercado regional que antecipa a construção do futuro Mercado Único Europeu para a Energia, são claras manifestações dessa vontade.

Zelar pela sustentabilidade é também ter a preocupação de levar informação a toda a população, com vista a criar maior sensibilidade em relação aos problemas de eficiência energética, da economia de energia, da redução de perdas, do uso racional da energia e da inovação no sector da energia. Da Estratégia Nacional para a Energia, aprovada pelo Governo há quase dois anos e de que agora se está a fazer o primeiro balanço, resulta que o mais difícil de implementar é justamente o trabalho pelo lado da procura da energia.

A REN, como empresa que coloca as questões da sustentabilidade no centro da sua agenda, tem manifestado estar atenta a todos estes fenómenos que a estruturam e condicionam.

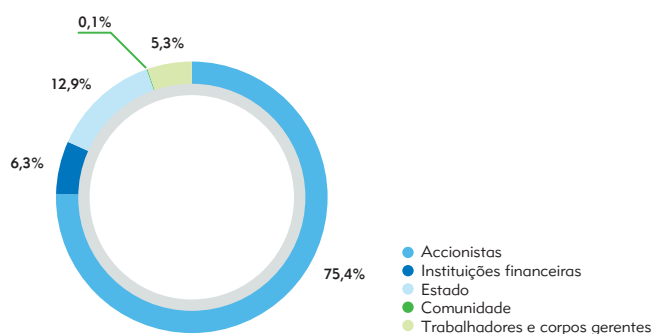
Tabela 5 – Criação e distribuição de valor

Valores consolidados do Grupo REN, em milhões de euros (M€)

	2004	2005	2006
Criação de valor			
Proveitos operacionais	2 509,3	3 106,6	3 192,1
- Custos de aquisição	2 251,9	2 808,1	2 809,1
Margem bruta	257,5	298,5	383,0
- Fornecimentos e serviços externos	21,4	29,3	33,2
- Impostos indirectos	0,7	0,9	1,2
- Proveitos líquidos não inerentes ao VAB	1,0	1,0	25,4
Valor acrescentado bruto (VAB)	234,4	267,4	323,3
- Amortizações e provisões	81,3	98,1	146,5
Valor acrescentado líquido	153,0	169,3	176,8
+ Impostos indirectos	0,7	0,9	1,2
+ Proveitos líquidos não inerentes ao VAB	1,0	1,0	24,9
+ Proveitos financeiros	0,5	30,9	41,5
- Outros custos e perdas	9,5	7,3	42,4
+ Resultados extraordinários ¹	5,5	11,0	525,7
Total criado	151,2	205,7	727,7
Distribuição de valor			
Trabalhadores e corpos gerentes	31,1	33,9	38,8
Custos com pessoal	29,6	32,3	37,0
Distribuição de resultados a trabalhadores	1,6	1,6	1,7
Accionistas	67,7	109,0	548,3
Dividendos	46,7	66,4	184,0
Resultados retidos ²	21,0	42,6	364,3
Instituições financeiras	25,8	30,4	45,9
Estado	25,8	31,3	93,9
Impostos	1,1	1,3	1,3
IRC	24,7	30,0	92,6
Comunidade	0,7	1,0	0,8
Total distribuído	151,2	205,7	727,7

¹ Corrigido do valor distribuído à comunidade.² Corresponde à variação dos capitais próprios.

Figura 8 – Distribuição do valor criado em 2006



Em 2006, a margem bruta e o valor acrescentado bruto (VAB) registaram valores bastante superiores aos de 2005, a que correspondem crescimentos de 28,3% e 20,9%, respectivamente.

O valor criado em 2006 cresceu 253,8% relativamente ao ano anterior, o que reflecte, não tanto a alteração do perímetro de consolidação mas, acima de tudo, a venda da participação na GALP Energia, com uma mais-valia de cerca de 524 M€, e a alteração do tratamento das convergências tarifárias com a Madeira e os Açores, de que resultou uma diferença favorável de 59 M€.

Os resultados retidos correspondem a 50,1% do valor criado, cifrando-se em 364,3 M€. Os accionistas beneficiaram, também, de um dividendo antecipado de 87 M€, o total dos dividendos, em conjunto com os resultados retidos, representam mais de três quartos do valor criado. O valor atribuído aos accionistas referente ao exercício de 2006 aumentou 439 M€, face aos valores de 2005. A comunidade absorveu 0,1% do valor criado em 2006. Os restantes 24,5% do valor criado foram distribuídos pelos trabalhadores e corpos gerentes (5,3%), instituições financeiras (6,3%) e Estado (12,9%). O Estado beneficiou com o impacto nos resultados da REN da mais-valia obtida com a venda da participação da GALP, constatando-se que o IRC mais do que triplicou¹.

Às instituições financeiras foi distribuído um valor de 45,9 M€ que corresponde a um acréscimo de 50,8% face ao valor que lhes coube em 2005. Esta evolução deve-se a dois factores conjugados: o aumento progressivo das taxas de juro e a evolução do nível de endividamento, especialmente devido à incorporação da dívida das empresas de gás integradas no universo do Grupo.

No período 2002-2006, em que o PIB registou um crescimento de 0,4%, o VAB da REN registou um crescimento em volume de 8,1%, em termos reais. Este crescimento está, em parte, influenciado pela alteração de tratamento da convergência tarifária dos Açores e da Madeira, concretizado em 2006.

Figura 9 – Produto interno bruto e valor acrescentado bruto

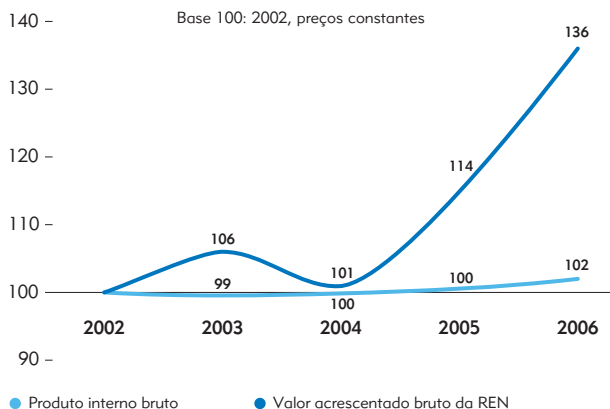
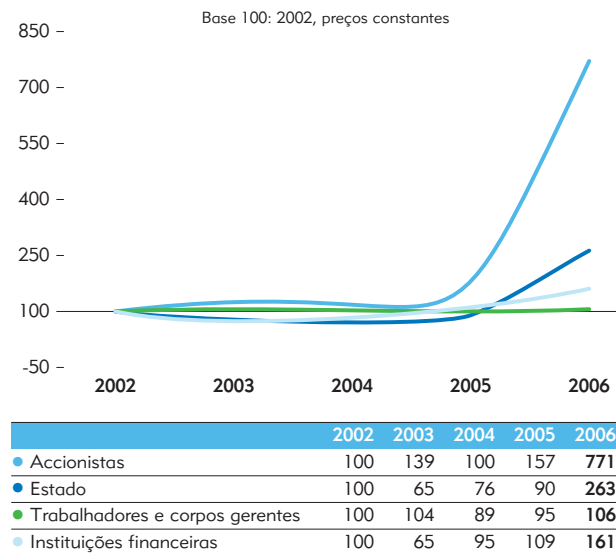


Figura 10 – Apropriação de valor



Em termos médios anuais desde 2002, o valor criado pela empresa aumentou 43,4%, mas este acréscimo está influenciado pela operação de venda em 2006 da participação na GALP Energia e correspondente mais-valia gerada.

O crescimento anual do valor atribuído aos accionistas no período é de 66,6%, enquanto que o valor entregue ao Estado aumentou a um ritmo anual de 27,4%. No período, a apropriação de valor por parte do sector financeiro cresceu a um ritmo de 12,6% ao ano, enquanto que o crescimento médio anual do valor distribuído aos trabalhadores foi apenas de 1,5%.

Com o objectivo de acompanhar de perto e de forma pró-activa o seu desempenho económico, assim como de reunir a informação adequada para a tomada de decisões, a REN elabora vários relatórios, entre os quais se destaca o relatório elaborado trimestralmente, que resulta da introdução do balanced scorecard na unidade de negócio de transporte de energia eléctrica. No estudo de caso que se apresenta aborda-se como este importante e reconhecido instrumento de gestão estratégica e de controlo se tem vindo a implementar na empresa, facilitando o alinhamento da sua missão, visão e estratégia, com os seus objectivos e medidas, organizados em várias perspectivas.

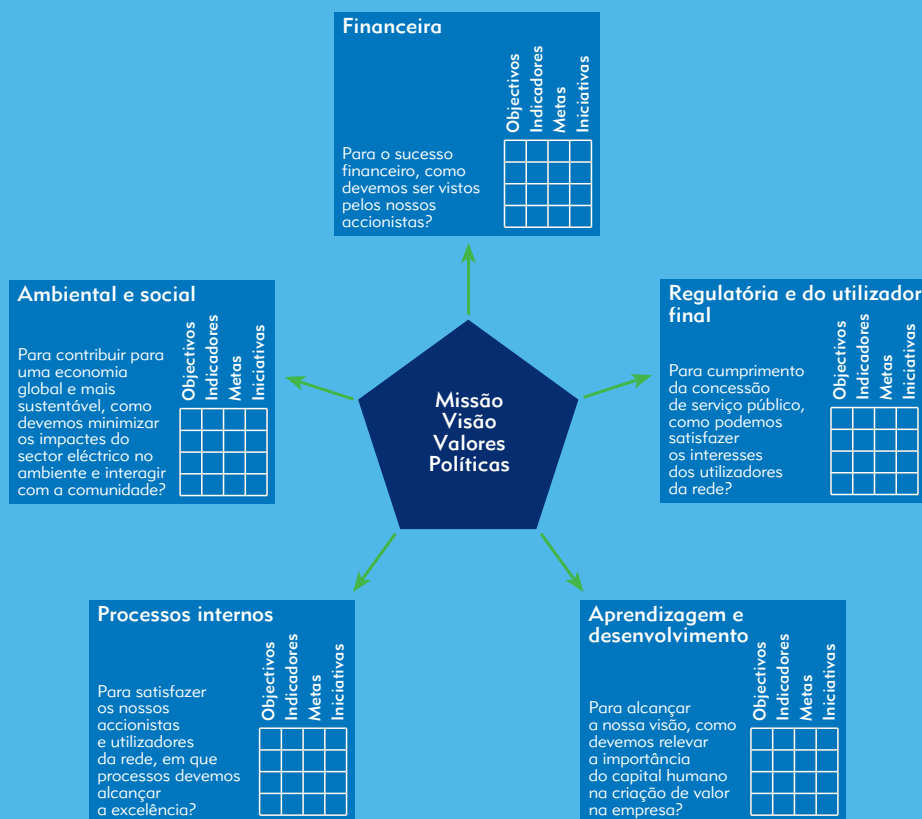
¹Em 2006, a Rede Eléctrica Nacional procedeu, ainda, a uma distribuição de reservas, pelos accionistas, no montante de 289 M€ (valor criado e retido em exercícios anteriores).

ESTUDO DE CASO

Implementação do balanced scorecard na unidade de negócio de transporte de energia eléctrica

A preocupação de melhorar a concepção, implementação e monitorização da estratégia conduziu à adopção de uma ferramenta de gestão – o balanced scorecard (BSC) – que traduz as grandes linhas de orientação em objectivos estratégicos organizados em perspectivas. É um instrumento que estimula a comunicação, o consenso, a motivação, o compromisso e o alinhamento estratégico das iniciativas operacionais.

Figura 11 – As perspectivas do balanced scoreboard



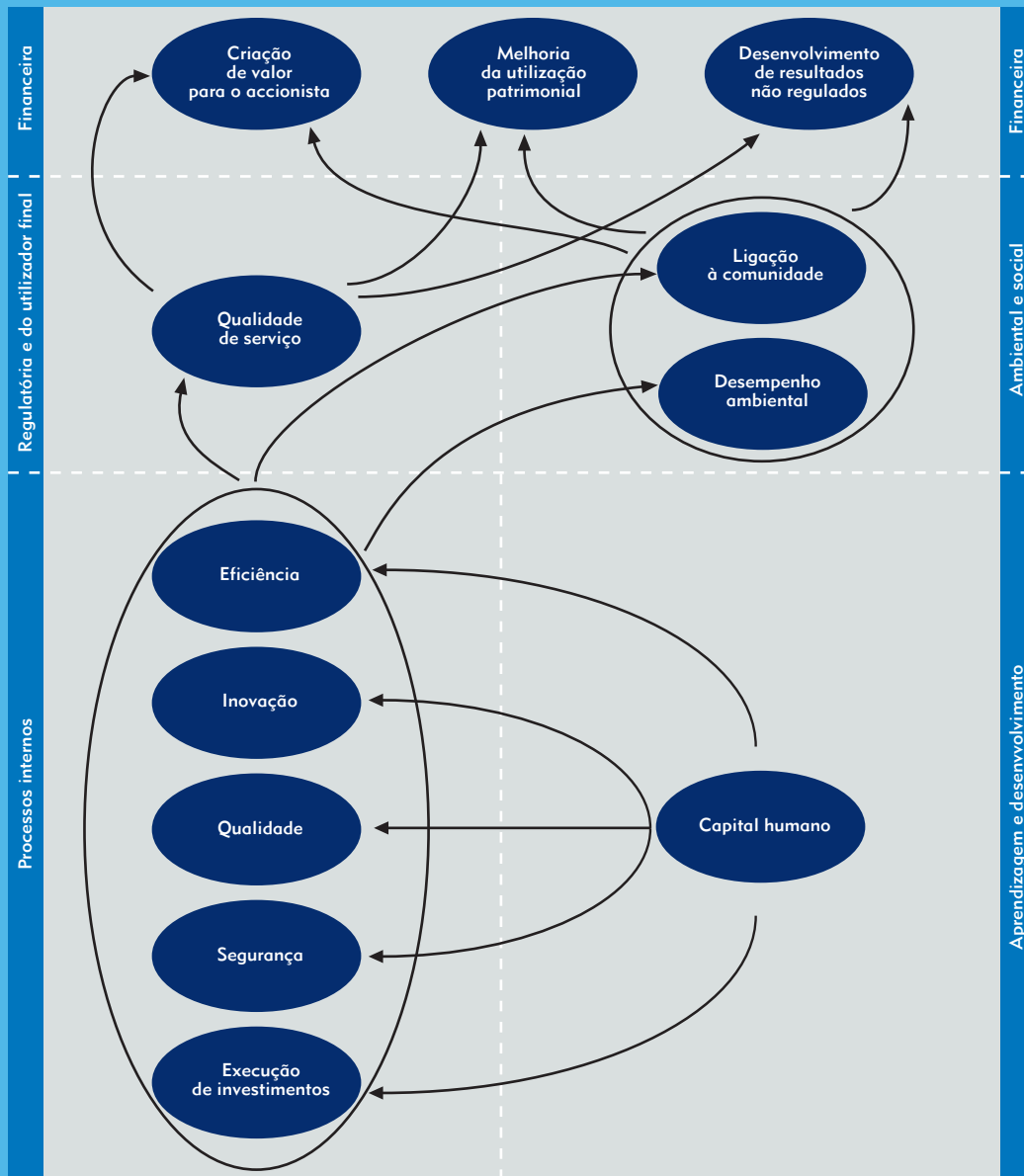
O BSC avalia a implementação da estratégia monitorizando informação condensada no painel de bordo integral dos indicadores críticos. Contempla informação financeira, que relata a evolução dos activos tangíveis (os activos corpóreos), mas abre também uma janela para o valor criado por activos intangíveis, permitindo medir o desempenho da empresa de uma forma mais integrada.

Num primeiro passo, elaborou-se um documento orientador sobre o BSC, para divulgação a todas as divisões, com um breve enquadramento do tema, realçando a sua importância como ferramenta de gestão estratégica e apresentando as suas perspectivas: umas tradicionais – **financeira, processos internos e aprendizagem e desenvolvimento** – e outras específicas, decorrentes da actividade de transporte de energia eléctrica e da missão e visão – a **perspectiva regulatória e do utilizador final** e a **perspectiva ambiental e social**, conforme definidas na Figura 11.

A perspectiva **financeira** traduz a preocupação com o desempenho financeiro, na medida em que monitoriza variáveis relevantes, como por exemplo, a rentabilidade dos capitais investidos, consequência do esforço de gestão dos activos. A dispersão do capital em bolsa, no futuro próximo, e a cotação das acções vem reforçar o interesse e necessidade de identificar e acompanhar a criação de valor para os seus accionistas. A perspectiva **clientes**, embora tradicional, não assume aqui essa designação, havendo antes duas outras perspectivas: **regulatória e do utilizador final**, e **ambiental e social**. A **perspectiva regulatória e do utilizador final** foi considerada fundamental, na medida em que a manutenção da concessão constitui elemento essencial da prossecução da estratégia da empresa. Por necessidade de adequação da actividade às obrigações de serviço público e ao ambiente regulatório (no cumprimento de legislação e regulamentos, quer de natureza técnica, mas também nas contas das actividades reguladas), a REN preocupa-se em operar com

níveis elevados de qualidade de serviço e de satisfação do utilizador final, como empresa socialmente responsável. A **perspectiva ambiental e social** evidencia o empenho da empresa em contribuir para a construção de uma economia global sustentável e uma forte sensibilidade em matérias como a preservação do ambiente, a segurança e o desenvolvimento social. A **perspectiva processos internos** acompanha a vertente mais operacional, tendo sido considerados como objectivos estratégicos a qualidade, a eficiência, a execução de investimentos, a inovação e a segurança. A **perspectiva de aprendizagem e desenvolvimento** reporta a importância do capital humano e dos intangíveis organizacionais na criação de valor na organização. Assim, o mapa estratégico resultante foi o representado na Figura 12.

Figura 12 – Mapa estratégico



Em Julho de 2006 elaborou-se a primeira edição do relatório trimestral do BSC com os resultados dos indicadores. Os indicadores estão suportados por fichas com informação pormenorizada, designadamente planos de acção para atingir as metas definidas. Os desvios dos resultados em relação às metas são sinalizados por semáforos e, face a resultados desfavoráveis, é necessário o reporte de informação adicional. A definição e implementação atempada de acções correctivas permite o alinhamento com a estratégia da empresa.

O BSC tem sido uma ferramenta de apoio à decisão, preconizando-se que venha a ter também um papel de relevo numa ligação mais estreita ao modelo de gestão de processos bem como ao diálogo com as partes interessadas, designadamente no aprofundamento das relações que se mostram na Tabela 6. Desenvolvimentos adicionais do BSC incluem ainda a extensão à área de negócios do transporte de gás natural e o desenho do modelo de BSC corporativo envolvendo, portanto, todas as áreas de negócio.

Tabela 6 – Relação dos objectivos estratégicos com os grupos de interesse

Grupos de interesse	Perspectivas e objectivos estratégicos do negócio											
	PF			PRUF	PAS		PPI					PAD
	Criação de valor para o accionista	Melhoria da utilização patrimonial	Desenvolvimento de resultados não regulados	Qualidade de serviço	Desempenho ambiental	Ligação à comunidade e parcerias	Qualidade	Eficiência	Execução de investimentos	Inovação	Segurança	Capital humano
Clientes												
Fornecedores												
Accionistas												
Colaboradores												
Comunidade												
Sector financeiro												
Entidades oficiais												

Relação do objectivo estratégico com o grupo de interesse

Forte

Média

Perspectivas
 PF – perspectiva financeira
 PRUF – perspectiva regulatória e do utilizador final
 PAS – perspectiva ambiental e social
 PPI – perspectiva de processos internos
 PAD – perspectiva de aprendizagem e desenvolvimento

SEGURANÇA NA REFORMA (EC3)

Os colaboradores da rede eléctrica têm assegurado um complemento de reforma e sobrevivência, que lhes proporciona, após a passagem à reforma, um rendimento equivalente ao recebido na vida activa. A Rede Eléctrica Nacional contribui para um fundo de pensões autónomo, associado ao pagamento das obrigações do plano de pensões, para o qual procede à transferência regular das responsabilidades e das dotações correspondentes, calculadas por actuário independente.

A antecipação da passagem de colaboradores à situação de reforma implica a assumpção, pela empresa, da responsabilidade de dotação do fundo com os valores actuariais das obrigações futuras referentes a esses colaboradores, assegurando a cobertura dos complementos estimados.

Os activos do fundo gerados pelas dotações da empresa ascendiam a 41,7 M€, em 31 de Dezembro de 2006, o que assegurava àquela data a cobertura de 88,9% das responsabilidades assumidas. Apesar de permanecer uma insuficiência na dotação do fundo (5,2 M€), constata-se em 2006 uma forte recuperação na cobertura das responsabilidades, face a 2005, quando o saldo negativo era de 13,4 M€. Entretanto, o estudo que valoriza as perdas e ganhos actuariais do fundo, em 31 de Dezembro de 2006, realizado por entidade independente, em conformidade com a norma IAS 19, reconhece um excesso de activos no fundo de 27,8 M€, situação bem mais favorável.

O peso das dotações da Rede Eléctrica Nacional para o fundo autónomo, face aos restantes custos com pessoal, decresceu em 2006. O valor entregue ao fundo, no último ano, foi de 5,1% dos custos com pessoal, quando em 2005 se fixou em 7,2%.

Com o objectivo de cobrir as responsabilidades referentes à assistência médica dos colaboradores da rede eléctrica, a empresa alimenta uma provisão específica que, no final de 2006, apresentava uma dotação de 14,4 M€. Face ao ano de 2005, a situação reportada a 31 de Dezembro de 2006 representa uma melhoria sensível, com a variação da cobertura das responsabilidades estimadas para assistência médica de 54,5% para 62,5%.

As empresas do gás suportam um seguro de vida, para os seus colaboradores, com validade até aos 70 anos. A contabilização dos custos inerentes respeita a norma IAS 19, estando cobertas as responsabilidades futuras, por provisão específica. Em 2006 os encargos suportados pelas empresas com aquele seguro foram de 42 mil euros.

IMPACTES ECONÓMICOS INDIRECTOS (EC9)

A Rede Eléctrica Nacional elabora periodicamente o plano de desenvolvimento e investimento da rede nacional de transporte (adiante designado por plano), no qual são apresentados os investimentos regulados a realizar pela empresa durante os seis anos de vigência. O plano contém, ainda, informação indicativa para os quatro anos subsequentes ao período da sua vigência.

Na área do gás, o novo enquadramento legislativo e regulamentar veio colocar a necessidade da preparação de planos de desenvolvimento e investimento das diferentes infra-estruturas constituintes da rede de transporte, de armazenamento e terminais de gás natural liquefeito. Desenvolveu-se, no decurso do quarto trimestre de 2006, um plano intercalar de investimentos na rede, até ao final do primeiro semestre de 2008.

Ambos os planos de investimento são apresentados à ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e ao Ministério da Economia.

O plano de investimento na rede eléctrica, em observância da legislação e da regulamentação em vigor, tem como objectivos mais relevantes:

- Garantia de abastecimento do consumo;
- Ligação de novos centros produtores de grande dimensão;
- Criação de condições para a recepção da energia gerada em novas fontes de energias renováveis;
- Criação de condições para o funcionamento do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL);
- Estabelecimento de soluções de alimentação em muito alta tensão (MAT) a clientes, ligados directamente à rede nacional de transporte (RNT);
- Priorização e coordenação com os projectos de remodelação ou reabilitação de equipamentos ou instalações em fim de vida útil.

A decisão sobre cada novo projecto de investimento está sujeita à análise técnico-económica de alternativas, no sentido de identificar o tipo e a natureza da estrutura da rede MAT mais conveniente. A comparação de novos projectos, com soluções de reforço de estruturas existentes, envolvendo inclusive as sub-redes de distribuição, é realizada de forma sistemática sempre que aplicável.

O conjunto de projectos e soluções seleccionados com base nas condições anteriores assegura a expansão da rede MAT ao longo do território, com a construção de novas instalações, onde a estrutura de rede carece de ajustamentos ou de melhorias relevantes.

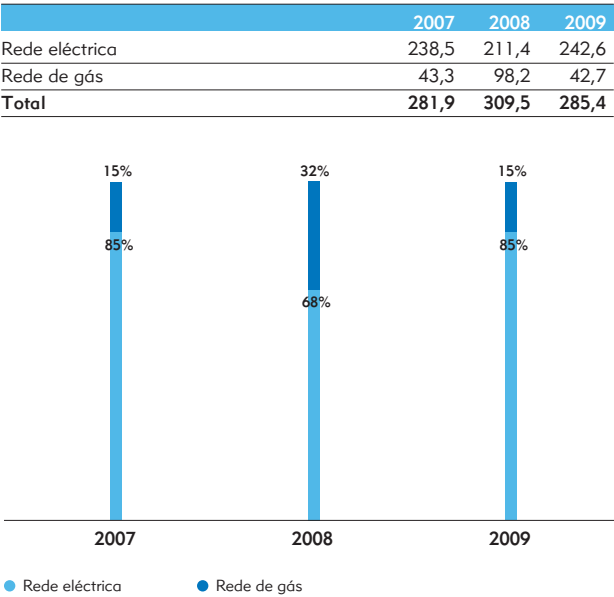
A construção de novas infra-estruturas e o reforço das existentes têm impacto no desenvolvimento sócio-económico da região onde se inserem, daí resultando benefícios como:

- **Qualidade de serviço** – a superior qualidade de fornecimento e a continuidade de serviço proporcionadas por novas infra-estruturas ou por reforço das existentes, com características mais modernas e de melhor desempenho, facto que tem repercussão imediata nos clientes instalados e cria também condições mais apelativas à fixação de novas entidades empresariais ou particulares, contribuindo para uma maior dinamização da actividade social e económica.
- **Aumento da capacidade de recepção de nova geração** – a existência de condições que permitam a ligação de um novo centro electroprodutor concorre, igualmente, para um incremento da actividade na região, quer durante a fase de construção do projecto, quer na fase de exploração, devendo ser valorizadas nas decisões de investimento dos agentes económicos.
- **Capacidade de troca de energia com a rede espanhola** – contribui para uma conjuntura mais favorável de funcionamento do MIBEL, dado que potencia o acesso de mais agentes, alargando as possibilidades de escolha do fornecedor por parte de cada cliente, de acordo com as oportunidades de mercado.
- **Criação de condições para a alimentação a clientes** – clientes com exigências ou características especiais, como sejam os eixos ferroviários ou as grandes indústrias, o que permite a melhoria dos meios de transporte, facilita a fixação de empresas e pessoas, constituindo-se como factor de desenvolvimento.

Em 2006 a Rede Eléctrica Nacional abriu três novos pontos de alimentação às redes de distribuição: Bodiosa (Viseu), Paraimo (Anadia) e Portimão. A subestação da Bodiosa, melhorou as condições de alimentação às cargas da zona de Viseu, induzindo efeitos indirectos positivos na economia desta região. Este ponto de alimentação contribuiu, ainda, para a recepção de montantes elevados de nova produção com base em fontes de energias renováveis. As subestações de Paraimo e de Portimão apenas foram colocadas em serviço no final do ano, tendo um impacto reduzido na operação de 2006.

Para o triénio iniciado em 2007, os planos de investimento das redes energéticas nacionais envolvem cerca de 877 M€, repartidos de acordo com a figura 13.

Figura 13 – Investimento nas redes energéticas para o triénio 2007-2009 (milhões de euros)





INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL

57	INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL
58	Política e gestão ambiental
60	O ambiente e a área de negócio do gás natural
61	Aspectos globais relacionados com o ambiente e segurança
61	Principais preocupações e impactes
64	Avaliação de impactes ambientais
64	Estudos de impacte ambiental e avaliação de impacte ambiental
66	Avaliação de significância e de risco ambiental
66	Alterações climáticas e emissões de gases com efeito de estufa
67	Gestão de resíduos
68	Biodiversidade
68	Melhoria da interacção das linhas com a avifauna
70	Estudo e conservação da águia de Bonelli
72	Abertura e manutenção da faixa de protecção
72	Impacte visual e paisagístico
73	Ruído e campos electromagnéticos
73	Ruído
73	Campos eléctricos e magnéticos
75	Custos ambientais
75	Controlo e supervisão ambiental

INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL

POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL

No início de 2007, o Conselho de Administração aprovou uma nova declaração de política da qualidade, ambiente e segurança que abrange todas as actividades previstas nos contratos de concessão das empresas de electricidade e gás do Grupo REN. Esta política, corporativa, consagra, entre outros, o princípio de consideração dos aspectos ambientais nos processos de decisão.

Deve referir-se, no entanto, que as diversas empresas, que actualmente constituem o Grupo, há muito que incorporam, na sua actuação, preocupações de natureza ambiental. De salientar que em 2001 deu-se início, na Rede Eléctrica Nacional, a uma abordagem mais envolvente e sistematizada, que conduziu à certificação do seu sistema de gestão ambiental no final de 2003. Na área do gás, ainda como Transgás, a certificação ambiental foi obtida em 2004, depois de, no ano anterior, se ter iniciado o processo de implementação do sistema com a publicação da política de ambiente, qualidade e segurança.

Tendo a integração das actividades do gás no Grupo REN ocorrido no último trimestre de 2006, grande parte dos indicadores ambientais a apurar deixam de fazer sentido se reportados apenas a este período. Assim, a informação relativa ao desempenho ambiental em 2006 apresentada no presente capítulo refere-se quase exclusivamente à Rede Eléctrica Nacional.

Como principais realizações no domínio ambiental daquela empresa, em 2006, destaca-se:

- A renovação, em Dezembro de 2006 e por mais 3 anos, da certificação da vertente ambiental do sistema integrado de gestão da qualidade, ambiente e segurança, de acordo com a norma NP EN ISO 14001:2004;
- A participação em diversas sessões públicas de apresentação e discussão de projectos para novas

infra-estruturas da rede nacional de transporte de electricidade;

- A conclusão da primeira fase da elaboração do "Guia Metodológico para a Avaliação de Impacte Ambiental de Infra-estruturas da Rede Nacional de Transporte" relativo a linhas aéreas;
- A execução da globalidade das actividades previstas no primeiro ano do Plano de Promoção do Desempenho Ambiental (PPDA), para o triénio 2006-2008;
- A realização de acções sistemáticas de formação/sensibilização dos prestadores de serviço cuja actividade poderá ter impactes ambientais significativos no ambiente.

A forma como são compatibilizadas as actividades de transporte e armazenamento de gás natural com a preservação do meio ambiente, é descrita com mais detalhe no texto que se segue "O ambiente e a área de negócio do gás natural".



► Miguel Coutinho, Presidente da APAI – Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes, destaca a importância da elaboração do Guia metodológico para a avaliação de impactes em infra-estruturas da rede nacional de transportes da rede eléctrica nacional. O detalhe desta iniciativa conjunta da APAI, da Rede Eléctrica Nacional e do Instituto do Ambiente pode ser visto no estudo de caso da secção “Avaliação de impactes ambientais” do presente capítulo.



MIGUEL COUTINHO – Presidente da APAI

Depoimento

A avaliação de impactes é uma ferramenta essencial para a tomada de boas decisões; decisões sustentáveis, ambientalmente construtivas, equitativas, participadas, eficientes e eficazes.

Actualmente, estas duas últimas questões são as palavras-chave, onde se joga o futuro desta ferramenta denominada de avaliação de impactes.

As pressões actuais obrigam os vários actores (os promotores, os consultores e finalmente, os avaliadores), a serem mais rápidos e focalizados, o que só é possível com equipas cada vez mais competentes, flexíveis e especializadas.

Por outro lado, uma maior eficácia deste processo só será conseguida com mecanismos e serviços de fiscalização, controlo e monitorização, mais válidos e capazes.

A APAI – Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes considera da maior importância a elaboração do Guia metodológico para a avaliação de impactes em infra-estruturas da rede nacional de transportes da rede eléctrica nacional.

A reflexão metodológica e a posterior formalização de procedimentos traduzir-se-á necessariamente num acréscimo da qualidade da avaliação de impactes.

De salientar que este guia nasce da cooperação entre uma associação, a APAI, um dos seus membros colectivos, a REN, e a Administração Central, o Instituto do Ambiente.

Este guia foi desenvolvido por onze técnicos especializados nas várias temáticas ambientais e sujeito a discussão pública.

Trata-se de um óptimo exemplo de pró-actividade empresarial e institucional que se repercutirá numa maior sustentabilidade das decisões e contribuirá para a valorização do papel da avaliação de impactes.

O AMBIENTE E A ÁREA DE NEGÓCIO DO GÁS NATURAL

A empresa de transporte de gás natural em alta pressão enquanto parte do Grupo Galp Energia, sob o nome de Transgás S.A., adoptou e subscreveu a sua política de ambiente, qualidade e segurança, desde Abril de 2003, ano em que esta foi publicada. O mesmo aconteceu com a Transgás Atlântico S.A. Consciente da sua responsabilidade na gestão dos impactes causados na sociedade e no ambiente, resultantes do transporte de gás natural em alta pressão, a Transgás implementou um sistema de gestão de ambiente e qualidade, mais tarde alargado à vertente da segurança. Tal prática permitiu garantir um desenvolvimento sustentável através da melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados e da preservação do ambiente, como factores críticos do sucesso da sua actividade. Este sistema de gestão foi reconhecido e certificado em 2004, nas vertentes ambiente (NP EN ISO 14001:1999) e qualidade (NP EN ISO 9001:2000), tendo sido em

2005 igualmente certificada a parte relativa à saúde, higiene e segurança no trabalho (NP 4397:2001/OHSAS 18001:1999).

A partir do momento em que passam a integrar a estrutura do Grupo REN – Redes Energéticas Nacionais, as empresas actualmente responsáveis pelo transporte de gás natural em alta pressão (REN – Gasodutos), pelo armazenamento subterrâneo de gás natural (REN – Armazenagem) e pela recepção, armazenamento e regaseificação de gás natural em terminais de gás natural liquefeito (REN ATLÂNTICO) comprometem-se a cumprir e a incorporar no desenvolvimento de todas as suas actividades os princípios de minimização de impactes, da utilização racional de recursos naturais e da prevenção da poluição do ambiente de forma a defender um desenvolvimento sustentável.

Durante 2007 a REN – Gasodutos implementará um sistema integrado de gestão da qualidade, ambiente e segurança, tendo em vista a sua certificação tripla.

Figura 14 – Instalações da REN – Gasodutos em Bucelas



ASPECTOS GLOBAIS RELACIONADOS COM O AMBIENTE E A SEGURANÇA

Com o intuito de identificar os aspectos ambientais associados às suas actividades e serviços e de forma a avaliar quais têm, ou poderão vir a ter, impactes ambientais significativos, foi adoptada, uma metodologia que tem por base a análise detalhada de todos os processos e actividades realizados directamente pela empresa, ou por terceiros por conta desta. Os aspectos ambientais com impacte, real ou potencialmente significativo, são tomados em consideração na definição dos objectivos e metas ambientais.

Para todos os projectos realizados com a área de negócio do gás natural foram desenvolvidos, em tempo útil, Estudos de Impacte Ambiental (EIA) ou Estudos de Enquadramento Ambiental (EEA) conforme adequado e exigível. Das recomendações gerais relacionadas com a vertente segurança decorreram análises de risco, quantificações de consequências, manual de segurança, plano de emergência interno, notificação ou relatório de segurança, documento com informação para plano de emergência externo, conforme determinado e estabelecido na Directiva Seveso II.

PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES E IMPACTES

REN – Gasodutos

Figura 15 – Montagem de tubagens para transporte de gás natural



Uma das principais preocupações ambientais decorrentes da actividade de transporte de gás natural da REN – Gasodutos prende-se com a eventual necessidade de realização de despressurizações que ocorrem durante acções de manutenção e que, por serem inerentes ao processo de transporte do gás, são incontornáveis. Dado o seu impacte estas libertações de gás natural para a atmosfera são apenas realizadas em situações pontuais e quando tal não pode ser evitado.

A necessidade de entrega do gás natural a uma determinada temperatura na rede de distribuição, à saída das estações de regulação e medida (GRMS), obriga ao aquecimento do mesmo. Este aumento de temperatura é garantido por caldeiras localizadas nas estações de regulação e medida GRMS, das quais resultam emissões gasosas que são monitorizadas e controladas. Foram desenvolvidos projectos piloto com o objectivo de reduzir o número de horas de funcionamento das caldeiras, resultando na consequente redução das emissões gasosas. Estes projectos consistiram na utilização de painéis solares e na instalação de uma microgeração, em estações de regulação e medida, onde o calor gerado é utilizado no aquecimento de água para aumento das temperaturas.

Figura 16 – Estação de regulação e medida com instalação de painéis solares



Em caso de acidente do qual resulte uma perfuração do gasoduto e com o objectivo de minimizar os impactes causados no local da ruptura, quer por se

localizar perto de povoações ou por se tratar de uma área protegida, recorre-se geralmente a descargas de emergência de gás natural para a atmosfera em estações preparadas para o efeito. De forma a minimizar os impactes provocados por estas descargas, foram concebidos silenciadores para estas instalações que podem ser adaptados ao local de saída do gás (*vent stack*) absorvendo quase na totalidade o ruído gerado.

Fazem ainda parte integrante da intervenção do sistema de gestão ambiental da REN – Gasodutos a gestão de resíduos, a monitorização do ruído, as captações de água e a rejeição de águas residuais.

REN – Armazenagem

Figura 17 – Instalações da REN – Armazenagem no Carriço (Pombal)



O início do que é hoje a REN – Armazenagem foi marcado pela elaboração de um projecto de armazenagem subterrânea de gás natural, que foi iniciado tendo em vista a necessidade de ter uma reserva nacional de gás natural, e que por razões estratégicas de segurança de abastecimento, se concluiu que a melhor forma de o conseguir seria através da armazenagem sob pressão em cavidades salinas.

Figura 18 – Estrutura para construção de cavidade para armazenagem subterrânea de gás natural



De acordo com a legislação de então, 1998, o projecto de armazenagem subterrânea de gás natural foi sujeito a um estudo de impacte ambiental, incluindo ainda o projecto de captação de água e rejeição de salmoura, por solicitação explícita da empresa, apesar de não estar abrangido pela lei.

Do estudo de impacte ambiental foram identificados impactes positivos significativos no descritor sócio-economia devido à melhoria da rede nacional de infra-estruturas de abastecimento de energia e ao aumento da oferta de emprego na região. No que diz respeito a impactes negativos, somente o ruído gerado na fase de construção, com maior incidência na praia do Osso da Baleia, surgiu como o único impacte significativo.

REN ATLÂNTICO

Figura 19 – Instalações da REN ATLÂNTICO, Terminal de Gás Natural Liquefeito em Sines



Como medidas minimizadoras deste impacto optou-se por manter informadas as populações próximas das obras, e pela realização destas fora da época balnear. As medidas adoptadas para minimizar os restantes impactos negativos pouco significativos consistiram na implementação de um sistema de controle das cavidades subterrâneas (geologia e sismotectónica), na restituição e recuperação do coberto vegetal (uso e ocupação do solo), no controlo dos níveis piezométricos na zona de captação de água (recursos hídricos), na adopção de uma solução técnica de descarga de salmoura (comunidades marinhas), entre outras.

O terminal de regaseificação de gás natural liquefeito foi objecto de um estudo de impacto ambiental e obteve aprovação do Ministério do Ambiente em Agosto de 2000. O relatório de conformidade ambiental comprova que foram dadas respostas às preocupações expressas no parecer da Comissão de Avaliação, nomeadamente ao nível da conformidade do projecto de execução, do projecto de integração paisagística, do estabelecimento de

programas de monitorização dos factores ambientais e do programa de acompanhamento ambiental, estando a ser implementadas, nomeadamente, as seguintes medidas de minimização:

- Solos: as superfícies impermeabilizadas, particularmente naquelas onde são utilizados produtos poluentes, são conservadas de forma a assegurar a protecção dos solos. As superfícies não impermeabilizadas são mantidas sem utilização industrial;
- Qualidade da água do mar: são monitorizados os teores de cloro livre total e residual na descarga, de forma a garantir o cumprimento dos valores legalmente exigidos, bem como a variação de temperatura da água na captação e rejeição da mesma. Foi ainda criada uma protecção adequada nos locais de tomada e rejeição de água do mar de modo a reduzir ao mínimo a entrada de organismos vivos no sistema;
- Ruído: realização de campanhas de monitorização de ruído;
- Resíduos: implementação de um plano de gestão dos resíduos.

AVALIAÇÃO DE IMPACTES AMBIENTAIS (EN26)

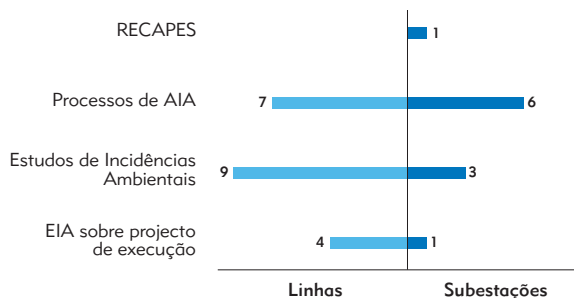
Os principais impactes ambientais são avaliados para todas as actividades da Rede Eléctrica Nacional e em todas as fases do ciclo de vida das infra-estruturas da empresa.

Como principais impactes ambientais destacam-se os que incidem sobre a flora e fauna, a emissão de ruído e campos electromagnéticos e a produção de resíduos. A avaliação dos impactes, em situações normais e excepcionais, é realizada durante a fase de projecto e construção das infra-estruturas através de estudos de impacte ambiental. Para as restantes actividades da empresa é realizada uma avaliação de significância de impactes e de risco ambiental que possibilita antecipar os eventuais impactes ambientais que delas possam resultar.

ESTUDOS DE IMPACTE AMBIENTAL E AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

Durante o ano 2006 a Rede Eléctrica Nacional manteve-se como um dos principais promotores de projectos de infra-estruturas sujeitos a processo de avaliação de impacte ambiental, tendo sido concluídos os seguintes processos:

Figura 20 – Processos no âmbito da avaliação de impacte ambiental concluídos em 2006



No âmbito da pós – avaliação dos projectos, quando estes são sujeitos a procedimento de avaliação de impacte ambiental ou quando os estudos de incidências ambientais assim o determinam, promove-se a realização

de acções de monitorização associadas a alguns aspectos ambientais relevantes (ruído, campos eléctricos e magnéticos, avifauna, flora e recursos hídricos). Com esta monitorização pretende-se aferir a adequabilidade da avaliação de impactes realizada e das medidas minimizadoras identificadas, bem como a implementação de acções correctivas, caso seja necessário.

As obras de construção de novas infra-estruturas são realizadas com supervisão e acompanhamento ambiental, tendo em vista assegurar o cumprimento do estabelecido na declaração de impacte ambiental e nas medidas propostas nos respectivos planos de acompanhamento ambiental. Deste modo consegue-se sistematizar as acções que, em obra, vão assegurar o cumprimento da legislação ambiental em vigor e minimizar os potenciais impactes ambientais negativos gerados pela execução dos trabalhos. Em 2006, foram sujeitas a supervisão e acompanhamento ambiental dezoito obras, dez em linhas e oito em subestações. Ainda durante o ano, e no âmbito da avaliação de impactes de projectos de novas infra-estruturas da rede nacional de transporte, foi concluída a primeira fase da elaboração do “Guia Metodológico para a Avaliação de Impacte Ambiental das Infra-estruturas da Rede Nacional de Transporte de Electricidade” relativo a linhas aéreas. O detalhe sobre este projecto pode ser analisado no estudo de caso que se segue.



ESTUDO DE CASO

Guia metodológico para a avaliação de impacte ambiental

O “Guia Metodológico para a Avaliação de Impacte Ambiental das Infra-estruturas da Rede Nacional de Transporte de Electricidade” é um instrumento que responde à preocupação de melhoria contínua das boas práticas ambientais da Rede Eléctrica Nacional, visando optimizar a avaliação de impacte ambiental aplicada a linhas de transporte de energia eléctrica e a subestações.

Figura 21 – Capa da versão de trabalho do guia



O guia resulta de um protocolo estabelecido entre a Rede Eléctrica Nacional e o Instituto do Ambiente (actualmente Agência Portuguesa do Ambiente). A sua elaboração foi adjudicada à Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes (APAI), e teve a participação de vários intervenientes em processos de avaliação de impacte ambiental, nomeadamente o Instituto

Português de Arqueologia, o Instituto de Conservação da Natureza (actualmente Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade) e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Os objectivos que presidiram à elaboração deste guia foram:

- Compilar de forma didáctica toda a informação relevante de carácter técnico e ambiental, procurando as melhores práticas e tecnologias disponíveis, tendo por alvo o público em geral, e os profissionais envolvidos na elaboração de projectos de estudos de impacte ambiental e nos processos de avaliação de impacte ambiental;
- Explicitar e divulgar os objectivos da política energética nacional num quadro de desenvolvimento sustentável;

- Integrar e melhorar o conhecimento adquirido com a experiência de anteriores processos de avaliação de impacte ambiental;
- Permitir o aumento de eficiência dos processos de avaliação de impacte ambiental.

O guia pretende ser um documento de trabalho de fácil consulta e utilização. Assim optou-se pela sua divisão em quatro volumes, sendo o primeiro volume relativo ao enquadramento conceptual e metodológico da avaliação de impacte ambiental, e os outros três referentes ao processo de avaliação de impacte ambiental aplicado a linhas aéreas, linhas subterrâneas e subestações.

Figura 22 – Sessão de apresentação do guia na 2.ª Conferência Nacional de Avaliação de Impactes



A versão de trabalho do guia foi apresentada na 2.ª Conferência Nacional de Avaliação de Impactes, realizada de 18 a 20 de Outubro de 2006, e esteve em consulta pública no sítio da Rede Eléctrica Nacional.

O guia insere-se na concretização de uma das “61 medidas para melhorar o Sistema Nacional de Avaliação de Impacte Ambiental”, as quais resultaram das conclusões da 1.ª Conferência Nacional de Avaliação de Impactes, realizada em 2004.

O guia será editado durante o 1º semestre de 2007 em dois formatos: em papel, organizado por tomos associados à tipologia de infra-estrutura, e em formato digital, a ser disponibilizado nos sítios da Rede Eléctrica Nacional, do Instituto do Ambiente e da Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes para consulta e cópia.

É intenção que, durante um período equilibrado de utilização definido entre um e dois anos, seja mantido um canal aberto para comentários e sugestões de melhoria, findo o qual o guia será objecto de revisão.

AVALIAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA E DE RISCO AMBIENTAL

A avaliação dos impactes ambientais e da sua significância não se resume à que é realizada no âmbito de novos projectos e construção das infra-estruturas, sendo igualmente realizada para as restantes actividades da empresa.

Em 2006, foi definida uma nova metodologia de avaliação de significância de impactes ambientais, baseada em normas internacionais de referência, que apresenta como principal inovação a identificação e avaliação do risco ambiental decorrente das diversas actividades da empresa. A avaliação do risco é feita pela conjugação do nível de consequências dos impactes ambientais com a respectiva probabilidade de ocorrência. A reavaliação dos impactes ambientais será realizada em 2007, com aplicação da nova metodologia a todas as actividades em contexto de situação normal, anómala e de emergência. Pretende-se também garantir uma melhor articulação com os diversos instrumentos de planeamento, nomeadamente, na:

- Definição de objectivos e metas ambientais, consagrados em programas de melhoria do sistema de gestão;
- Execução de programas de monitorização dos aspectos ambientais mais significativos;
- Programação de acções de controlo operacional específicas, incluindo acções de formação e sensibilização;
- Integração das acções de minimização do risco ambiental em situações de emergência nos planos de emergência internos das instalações.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA

O recente relatório publicado pelo Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas das Nações Unidas¹ vem demonstrar, com base em sólidas evidências científicas, que é urgente a identificação e implementação de um conjunto de acções que sejam eficazes no combate às alterações climáticas. Este aspecto já tinha sido identificado num relatório publicado em 2006 pelo Governo Inglês, "Stern Review Report on the Economics of Climate Change", em que se

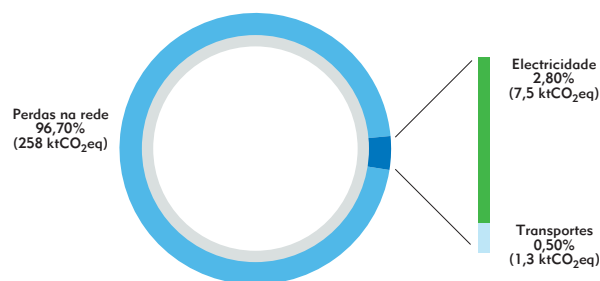
demonstra que os custos ambientais, económicos e sociais serão enormes caso as políticas de mitigação não tenham sucesso, podendo mesmo originar graves consequências a nível local, regional e transnacional. Assim, torna-se clara a importância da consideração das alterações climáticas nas opções estratégicas das empresas.

As emissões de gases com efeito de estufa da Rede Eléctrica Nacional dividem-se quanto à sua origem em emissões directas (hexafluoreto de enxofre – SF₆) e indirectas (relativas às perdas de electricidade na rede nacional de transporte, ao consumo de electricidade nas instalações da empresa e à utilização de transportes para deslocações em serviço).

Em 2006, as emissões directas e indirectas (excepto as emissões associadas à utilização de transportes) de gases com efeitos de estufa da Rede Eléctrica Nacional, totalizaram cerca de 268 000tCO_{2eq} (EN16).

As emissões indirectas decorrentes das perdas de electricidade na rede nacional de transporte e do consumo de electricidade nas instalações da empresa estão associadas à queima de combustíveis fósseis para a produção de energia eléctrica nas centrais termoelectricas. Estima-se que estas emissões totalizaram, em 2006, cerca de 266 000tCO₂ equivalente.

Figura 23 – Emissões indirectas de GEE em 2006

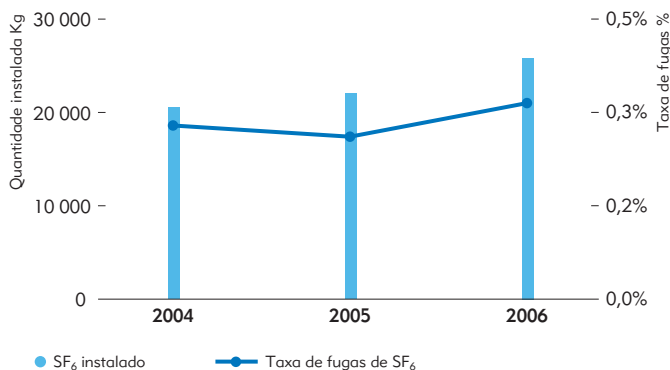


Adicionalmente, são ainda contabilizadas as emissões indirectas provenientes da circulação da frota automóvel da empresa que, em 2006, representaram aproximadamente 1 327 toneladas de CO₂ equivalente (EN17).

¹Climate Change 2007: The Physical Science Basis – Summary for Policymakers, Intergovernmental Panel on Climate Change, 2007

O SF₆, gás com efeito de estufa abrangido pelo Protocolo de Quioto com maior potencial de aquecimento global, é utilizado como dieléctrico para isolamento e extinção dos arcos eléctricos em equipamentos de alta tensão, disjuntores e subestações blindadas. As fugas deste gás constituem as únicas emissões directas de gases com efeito de estufa na Rede Eléctrica Nacional e são monitorizadas de uma forma centralizada, a fim de se garantir valores muito reduzidos de taxas de fugas. Em 2006, a taxa foi de 0,35%, o que correspondeu à emissão de cerca de 1 996 toneladas de CO₂ equivalente.

Figura 24 – SF₆: quantidade total instalada e taxa de fugas



O acréscimo da taxa de emissões de SF₆ relativamente a anos anteriores ficou a dever-se, essencialmente, a fugas significativas deste gás num único disjuntor da subestação do Torrão. O aparelho foi substituído logo que houve disponibilidade da instalação para o efeito, mas esta situação agravou de forma significativa os resultados operacionais deste indicador. Outros disjuntores do mesmo tipo e da mesma série estão a ser alvo de recondição global em fábrica, de forma a garantir a minimização de eventuais fugas no futuro.

No âmbito da manipulação de SF₆ em trabalhos de manutenção, destaca-se o facto de a Rede Eléctrica Nacional ser detentora de um sistema totalmente estanque para manipulação de SF₆.

Em complemento desta preocupação a nível operacional, a empresa participa em grupos de trabalho internacionais onde são apresentadas e discutidas as

melhores práticas para a manipulação deste gás, incluindo o acompanhamento da entrada em vigor do Regulamento Comunitário (CE) 842/2006, cuja implementação terá óbvias implicações para a actividade da empresa neste domínio.

Em 2006 não foram desenvolvidas iniciativas específicas com o objectivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (EN18).

GESTÃO DE RESÍDUOS (EN22)

A gestão de resíduos na Rede Eléctrica Nacional é efectuada em condições ambientalmente correctas de triagem e armazenamento temporário, tendo-se, para o efeito:

- Criado áreas cobertas autónomas com pavimento impermeabilizado para armazenamento de alguns tipos de resíduos, incluindo resíduos líquidos;
- Repavimentado com piso adequado os locais de deposição de grandes contentores para acondicionamento de resíduos de construção e demolição e metais;
- Tornada obrigatória a utilização de contentores para armazenamento de resíduos perigosos líquidos (ex.: óleos usados e solventes) sobre tinas de retenção portáteis, minimizando assim eventual ocorrência de fugas ou derrames.

Figura 25 – Pormenores do local de armazenamento de resíduos em Sacavém



O encaminhamento dos resíduos é efectuada para destinos finais que privilegiam a valorização em detrimento da simples eliminação. Em 2006, a valorização foi o destino final de 91% dos resíduos (75% dos quais resultaram de operações de construção e demolição – ver

Figura 26 – Produção de resíduos por destino final

Valores em toneladas

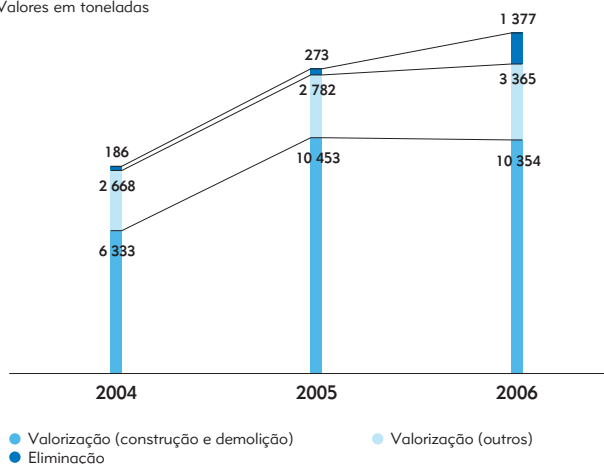
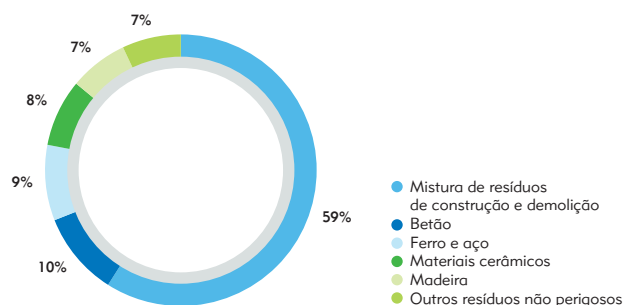


Figura 26). A reciclagem foi a operação de valorização mais utilizada, englobando 81% dos resíduos valorizados.

A quantidade de resíduos produzidos é muito variável ao longo dos anos pois é fortemente influenciada pelo volume de obras de ampliação, remodelação e construção de novas subestações e linhas. Em 2006, a produção total de resíduos foi de, aproximadamente, 15 000 toneladas.

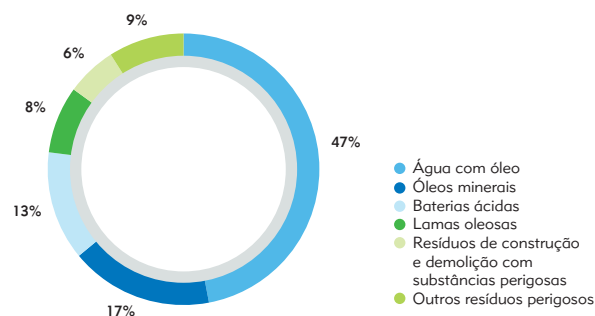
Em linha com o que se verificou em anos anteriores, cerca de 96% dos resíduos produzidos são classificados como não perigosos, e incluíram maioritariamente resíduos de construção e demolição, betão, ferro e aço, isoladores cerâmicos e madeira.

Figura 27 – Produção de resíduos não perigosos por tipo



Apenas 4% dos resíduos produzidos são classificados como perigosos, destacando-se em 2006 a produção de água com óleo que resultou dos processos de desactivação da central da Tapada do Outeiro e desmantelamento da central de Alto de Mira, antigas centrais termoeléctricas do sistema eléctrico vinculado. Estas instalações e respectivos sítios, no âmbito do fim dos contratos de aquisição de energia passaram, de acordo com a legislação em vigor, para a propriedade da Rede Eléctrica Nacional.

Figura 28 – Produção de resíduos perigosos por tipo



BIODIVERSIDADE

Como forma de minimizar o impacto ambiental na biodiversidade, na fase de estudo de impacto ambiental procura-se evitar o atravessamento de áreas protegidas e sensíveis. Apesar desta preocupação, verifica-se que 12% (865km) do total da extensão das linhas de muito alta tensão e 5% (0,3km²) do total de ocupação do solo das subestações se encontram, total ou parcialmente, incluídas em áreas sensíveis (Rede Natura 2000, Zonas de Protecção Especial e Áreas Protegidas que incluem parques nacionais, reservas, parques e monumentos naturais). Esta localização assenta, em geral, em razões históricas, por ser anterior à definição destas áreas, ou em razões ligadas à necessidade de permitir e/ou reforçar o escoamento da energia de centros produtores ali situados (EN11).

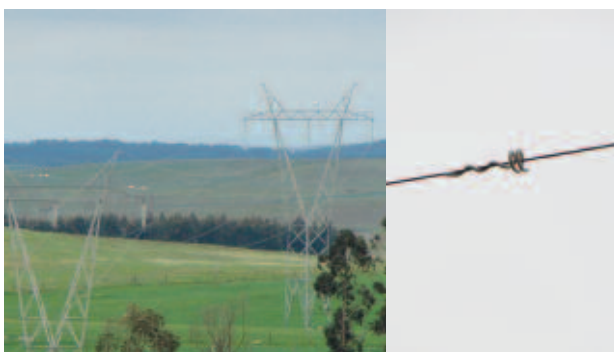
MELHORIA DA INTERACÇÃO DAS LINHAS COM A AVIFAUNA (EN12,EN13,EN14)

Um dos impactes na fauna decorrentes da construção e exploração de linhas prende-se com a possibilidade de colisão de aves com os cabos e, mais raramente, com a sua electrocussão.

Com a celebração de um protocolo de colaboração com o Instituto da Conservação da Natureza, relativo aos impactes das linhas de muito alta tensão na avifauna, foram identificados os troços de linhas consideradas como impactantes ou potencialmente impactantes.

Na sequência desse processo, no decurso de 2006, foram implementadas medidas de minimização dos impactes sobre as aves, através da sinalização de troços da linha Ferreira do Alentejo – Ourique, a 150kV. No total, foram instalados perto de 16 355 equipamentos para diminuição da colisão de aves, do tipo BFD – Bird Flight Diverter, tal como representado na figura seguinte.

Figura 29 – Sinalização da linha Ferreira do Alentejo – Ourique (pormenor do BFD à direita)



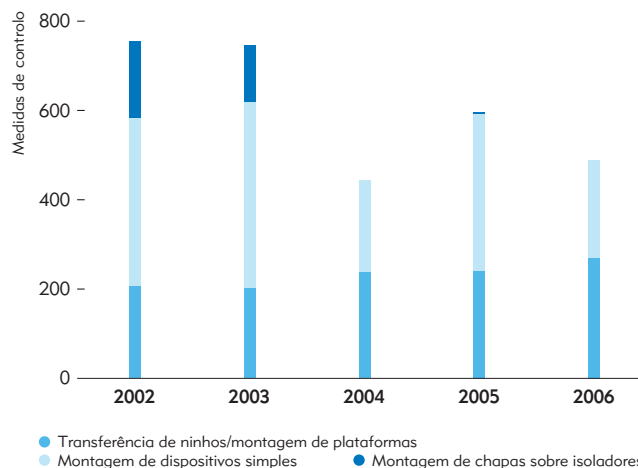
Durante 2007 serão sinalizados outros troços de linha identificados no protocolo, e será avaliada a eficácia das medidas de sinalização entretanto adoptadas.

Igualmente no domínio da protecção da avifauna e por indicação de estudos ambientais, de processos de avaliação ambiental ou de actividades periódicas de manutenção, as principais actividades desenvolvidas para compatibilizar a rede nacional de transporte com a presença das cegonhas têm sido as seguintes:

- Instalação de plataformas de nidificação, eventualmente acompanhada da transferência de ninhos;
- Montagem de dispositivos simples e expeditos para evitar que a cegonha poise nas cadeias de isoladores (inicialmente cruzetas com bóias e varetas cruzadas e, mais recentemente, ventoinhas ou molinetes);

- Colocação de chapas sobre os isoladores (opção pouco utilizada).

Figura 30 – Evolução das medidas de controlo da nidificação da avifauna



Todas estas intervenções têm sido realizadas com autorização do Instituto da Conservação da Natureza, com o intuito de minorar as situações de morte de aves por colisão ou por electrocussão, pretendendo-se ainda minimizar o número de incidentes causados pelas cegonhas nas linhas em exploração, melhorando assim a qualidade do serviço.

Deste modo, tem sido possível, com a implementação de algumas medidas simples, aumentar significativamente o número de ninhos existentes em apoios da rede nacional de transporte (em 2006 foram inventariados cerca de 1 300 ninhos) sem comprometer a qualidade de serviço.

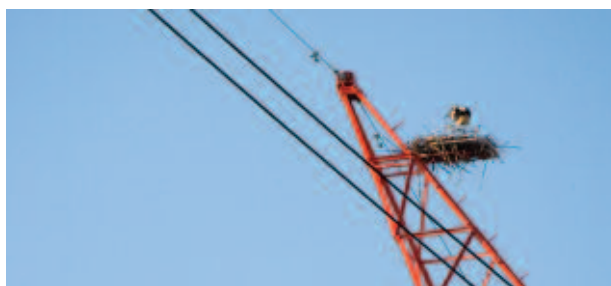
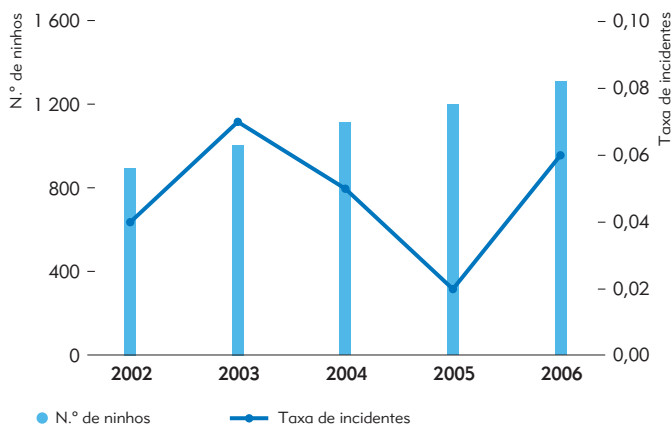


Figura 31 – Evolução do número de ninhos de cegonhas e taxa de incidentes em linhas da RNT



Durante o ano de 2006, verificou-se um aumento do número de incidentes relativamente ao ano anterior. Este facto poderá estar relacionado com um crescimento da população de cegonhas nos habitats atravessados pelas linhas da rede nacional de transporte. Efectivamente, em algumas zonas têm sido observados bandos de aves de número considerável que, embora não nidificando nos apoios das linhas, utilizam-nos como locais de poiso.

ESTUDO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUIA DE BONELLI

Durante o processo de avaliação de impacte ambiental das linhas Tunes-Estói a 150kV e Sines-Portimão 3 a 400 kV foram identificados potenciais impactes significativos sobre a avifauna, devido à proximidade das linhas aos ninhos da águia de Bonelli (*Hieraaetus fasciatus*). O principal impacte decorre da possibilidade de as aves colidirem com as linhas, especialmente durante a caça, no caso dos adultos e, na fase de aprendizagem do voo dos juvenis.

Durante três anos, serão implementadas várias medidas compensatórias com o objectivo de aumentar a disponibilidade de alimento, melhorar o habitat de nidificação e estudar o melhor possível a interacção das águias com as linhas, bem como avaliar a eficácia das medidas implementadas. O detalhe desta acção pode ser

analisado no estudo de caso que se segue “Acções de conservação da natureza no âmbito de medidas compensatórias”.

Figura 32 – Águia de Bonelli



(foto disponibilizada pelo Parque Natural do Douro Internacional)

Ainda no contexto das actividades de conservação da águia de Bonelli, é de referir o patrocínio concedido ao projecto de conservação de populações arborícolas desta espécie em Portugal, ao abrigo do Programa LIFE Nature, da responsabilidade do Centro de Estudos de Avifauna Ibérica (CEAI). Este projecto visa, nomeadamente:

- Diminuir a mortalidade de adultos e juvenis e aumentar a produtividade dos casais, de modo a influenciar positivamente a dinâmica populacional da águia de Bonelli;
- Melhorar a gestão do habitat criando condições ambientais mais favoráveis à presença da espécie alvo deste projecto e, consequentemente, de outras espécies prioritárias;
- Monitorizar a população da águia de Bonelli abrangida pelo projecto;
- Envolver os diversos actores sociais com intervenção na gestão do território (incluindo agricultores, caçadores, gestores florestais, técnicos da administração central/regional/local e empresários) em acções de conservação, atribuindo-lhes um papel significativo e valorizado, mobilizando-os a assumir um papel activo na conservação da biodiversidade em geral e da espécie em particular.

ESTUDO DE CASO

Acções de conservação da natureza no âmbito de medidas compensatórias

Em 2006 foi iniciada a implementação de medidas, que se irão desenvolver por um período de 3 anos, no sentido de compensar os impactos negativos sobre a águia de Bonelli devidos à presença de linhas de muito alta tensão. Estas medidas compreendem as seguintes actividades:

Figura 33 – Repovoamento do coelho bravo



- **Garantia de disponibilidade alimentar**
As medidas de fomento de coelho bravo visam o aumento de disponibilidade alimentar em áreas situadas dentro dos territórios dos casais de águia de Bonelli que permitam afastar os locais de caça das linhas. Esta actividade inclui a construção de cercados, repovoamentos de coelho bravo, melhoria do habitat

disponível para a espécie-presa através da criação de pastagens e cultivo de cereais, criação de pontos de água (bebedouros) e de pontos de alimentação selectiva e acompanhamento sanitário.

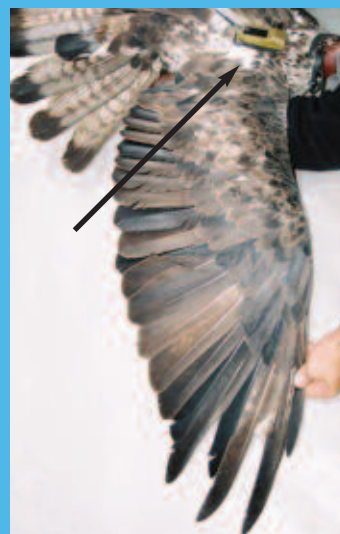
- **Protecção sustentável do habitat de nidificação**
O reforço/escoramento de ninhos existentes ou a construção de ninhos artificiais, a abertura de corta-fogos, a recuperação/manutenção do coberto vegetal nos locais de nidificação e a minimização da perturbação visam a protecção sustentável do local de nidificação, e consequente minimização da mortalidade de juvenis ou ausência de reprodução devida a insuficiência de habitat.

- **Monitorização específica da águia de Bonelli**
Esta actividade tem por objectivo aumentar o conhecimento sobre o comportamento em voo das aves face à proximidade das linhas, nomeadamente

durante actividades de caça, bem como a influência das mesmas no uso das áreas vitais e do território. Permitirá ainda verificar a ocorrência dos impactos previstos durante o processo de avaliação de impacto ambiental e avaliar a eficácia das medidas implementadas. A monitorização abrange várias tarefas como a observação directa das águias e a captura de um exemplar para colocação de um PTT – Platform Transmitter Terminal, equipamento que permite o acompanhamento dos movimentos da águia de Bonelli, via satélite.

A implementação das medidas compensatórias da linha Tunes – Estói corresponde a um investimento de cerca de 590 000 Euros. No caso das medidas compensatórias a implementar na linha Sines – Portimão 3, ainda que sejam de natureza semelhante às da linha Tunes – Estói, ocorre uma diferença de escala correspondendo a um investimento de aproximadamente 844 000 Euros, sendo ambos os valores relativos a 3 anos.

Figura 34 – Ave com equipamento de seguimento via satélite



ABERTURA E MANUTENÇÃO DA FAIXA DE PROTECÇÃO

Outro dos impactes decorrentes das actividades da Rede Eléctrica Nacional sobre a biodiversidade resulta do corte ou decote de árvores para libertação de espaços para a construção das infra-estruturas ou, no caso da abertura e manutenção das faixas de protecção das linhas, para garantir as distâncias mínimas de segurança regulamentares.

Em 2006, para a construção de novas subestações e linhas, ou em actividade de *uprating* (aumento da capacidade de transporte), foram abatidas cerca de 557 000 árvores, tendo sido plantadas aproximadamente 5 400 espécies.

Ainda neste âmbito é de salientar que, em 2006, houve necessidade de se proceder ao abate de 264 sobreiros, numa área de cerca de 10 ha, para a construção da subestação de Portimão, uma infra-estrutura indispensável à expansão da rede nacional de transporte.

De forma a manter a área de sobreiro, foi definido um plano de arborização dos terrenos anexos à subestação. No total, procedeu-se à plantação de 4 867 sobreiros (mais de 18 vezes o número de árvores abatidas), num total de 16,3 ha. Deste modo, foi ultrapassado em larga medida o número de sobreiros que seria necessário plantar de acordo com a legislação em vigor (1,25 vezes o número total de árvores abatidas).

Figura 35 – Aspecto da plantação em bosque na subestação de Portimão



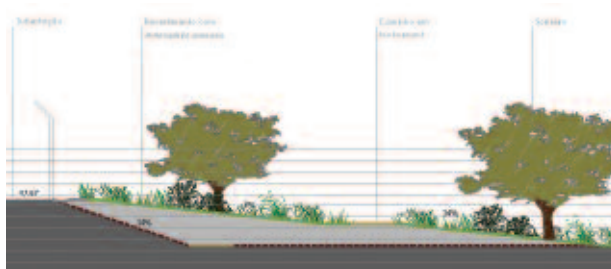
IMPACTE VISUAL E PAISAGÍSTICO

A minimização do impacte paisagístico das instalações é um objectivo sempre presente. Ao nível das subestações, salienta-se que todas as instalações novas têm um projecto de integração paisagística. Por isso, em 2006, foi concluída a execução do projecto para as subestações de Bodiosa (Viseu) e Portimão, estando no final do ano em curso os trabalhos de integração paisagística de seis novas instalações.

No caso de subestações existentes, foi finalizada, no início de 2006, a integração paisagística da subestação de Carriche (Lisboa), tendo-se ainda concluído no mesmo ano o reforço da integração paisagística dos terrenos anexos à subestação do Ferro (Covilhã), que incluiu a substituição das árvores mortas e a criação de uma barreira verde (sebe) junto à estrada de acesso à povoação de Ferro.

Considerando os resultados francamente positivos, e reconhecendo-se que o impacte visual de algumas instalações poderá ser considerado significativo, planeou-se para o período de 2006 a 2008 o desenvolvimento de acções de integração paisagística para as subestações de Fernão Ferro (Lisboa), Custóias (Matosinhos) e Palmela. Os trabalhos estão actualmente em curso.

Figura 36 – Pormenor do projecto para subestação de Fernão Ferro



No caso das linhas de muito alta tensão que se encontram no fim de vida útil, tem-se vindo a proceder ao seu desmantelamento e à eliminação das respectivas servidões, iniciativa da empresa

e que é de carácter voluntário, garantindo assim uma melhoria do impacte ambiental das infra-estruturas, nomeadamente nos descritores sócio-económico e paisagem.

Para o triénio 2006-2008 as linhas eléctricas seleccionadas para desmontagem encontram-se em áreas em que o seu impacte é significativo ao nível do descritor paisagem. No decurso de 2006, foi realizada a desmontagem do troço inicial da linha Zêzere-Porto Alto 1/2 e no troço a sul do Douro da linha Ermesinde-Estarreja 2, num total de 47 km.

Figura 37 – Aspecto, antes e depois, da desmontagem da linha Zêzere – Porto Alto 1/2



Até 2008, serão desmontadas na totalidade as antigas linhas a 150 kV Ermesinde-Estarreja e Zêzere-Porto Alto e ainda uma parte significativa da linha Palmela-Ferreira do Alentejo. Nos anos seguintes, serão desmontadas outras linhas a 150 kV a programar de acordo com a evolução da construção das novas infra-estruturas da rede nacional de transporte que as vêm tornar dispensáveis (ex: linha Pereiros-Zêzere).

RUÍDO E CAMPOS ELECTROMAGNÉTICOS

RUÍDO

Todas as infra-estruturas da rede nacional de transporte são avaliadas no que respeita aos níveis de emissão de ruído, no âmbito da avaliação de impacte de projectos. Tem-se vindo gradualmente a aperfeiçoar a metodologia de medição e registo assim como os modelos informáticos, tanto para o estabelecimento do estado de

referência como para o cálculo dos efeitos das fontes sonoras no ambiente.

Com o objectivo de se garantir a conformidade legal relativamente a este descritor têm sido realizadas diversas acções, com destaque para:

- Revisão das especificações técnicas dos transformadores de potência, em 2006, que passam a prever três situações de condicionamento acústico (transformadores sem condicionamento acústico, com condicionamento acústico médio e com condicionamento acústico severo);
- Realização de campanhas de monitorização do ambiente sonoro em instalações, na fase de exploração, de forma a validar as previsões efectuadas em fase de projecto e a conformidade legal. Em 2006, realizaram-se acções de monitorização nas subestações de Carriche, Estarreja, Estoil e Palmela.
- Início dos estudos, no âmbito do protocolo com o Instituto do Ambiente e Desenvolvimento (IDAD), da Universidade de Aveiro, para a proposta de metodologias adequadas para as tipologias de sazonalidade complexa presentes na envolvente das diversas subestações da rede nacional de transporte.
- Desenvolvimento de soluções específicas de encapsulamento de transformadores em subestações, soluções desenvolvidas em Portugal, cujo desempenho se comprovou adequado (ver caso de estudo na subestação de Batalha).
- Definição de um plano de substituição e abate de um conjunto de transformadores, a decorrer até 2010 na subestação de Vermoim.

CAMPOS ELÉCTRICOS E MAGNÉTICOS

Os campos eléctricos e magnéticos têm vindo a ser um tema de preocupação crescente do público, constatando-se a necessidade de reforçar os instrumentos de informação e esclarecimento disponíveis. A matéria encontra-se tratada de forma avançada na legislação portuguesa em vigor, a qual adoptou integralmente as recomendações na União Europeia.

Invariavelmente, na fase de exploração são efectuadas campanhas de monitorização dos valores de campo eléctrico e de campo magnético.

ESTUDO DE CASO

Condicionamento acústico de transformadores de potência na subestação da Batalha

Através da caracterização da componente acústica do ambiente na envolvente da subestação da Batalha, que apresenta valores muito distintos entre os períodos diurno e nocturno, conclui-se que a subestação provoca alterações na componente acústica do ambiente que ultrapassam os limites legais. Apesar dos resultados das medições sonoras não excederem os limites de exposição sonora para as zonas mistas (zona da subestação da Batalha), apresentam incumprimento do critério de incomodidade devido ao ruído residual medido e às características tonais do ruído gerado pelos transformadores actualmente em funcionamento $\Delta_{\max} = L_{Aeq,ambiente} - L_{Aeq,residual} = 20,7 \text{ dB(A)}$.

Sendo a subestação da Batalha alvo de uma remodelação e não respeitando “a priori” os critérios legais do Regime Legal sobre a Poluição Sonora, foi obrigatoriamente sujeita a medidas de condicionamento acústico. Considerando esta necessidade, verificou-se que a implementação de barreiras acústicas teria eficácia reduzida ou nula, tendo-se optado pelo encapsulamento dos novos transformadores 400/60 kV, cuja solução técnica foi a seguinte:

1. Divisão de cada transformador em duas unidades, uma de arrefecimento (UA) e uma de transformação (UT);
2. Encapsulamento da UT com um invólucro acústico de características adequadas de forma a obter o valor do ruído particular de 40,9 dB(A) medido a 1,5 m do transformador e um espectro do ruído por bandas de terço de oitava com um valor máximo de 40 dB(A) para a componente tonal na banda de frequências centrada nos 100 Hz. A circulação de ar no interior do encapsulamento é garantida através de dois ventiladores, um de extracção e um de insuflação de ar. Todas as ligações do transformador ao exterior do encapsulamento foram executadas de forma a garantir a maior eficácia no isolamento acústico da máquina.
3. UA constituída por uma bateria de radiadores montada separadamente da UT em que os

ventiladores terão um nível máximo de ruído particular de 50 dB(A), sem componentes tonais na gama de frequências entre as bandas de terço de oitava centradas nos 20 Hz e 16 000 Hz.

Como conclusão, refere-se que a instalação dos transformadores como indicado, vai permitir reduzir as alterações da componente acústica do ambiente (em grande parte penalizadas devido à presença de componentes tonais), permitindo, na fase final, uma total verificação dos requisitos legais $\Delta = L_{A,ambiente} - L_{Aeq,residual} = 0,4 \text{ dB(A)} \leq 3 \text{ dB(A)}$.

Figura 38 – Transformador encapsulado – previsão



Destaca-se o carácter inovador da solução desenvolvida, para adaptação a uma máquina convencional e em adiantado estado de desenvolvimento em fábrica quando o problema se colocou. A inovação está presente no redesenho dos sistemas de arrefecimento do óleo do transformador, no estudo do comportamento térmico geral da máquina, e no seu desempenho acústico, o principal objectivo do condicionamento.

As circunstâncias específicas desta máquina levaram a que o encapsulamento se viesse a traduzir num sobrecusto final na máquina montada de cerca de 15%, sendo realista esperar que em futuros casos (já planeados), o valor possa baixar até cerca de 10% ou um pouco acima do custo total da máquina.

Figura 39 –
Transformador
Encapsulado
– Lado 60 kV



No âmbito do seu sistema de gestão, em resultado de determinação por entidades administrativas ou a pedido de cidadãos, tem-se efectuado regularmente o controlo dos valores de exposição do público em geral a campos eléctricos e magnéticos com origem em infra-estruturas da rede nacional de transporte (para mais informação veja-se indicador específico na versão integral deste relatório disponível na *internet*).

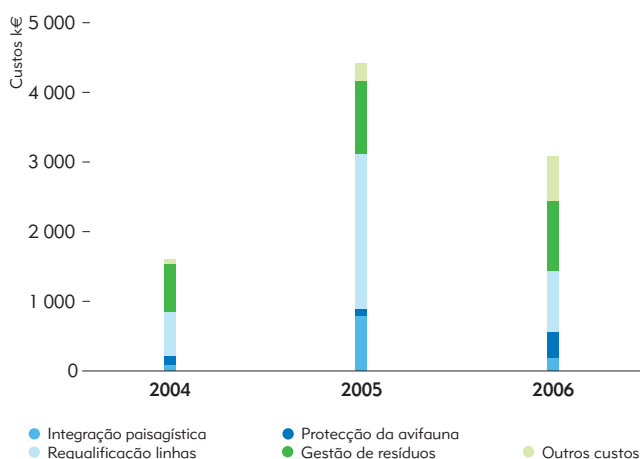
A este respeito, celebrou-se um protocolo com a Universidade de Coimbra para o desenvolvimento de um *software* avançado no cálculo dos valores de campos eléctricos e magnéticos.

CUSTOS AMBIENTAIS

Em 2006, foram adoptadas medidas que permitiram aperfeiçoar o apuramento de custos e proveitos de carácter ambiental. Foram identificadas as necessidades e criados centros de análise específicos para o registo deste tipo de custos e proveitos. Um desses centros de análise suporta exclusivamente custos do Plano de Promoção do Desempenho Ambiental (PPDA).

Em 2006, os custos com a protecção do ambiente ascenderam a 3 milhões de euros. Para este valor contribuíram sobretudo a gestão dos resíduos (33% do total dos custos) e a requalificação dos corredores de linhas (28%). Na rubrica "outros custos" destaca-se a actuação na limpeza das florestas.

Figura 40 – Custos ambientais (EN30)



CONTROLO E SUPERVISÃO AMBIENTAL

Tem vindo a ser promovido um conjunto de iniciativas para garantir um maior controlo e supervisão ambiental sobre o trabalho dos prestadores de serviço, sendo de referir a inclusão de cláusulas ambientais nos contratos estabelecidos, a distribuição de um manual de boas práticas ambientais aos prestadores de serviços e a supervisão e acompanhamento ambiental em obra.

Ainda para controlo e supervisão ambiental, é efectuado o registo das ocorrências de uma forma centralizada numa aplicação informática de apoio ao sistema de gestão da qualidade, ambiente e segurança. Para cada ocorrência, para além da identificação dos responsáveis pela sua resolução, é efectuada uma descrição da situação verificada e das causas que lhe estiveram subjacentes. São ainda identificadas acções de minimização dos seus impactes, bem como a melhor forma de actuar para evitar a sua recorrência.

Em 2006, foram registadas dez ocorrências de derrame de substâncias perigosas com impacte pouco significativo em termos ambientais. Neste mesmo ano, foram introduzidas alterações que, no caso do registo de ocorrências relacionadas com descargas acidentais, permitem indicar uma estimativa das quantidades derramadas (EN23).

Em 2006, a Rede Eléctrica Nacional não foi citada ou notificada no âmbito de quaisquer processos de contra-ordenação ambiental (EN28).





INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL

77 INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL

- 78 Gestão do capital humano
 - 78 Colaboradores
 - 79 Qualificação e categorias
 - 79 Atracção, retenção e desenvolvimento profissional
 - 80 Prevenção e segurança
- 84 Sociedade
 - 84 Cidadania empresarial
 - 86 Apoio à formação/educação
 - 86 Cooperação externa e participação em organismos internacionais
 - 87 Mecenato cultural e social
 - 87 Políticas públicas
 - 87 Publicações

INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL

GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

O ano de 2006 ficará marcado pela integração na REN das empresas de transporte, regaseificação e armazenagem de gás natural, concretizada em finais de Setembro. A especificidade e o percurso histórico de cada uma das empresas que constituem a REN, desde então, colocam a gestão perante um conjunto de novos e estimulantes desafios, tendo em vista, designadamente, a progressiva harmonização da política de recursos humanos em todo o Grupo.

COLABORADORES (LA1)

Da integração das empresas de gás natural resultou um crescimento de 31% do número total de colaboradores da REN (Tabela 7), cuja actividade se estende a todo o território do continente (Figura 41).

Figura 41 – Distribuição do número de colaboradores por localização geográfica

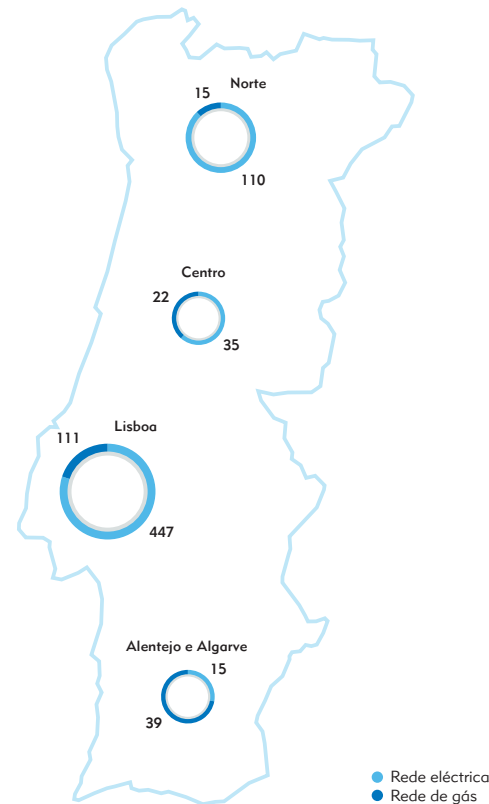


Tabela 7 – Número de colaboradores por género e por tipo de contrato

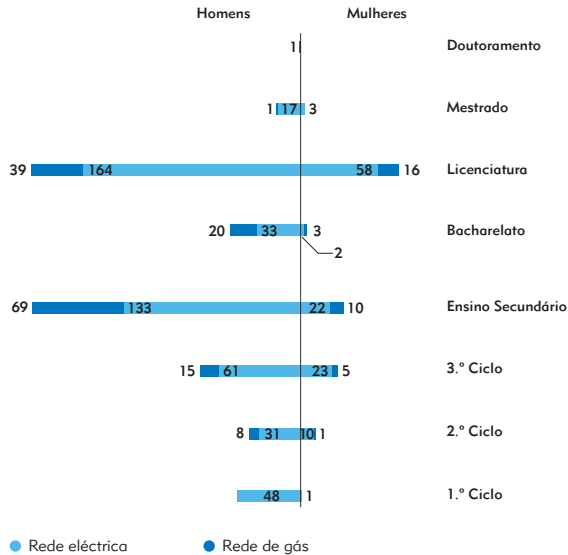
	Rede eléctrica			Rede de gás	Total
	2004	2005	2006		
Tipo de contrato					
Quadro permanente	574	574	585	185	770
Contratos a termo	2	10	22	2	24
Total	576	584	607	187	794
Género					
Homens	469	472	488	152	640
Mulheres	107	112	119	35	154
Tipo de emprego					
Tempo inteiro	100 %	100 %	100 %	100 %	
Tempo parcial	0 %	0 %	0 %	0 %	

QUALIFICAÇÃO E CATEGORIAS (LA13)

A evolução tecnológica e as profundas alterações que se têm verificado no sector energético implicam um forte investimento na renovação e no desenvolvimento das competências dos colaboradores. Isso explica a aposta que as empresas do Grupo vêm fazendo na qualificação dos seus quadros, o que tem permitido a sua participação activa nos processos de mudança e a melhoria da eficiência global das operações. Este desafio é para continuar e reforçar.

A Rede Eléctrica conta desde 2000 com mulheres a trabalhar em regime de turnos no centro de controlo da rede. A REN ATLÂNTICO conta actualmente no seu quadro de pessoal com 3 operadoras de turno no terminal de GNL. Em 2006, foi a vez do centro de despacho da REN – Gasodutos apostar na contratação de uma mulher para desempenhar a função de chefe de turno. Em 2006, a percentagem de contratação de mulheres cifrou-se em 27%, o que contribuiu para o crescimento da representatividade do género feminino. De referir que não existe diferenciação salarial entre homens e mulheres aquando da contratação (LA14).

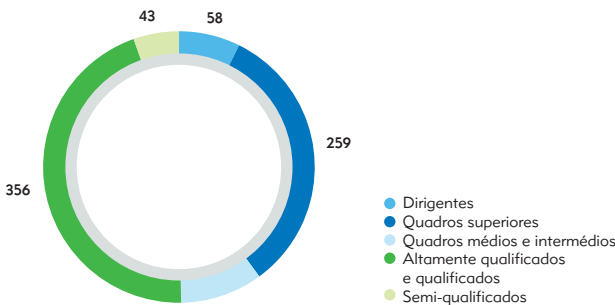
Figura 42 – Distribuição de colaboradores por qualificação académica



Os activos com qualificação académica de nível superior representam mais de 40% do total de colaboradores. Na rede de gás, predominam as engenharias química e mecânica do ramo da termodinâmica e mecânica de fluidos. Na rede eléctrica prevalecem as valências no domínio da engenharia electrotécnica.

O nível de qualificação dos colaboradores reflecte-se igualmente na estrutura de categorias profissionais do Grupo REN, verificando-se que 50% do total de colaboradores são quadros dirigentes, quadros superiores ou quadros médios e intermédios.

Figura 43 – Número de colaboradores por categoria profissional



ATRACÇÃO, RETENÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

O desenvolvimento de iniciativas de apoio à investigação, como o Prémio REN, bem como a participação em *jobshops* organizados por diversas academias de ensino superior, têm contribuído para o prestígio e atractividade da REN no mercado de trabalho, facilitando a contratação de jovens de elevado potencial. No entanto, tão importante como recrutar as pessoas certas, é retê-las na organização. Na REN isto tem sido conseguido através de uma política de gestão do capital humano que oferece estabilidade contratual, que é competitiva em matéria de remuneração e regalias sociais e que potencia o desenvolvimento pessoal e a valorização profissional dos colaboradores.

Tabela 8 – Número de horas de formação por categoria profissional (LA10)

	Rede eléctrica			Rede de gás ¹
	2004	2005	2006	
Horas de formação/ano	1 7521,80	5 593,60	6 707,00	1 541,00
Categorias profissionais				
Dirigentes	1 143,80	589,00	223,44	104,00
Quadros superiores	9 731,80	3 450,40	5 180,16	111,00
Quadros médios e intermédios	619,40	269,80	111,72	294,00
Profissionais altamente qualificados e qualificados	5 753,20	1 254,00	1 184,08	1 032,00
Profissionais semiquaificados	273,60	30,40	7,60	0

¹Referente ao período de Outubro a Dezembro

Tabela 9 – Participações e número de horas de formação por área de formação

Área de formação	2004		2005		2006			
	Rede eléctrica				Rede eléctrica		Rede de gás	
	Participações	Horas	Participações	Horas	Participações	Horas	Participações	Horas
Gestão	5	745	9	920	37	1 011	2	40
Técnica	168	3 051	152	1 740	27	247	39	780
Comportamental					39	866	12	168
Segurança	120	2 493	94	916	60	445	38	525
Ambiente e qualidade	39	186	18	175	26	540	0	0
Informática e SAP	193	3 773	100	1 843	262	3 553	2	28
Administrativa	13	464	0	0	2	46	0	0
Línguas	128	6 810	0	0	0	0	0	0
Total	666	17 522	373	5 594	453	6 707	93	1 541
Horas/colaborador		28,9		9,2		11		8,2

Em 2006, merece destaque, no âmbito da rede eléctrica, o investimento realizado na formação comportamental. Em estreita ligação com a admissão de novos quadros, nos últimos anos, realizaram-se acções de formação em comunicação, assertividade, trabalho em equipa e gestão de tempo, entre outras, para facilitar a integração desses novos quadros nos seus postos de trabalho.

Assegurou-se igualmente a continuidade da formação a nível técnico e de gestão, em face das necessidades de reciclagem e de renovação de competências identificadas, tendo em vista o acompanhamento da evolução dos métodos de gestão e das tecnologias. Em finais de 2006 retomou-se a formação em línguas inglesa e espanhola, devido à crescente interacção a nível internacional e, em particular, com as empresas a operar no mercado ibérico.

No período em reporte, realizaram-se na rede de gás 14 acções de formação em que participaram 79 colaboradores (43% do total). Destaca-se a realização de duas

pós-graduações em direito e economia da regulação sectorial, tendo em vista o desenvolvimento de competências no novo enquadramento regulatório das empresas. As restantes acções de formação enquadram-se no programa de formação e desenvolvimento de competências das empresas, que resulta das necessidades de formação identificadas aquando da avaliação anual do desempenho e da introdução de novas tecnologias. Há a destacar a abrangência da formação em segurança na REN ATLÂNTICO, bem como a aposta no desenvolvimento de competências a nível técnico-operacional, sendo esta formação dedicada aos técnicos de operação e manutenção das infra-estruturas da rede de transporte da REN – Gasodutos.

PREVENÇÃO E SEGURANÇA

Sistema de gestão da segurança, higiene e saúde no trabalho

Em 2006, prosseguiram na rede eléctrica as actividades

correlacionadas com a certificação do sistema de gestão da segurança, higiene e saúde no trabalho obtida em 2005, designadamente, a aplicação de uma metodologia sistemática de identificação de perigos e avaliação e controlo riscos, abrangendo as actividades desenvolvidas quer pelos colaboradores quer pelos fornecedores e ainda os locais/instalações onde essas actividades são exercidas.

O processo de análise de riscos inicia-se com a identificação dos perigos, sendo posteriormente avaliados os riscos através da caracterização dos níveis de gravidade e da probabilidade de ocorrência de acidente, sendo igualmente identificadas as acções a desenvolver de modo a que o risco seja minimizado. A metodologia prevê, ainda, a monitorização e medição do desempenho e a avaliação da eficácia das medidas de prevenção e controlo, através de análise anual e global e sempre que ocorram acidentes tendo como objectivo a melhoria contínua (PR1).

Planos de emergência e simulacros

No âmbito dos sistemas de gestão da qualidade, ambiente e segurança, a rede eléctrica possui planos de emergência internos para todas as instalações, incluindo os edifícios administrativos. Durante o ano de 2006, realizaram-se simulacros para testar estes planos de

emergência em 20 instalações e treinar os intervenientes nesse tipo de situações. Participaram, para além dos recursos internos, as corporações de bombeiros das respectivas áreas geográficas, serviços de protecção civil municipal e forças de segurança. Simularam-se incêndios em transformadores e acidentes pessoais por electrocussão. Os simulacros realizados confirmaram a adequação dos planos de emergência testados. Integrado em todos os simulacros, realizaram-se sessões de sensibilização dos bombeiros para os condicionalismos a respeitar perante sinistros em instalações de alta tensão (linhas e subestações), visando salvaguardar a segurança dos intervenientes. Para mais informação veja-se estudo de caso na versão integral deste relatório disponível na *internet*). Foi ainda desencadeado um programa de instalação de sistemas integrados de segurança, incluindo a detecção de incêndio, intrusão e vídeo-vigilância para uma detecção mais eficaz de situações de emergência.

Por seu lado, a REN – Gasodutos tem um plano de segurança e emergência que é actualizado pelo menos de dois em dois anos, ou sempre que existam alterações significativas que justifiquem a sua revisão. São mantidos contactos regulares com as entidades nacionais de protecção civil e, periodicamente, é realizada formação junto das Corporações de Bombeiros.

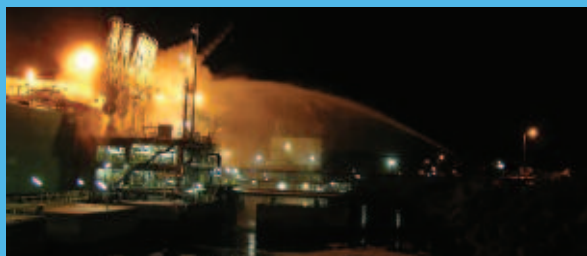


ESTUDO DE CASO

Simulacro no terminal de gás natural liquefeito

A 4 de Dezembro de 2006, teve lugar no porto de Sines um simulacro que teve como objectivo a avaliação e teste funcional dos Plano de Emergência Interno do Terminal de gás natural liquefeito (GNL) e avaliar os comportamentos e a perícia dos intervenientes, nas acções de protecção da instalação portuária e do navio e na reacção a derrames ocorridos durante a operação de descarga.

Figura 44 – Participação do navio LNG Lagos no simulacro



O simulacro realizado permitiu avaliar os procedimentos do Plano de Protecção, do Plano de Emergência Interno e activação do Plano de Emergência Externo, bem como as acções e recursos (internos e externos), em caso de sabotagem e consequente derrame de GNL no cais de acostagem com a presença de um navio metaneiro, preservando a segurança das pessoas e bens, minimizando os efeitos e garantindo a continuidade da actividade.

A organização deste simulacro contou com a participação da REN ATLÂNTICO e da Administração do Porto de Sines (APS), enquanto entidades organizadoras. Contou ainda com Capitania do Porto de Sines e com Navio NLG Lagos, como entidades participantes, tendo sido informados os Bombeiros Voluntários de Sines, o Serviço Municipal de Protecção Civil, a Guarda Nacional Republicana e o Centro de Saúde de Sines.

No decorrer do simulacro foram aplicados na íntegra os procedimentos de emergência internos bem como os de activação dos meios de ajuda externos e as acções e tarefas decorreram segundo a sequência cronológica prevista no simulacro. Os equipamentos utilizados no local do sinistro foram adequados na resposta e controlo do incidente sem registo de anomalias ou limitações. No que diz respeito à comunicação ocorreram duas irregularidades, uma ao nível da activação dos alarmes da sala de emergência da APS e outra relativa à dificuldade de comunicação via rádio VHF, entre o coordenador do incidente e o navio.

Foram detectadas oportunidades de melhoria ao nível da acessibilidade de veículos de emergência, da montagem de linhas de mangueiras para cortinas de água, da identificação do controlador de incidente do terminal e das comunicações.

A REN ATLÂNTICO agiu em conformidade com os procedimentos do plano de emergência interno e activação dos meios externos. As entidades externas envolvidas directamente no simulacro corresponderam prontamente à solicitação de ajuda externa, tendo sido activado o plano de emergência externo. O navio activou o Plano de Protecção e o de Emergência internos, mantendo uma deficiente comunicação (VHF) com o Terminal, devido à interferência de outros utilizadores em simultâneo no canal comum do porto.

Sinistralidade e absentismo (LA7)

No ano de 2006, não se verificaram acidentes mortais entre os efectivos do Grupo REN, tendo no entanto ocorrido 9 acidentes com e sem baixa, na rede eléctrica.

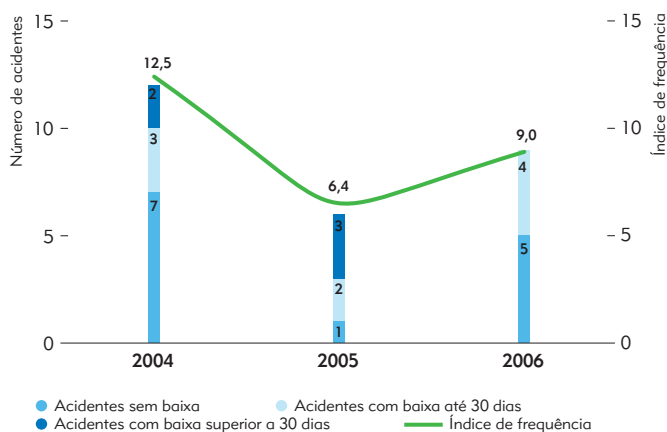
Tabela 10 – Sinistralidade

	Rede eléctrica		
	2004	2005	2006
Acidentes	12	6	9
Dias perdidos	488	540	307
Número médio de colaboradores	579	583	597
Número de horas trabalhadas	956 741	939 700	998 340

Os valores de 2006 incluem 4 acidentes com baixa. Dos 307 dias de baixa reportados a 2006, 249 são relativos a um acidente ocorrido em 2005.

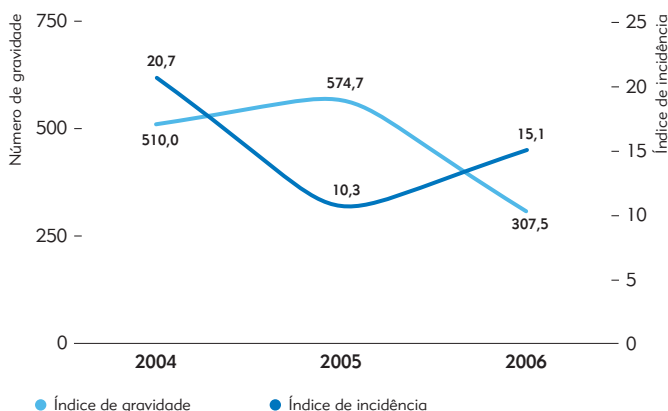
A não ocorrência de qualquer acidente de trabalho na rede de gás e o facto de nenhum dos acidentes que se verificaram na rede eléctrica ter ocasionado um período de baixa superior a 30 dias, constituem outros aspectos relevantes da sinistralidade em 2006.

Figura 45 – Índice de frequência de acidentes



Apesar do índice de frequência ter crescido de 2005 para 2006, devido ao aumento do número de acidentes de trabalho, o índice de gravidade decresceu devido ao menor número de dias de baixa registados em 2006.

Figura 46 – Índice de gravidade versus índice de incidência



Enquanto dono de obra, a rede eléctrica é responsável por assegurar que as empresas prestadoras de serviços garantem as condições de segurança em obra. Neste sentido, decidiu-se criar uma Comissão Técnica de Segurança no âmbito das actividades de projecto e construção de linhas e subestações. Participam nesta comissão colaboradores com responsabilidades e competências adequadas a avaliar situações, identificar causas, reavaliar riscos e propor soluções de melhoria, com o intuito de diminuir a sinistralidade verificada.

A ligeira subida da taxa geral de absentismo na rede eléctrica, de 2,7% para 2,8%, ficou a dever-se, essencialmente, a ausências por maternidade, de que se registou um maior número que em anos anteriores.

Já no que respeita à taxa reduzida, verificou-se um decréscimo bastante significativo devido à fraca incidência de períodos de baixa inferiores a 30 dias.

Tabela 11 – Taxas de absentismo

	Rede eléctrica			Rede de gás
	2004	2005	2006	2006 ¹
Taxa geral ²	3,0%	2,7%	2,8%	2,4%
Taxa reduzida ³	1,9%	2,5%	1,4%	–

¹De 26 de Setembro a 31 de Dezembro

²Taxa geral=[(Doença, Sinistro e Maternidade)+(Outras ausências remuneradas) + (Ausências não remuneradas)]/Horas teóricas

³Taxa reduzida=Taxa geral – Doenças e Acidentes de trabalho além de 30 dias

Relacionamento com as organizações representativas dos trabalhadores (LA4)

A REN baseia o relacionamento com os seus colaboradores no respeito pelos valores consagrados nas convenções da Organização Internacional do Trabalho, na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do disposto na legislação nacional do trabalho, reconhecendo, designadamente, o direito à livre associação e negociação colectiva.

Na rede eléctrica existe um Acordo Colectivo de Trabalho subscrito com as associações sindicais representativas dos trabalhadores, que contempla um conjunto de direitos e deveres no domínio laboral e abrange a totalidade dos colaboradores do quadro permanente.

As empresas da rede de gás não estão abrangidas por nenhuma Convenção Colectiva de Trabalho, aplicando-se o regime de Contrato Individual de Trabalho.

SOCIEDADE

CIDADANIA EMPRESARIAL

A missão de serviço público subjacente aos contratos de concessão outorgados pelo Estado Português, impõe à REN a assumpção de um conjunto vasto de responsabilidades, não apenas no que respeita à garantia do abastecimento e à fiabilidade e segurança das redes de transporte de energia, mas também ao nível do seu desempenho ambiental e social.

Neste contexto, as empresas do Grupo, no seu relacionamento com os agentes do mercado, estão vinculadas à observância dos princípios de imparcialidade, não discriminação e garantia de acesso às redes.

Estes princípios, entre outros, bem como os valores éticos que presidem ao relacionamento entre colaboradores e destes com terceiros, estão expressos no código de ética da rede eléctrica, documento publicado em finais de 2003 e que será objecto de revisão, num futuro próximo, para alargamento da sua aplicação a todo o Grupo.

A REN mantém uma cooperação activa com o Fórum BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, com participação em diversas das suas iniciativas.

Após a adesão, em 2005, ao movimento mundial United Nations Global Compact, iniciativa que procura contribuir para a construção de uma economia global mais sustentável, baseada em princípios universais relativos a direitos humanos, práticas laborais, preservação do ambiente e combate à corrupção, a REN constituiu-se, em 2006, como um dos membros fundadores da respectiva Rede Portuguesa.

Preocupada em manter o justo equilíbrio entre a sua actividade de interesse público, o bem-estar dos cidadãos e a preservação do meio envolvente, a REN publicou, já no início de 2007, novas declarações de política da qualidade, ambiente e segurança e de política de responsabilidade social, aplicáveis a todas as empresas do Grupo.

Estas declarações de política serão incluídas na agenda do diálogo institucional com os diversos grupos de partes interessadas, designadamente, os fornecedores, visando obter a sua adesão expressa. Reportar sobre os planos de acção para aplicação prática dos princípios inscritos nas declarações de política, ou para o seu aprofundamento, constitui, igualmente, um compromisso a curto prazo da REN no domínio da responsabilidade social.

Apesar de ter sido a Rede Eléctrica Nacional a aderir a estes organismos, com a constituição da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., a condição de membro ou aderente será futuramente assumida pela *holding*, abrangendo, assim, todas as empresas do Grupo.

No âmbito do sistema integrado de gestão da qualidade, ambiente e segurança da rede eléctrica são estabelecidos, anualmente, programas de gestão que fixam objectivos e metas naqueles três domínios. Esses programas são elaborados tendo em conta os resultados de uma sistemática e cuidada avaliação do risco nas diversas vertentes, efectuada não só na perspectiva da empresa e dos seus colaboradores mas, também, na perspectiva da comunidade e de outras partes interessadas.

Para o efeito, são igualmente definidos programas de monitorização que permitem analisar, medir e evidenciar o grau de cumprimento dos diversos requisitos, designadamente os decorrentes do procedimento de avaliação de impacte ambiental e das declarações de impacte ambiental relativos ao projecto e construção de novos empreendimentos.

▶ A partir de 2006, a Rede Eléctrica participou nos trabalhos para a constituição da Rede Portuguesa Global Compact, dinamizados pela APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial presidida por Mário Parra da Silva, cujo depoimento aqui se regista.



MÁRIO PARRA DA SILVA

Presidente da Direcção da APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial
e Chairman da RPGC – Rede Portuguesa Global Compact

Depoimento

O Global Compact (GC), em português traduzido por Pacto Global, foi lançado em Julho de 2000 pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, como um desafio aos líderes empresariais a assumirem um compromisso em relação a 9 princípios universais relacionados com direitos humanos, condições de trabalho e protecção ambiental. Mais tarde, seria acrescentado o 10º princípio sobre o combate à corrupção.

A designação “compact” enfatiza duas vertentes: o pacto e o contacto. Assim, o GC pretende ser simultaneamente um pacto em torno dos 10 princípios e uma rede de contactos entre as Organizações nele empenhadas.

É, antes de mais, uma iniciativa voluntária que procura fornecer um suporte de valores ao desenvolvimento sustentável e à boa cidadania,

através do empenhamento criativo da alta liderança das Organizações.

Hoje, tal como a REN, centenas das organizações de todas as regiões do mundo, aderiram ao Global Compact, trabalhando para promover os dez princípios internamente e nas suas redes de fornecedores e parceiros.

Acredito que a manifestação pública da adesão e empenhamento nos 10 princípios contribuirá, pelo exemplo, para que os valores neles consubstanciados sejam reconhecidos por um número cada vez mais alargado de Empresas, Organizações e Pessoas e sejam adoptados como princípios éticos essenciais à construção de uma sociedade melhor nos planos social e ambiental mas também no plano da competitividade e sucesso económico. Acredito que a prática dos 10 princípios reduz riscos operacionais, incrementa a motivação dos colaboradores, constrói melhores relações de confiança e parceria e melhora a imagem e a estima junto dos vários públicos. É, pois, um claro factor de sustentabilidade empresarial e, portanto, além de socialmente justa, economicamente vantajosa.

Para a implementação da estratégia de “networking”, a APEE, em consonância com o Gabinete do SG das Nações Unidas, animou a constituição da Rede Portuguesa Global Compact (RPGC), que procura reunir os membros aderentes aos 10 princípios com operações em Portugal. O objectivo primordial da Rede é tornar o Global Compact e os seus princípios uma parte integrante da estratégia das Organizações nos mercados em que operam, promovendo uma economia mais ética e sustentável.

Nas empresas de gás do Grupo REN, existem mecanismos similares. Apesar da perda da certificação dos sistemas de gestão implementados, devido ao processo de desafecção da GALP e integração na REN, ocorrido em Setembro de 2006, foi assumido o compromisso de prosseguir com as práticas de minimização de impactes ambientais, de racionalização dos recursos e de prevenção da poluição e respectiva monitorização e de incorporar e cumprir os princípios estabelecidos na declaração de política da qualidade, ambiente e segurança do Grupo (SO1).

APOIO À FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO

Como forma de apoio à formação de jovens universitários, a REN promove, desde há vários anos, diversas iniciativas no domínio técnico-científico e académico, com relevo para as temáticas da energia e do ambiente.

Merecem especial destaque o Prémio REN e o apoio concedido desde 2003, ao Programa Católica TOP+, da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, que premeia os alunos com um desempenho académico de excelência nos cursos de economia e gestão, através do pagamento das respectivas propinas durante um ano lectivo por parte das empresas patrocinadoras.

COOPERAÇÃO EXTERNA E PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS (4.13)

Em 2006, a rede eléctrica manteve uma intensa actividade de cooperação com a Red Eléctrica de España (REE), no âmbito do MIBEL, incidindo principalmente na área de planeamento da evolução do sistema eléctrico ibérico. Esta parceria visa a elaboração de estudos integrados de previsão da procura e da segurança de abastecimento a longo prazo. Foi decidido, também, o arranque em 2007 de um grupo de trabalho conjunto sobre sistemas de protecção, com particular incidência nas linhas de interligação (novas e existentes) dos dois países.

Ainda no plano da cooperação, e com vista a contribuir para o desenvolvimento dos sistemas de transporte e para a melhoria do seu desempenho técnico, a rede eléctrica participa em diversos organismos nacionais e internacionais, especialmente no seio da União Europeia, de que se salienta:

- AIB – Association of Issuing Bodies (Bélgica);
- APE – Associação Portuguesa de Energia (Portugal);
- APMG – Associação Portuguesa de Meteorologia e Geofísica (Portugal);
- CIGRÉ – Conseil International des Grandes Réseaux Electriques (França);
- CNA – Conselho Nacional da Água (Portugal);
- Conselho da Bacia dos Rios Internacionais (Portugal);
- ELECPOR – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico (Portugal);
- ETSO – European Transmission System Operators (Bélgica);
- EURELECTRIC – Union of the Electricity Industry (Bélgica);
- IESOE – Interconnexión de l'Electricité du Sud-Oest de l'Europe (Espanha);
- RECS – Renewable Energy Certificate System (Holanda);
- UCTE – Union for the Co-ordination of Transmission of Electricity (Bélgica);
- WEC – World Energy Council (Reino Unido).



Em 2006, a REN organizou, em Lisboa, a conferência de apresentação de resultados do ITOMS (International Transmission Operation & Maintenance Study).

Este exercício de *benchmarking* internacional, em que a REN participa desde 1997, envolveu, no último estudo, um universo de 26 empresas congéneres dos cinco continentes.

As conferências do ITOMS realizam-se em ciclos de 2 anos e incidem num estudo de comparação e debate sobre práticas e resultados técnico-económicos em matéria de operação e manutenção das redes de transporte.

No domínio do gás natural, é, igualmente, de referir a cooperação e a participação activa em organismos internacionais que as empresas concessionárias dos activos do gás assumiam (enquanto Transgás) antes da sua integração no Grupo REN, e que é previsível que mantenham. Esta cooperação materializou-se na participação e na organização de conferências e encontros, bem como na elaboração de relatórios e documentação técnica diversa:

- EGIG – European Gas pipeline Incident Data Group (Holanda);
- ESRA – European Safety and Reliability Association (Holanda);
- GIE – Gas Infrastructure Europe (Bélgica);
- IGU – International Gas Union (Suíça);
- NFPA – National Fire Protection Association (EUA);
- GIIIGNL – Groupe International des Importateurs de Gaz Naturel Liquéfié (França).

MECENATO CULTURAL E SOCIAL

A Rede Eléctrica garantiu, em 2006, o apoio a diversas actividades nos domínios cultural, desportivo, patrimonial e social, promovidos por organizações da sociedade civil ou entidades públicas.

Repetindo-se com regularidade, algumas destas iniciativas constituem já autênticas parcerias. O contributo para a sua concretização, a criação de relações de interlocução, empatia e confiança com públicos heterogéneos constituem a mais gratificante das recompensas para a empresa. Por outro lado, como contrapartida de alguns dos patrocínios, a empresa tem assegurado a existência de mecanismos que permitem a participação dos seus colaboradores.

Em 2006, a Rede Eléctrica apoiou mais de 85 entidades, de norte a sul do país, que promoveram iniciativas em vários domínios.

POLÍTICAS PÚBLICAS

No relacionamento com as diversas entidades institucionais e regulamentares do sector eléctrico, tem especial relevância a colaboração activa na elaboração e revisão dos regulamentos e no pacote legislativo do sector. Esta colaboração ocorre, quer de forma esporádica a pedido das entidades para questões concretas, quer mediante representação oficial da empresa, nomeadamente no Conselho Consultivo e Tarifário da ERSE, ou mesmo por cedência de quadros, como é o caso no Ministério da Economia e Inovação.

O envolvimento da REN incide sobre uma multiplicidade de temas e iniciativas como a construção do MIBEL, a harmonização de procedimentos de operação das redes a nível ibérico, a participação em colóquios nacionais e internacionais ou, ainda, a elaboração do Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte (PDIRT) e do Plano de Promoção do Desempenho Ambiental (PPDA) (SO5).

PUBLICAÇÕES

As principais publicações da rede eléctrica em 2006 foram:

- Relatório e Contas 2005 (português e inglês);
- Relatório de Qualidade de serviço 2005 (português e inglês);
- Plano de Investimentos 2006-2011;
- Plano de Promoção do Desempenho Ambiental 2006-2008;
- Caracterização da RNT em 31 de Dezembro de 2005;
- Caracterização das Interligações, em 31 de Dezembro de 2005;
- Sistema Electroprodutor – Informação mensal;
- Energia Eólica em Portugal 2005;
- Relatório Mensal de Monitorização da Procura;
- Mapa da Rede Nacional de Transporte 2006;
- Mapa da Rede Ibérica 2006.



ANEXOS

89	ANEXOS
90	Anexo 1 – Referências cruzadas – Directrizes GRI
96	Anexo 2 – Mapas das redes
100	Anexo 3 – Indicadores
104	Anexo 4 – Relatório de verificação

ANEXOS

ANEXO 1 – REFERÊNCIAS CRUZADAS – DIRECTRIZES GRI

Perfil

Ref.	Descrição	CG	Web	Papel	Página	Razão da omissão
Estratégia e análise						
1.1	Declaração do presidente		●	●	5	
1.2	Principais impactos, riscos e oportunidades	–	○	○	–	Não requerido no nível C
Perfil organizacional						
2.1	Nome	–	●	●	14	
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	–	●	●	14	
2.3	Estrutura operacional	–	●	●	14	
2.4	Localização da sede	–	●	●	14	
2.5	Países em que opera	–	●	●	14	
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	–	●	●	14	
2.7	Mercados servidos	–	●	●	14	
2.8	Dimensão	–	●	●	15	
2.9	Alterações significativas	–	●	●	15	
2.10	Prémios recebidos	–	●	●	15	
Parâmetros do relatório						
Perfil do relatório						
3.1	Período de reporte	–	●	●	15	
3.2	Data do relatório mais recente	–	●	●	15	
3.3	Ciclo de reporte	–	●	●	15	
3.4	Contactos	–	●	●	15	
Âmbito e limites do relatório						
3.5	Definição do conteúdo	–	●	●	16	
3.6	Limites	–	●	●	16	
3.7	Limitações específicas	–	●	●	16	
3.8	Base de reporte	–	●	●	16	
3.9	Técnicas de medição de dados	–	○	○	–	Não requerido no nível C
3.10	Reformulação de informações	–	●	●	16	
3.11	Mudanças significativas	–	●	●	16	
Índice de conteúdo GRI						
3.12	Tabela do índice GRI	–	●	●	17-90	
Verificação						
3.13	Verificação externa	–	●	●	17-104	
Governança, compromissos e relacionamento						
Governança						
4.1	Estrutura de governação	–	●	●	31	
4.2	Papel do presidente	–	●	●	30	
4.3	Administradores independentes e/ou não-executivos	–	●	●	30	
4.4	Mecanismos de comunicação com accionistas e empregados	–	●	●	31	
4.5	Relação entre remuneração e desempenho	–	○	○	–	Não requerido no nível C
4.6	Conflito de interesses	–	○	○	–	Não requerido no nível C
4.7	Qualificações e especializações dos administradores	–	○	○	–	Não requerido no nível C

Perfil (continuação)

Ref.	Descrição	CG	Web	Papel	Página	Razão da omissão
4.8	Declarações de missão, valores, códigos de conduta e princípios	–	●	●	20	
4.9	Procedimentos de monitorização do desempenho económico, ambiental e social	–	○	○	–	Não requerido no nível C
4.10	Processos para avaliação do desempenho da administração	–	○	○	–	Não requerido no nível C
Compromissos com iniciativas externas						
4.11	Aplicação do princípio da precaução	7	○	○	–	Não requerido no nível C
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas que a organização subscreva	–	○	○	–	Não requerido no nível C
4.13	Participação em associações e/ou organismos nacionais/internacionais	–	●	●	86	
Relacionamento com as partes interessadas						
4.14	Lista das partes interessadas	–	●	●	34	
4.15	Base para identificação e selecção das partes interessadas	–	●	●	34	
4.16	Abordagens do relacionamento com as partes interessadas	–	○	○	–	Não requerido no nível C
4.17	Temas e preocupações das partes interessadas e respectiva resposta	–	○	○	–	Não requerido no nível C

Desempenho económico

Ref.	Descrição	Tipo	CG	Web	Papel	Página	Razão da omissão
Desempenho económico							
EC1	Valor económico directo gerado e distribuído	E	–	●	●	46	
EC2	Implicações financeiras das alterações climáticas	E	–	●	○	–	
EC3	Cobertura das obrigações	E	–	●	●	54	
EC4	Ajuda financeira recebida do governo	E	–	●	○	–	
Presença no mercado							
EC5	Rácio salário mais baixo/salário mínimo nacional	A	–	●	○	–	
EC6	Políticas, práticas e percentagem dos custos com fornecedores locais	E	–	●	○	–	
EC7	Procedimentos de contratação local e percentagem de gestores séniores contratados localmente	E	–	●	○	–	
Impactes económicos indirectos							
EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços para benefício público	E	–	○	○	–	Sem relevância
EC9	Impactes económicos indirectos	A	–	●	●	54	

Desempenho ambiental

Ref.	Descrição	Tipo	CG	Web	Papel	Página	Razão da omissão
Materiais							
EN1	Consumo de materiais	E		●	○	–	
EN2	Percentagem de materiais reciclados utilizados	E	8+9	●	○	–	
Energia							
EN3	Consumo directo de energia	E		●	○	–	
EN4	Consumo indirecto de energia	E		●	○	–	
EN5	Conservação de energia e melhoria de eficiência	A	8+9	●	○	–	
EN6	Iniciativas para aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes e reduções alcançadas	A	8+9	○	○	–	Sem relevância
EN7	Redução do consumo indirecto de energia	A	8+9	●	○	–	
Água							
EN8	Consumo total de água	E		●	○	–	
EN9	Afectação de recursos hídricos por extracção de água	A		○	○	–	Sem relevância
EN10	Água reciclada e reutilizada	A	8+9	○	○	–	Sem relevância

Desempenho ambiental (Continuação)

Ref.	Descrição	Tipo	CG	Web	Papel	Página	Razão da omissão
Biodiversidade							
EN11	Terrenos em áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade	E		●	●	68	
EN12	Impactes significativos sobre áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade	E		●	●	68	
EN13	Habitats protegidos ou recuperados	A	8	●	●	68	
EN14	Gestão de impactes na biodiversidade	A	8	●	●	68	
EN15	Número de espécies referidas na lista IUCN	A		●	○		
Emissões, efluentes e resíduos							
EN16	Emissões directas e indirectas de gases com efeito de estufa	E		●	●	66	
EN17	Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa	E		●	●	66	
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	A	8+9	●	●	67	
EN19	Emissões de gases delectores da camada de ozono	E		○	○	–	Sem relevância
EN20	Emissões de NOx, SOx e outros poluentes	E		○	○	–	Sem materialidade
EN21	Rejeições de águas residuais	E	8	○	○	–	Sem relevância
EN22	Produção de resíduos por tipo e destino final	E	8	●	●	67	
EN23	Ocorrências de derrames em actividades	E		●	●	75	
EN24	Produção de resíduos segundo a Convenção de Basileia	A		●	○	–	
EN25	Afectação de recursos hídricos por rejeição de águas residuais	A		○	○	–	Sem relevância
Produtos e serviços							
EN26	Iniciativas para avaliar e mitigar impactes ambientais	E	8+9	●	●	64	
EN27	Produtos vendidos e embalagens recuperadas	E	8+9	○	○	–	Sem relevância
Conformidade							
EN28	Processos e multas por incumprimento de legislação sobre assuntos ambientais	E		●	●	75	
Transporte							
EN29	Impactes ambientais resultantes do transporte	A		○	○	–	Sem materialidade
Geral							
EN30	Custos e investimentos com protecção ambiental	A	8	●	●	75	

Desempenho social

Ref.	Descrição	Tipo	CG	Web	Papel	Página	Razão da omissão
Práticas laborais							
Emprego							
LA1	Efectivos por tipo de emprego, contrato e região	E		●	●	78	
LA2	Rotatividade por faixa etária, género e região	E	6	●	○	–	
LA3	Benefícios para trabalhadores a tempo inteiro	A		●	○	–	
Relações trabalho/empresa							
LA4	Trabalhadores abrangidos por acordos de negociação colectiva	E	3	●	●	84	
LA5	Prazos mínimos de aviso prévio de mudanças operacionais	E	3	●	○	–	
Saúde e segurança no trabalho							
LA6	Trabalhadores representados em comissões de segurança e saúde ocupacional	A		●	○	–	
LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados por região	E		●	●	83	
LA8	Programas relacionados com doenças graves	E		●	○	–	
LA9	Segurança e saúde em acordos formais com sindicatos	A		●	○	–	

Desempenho social (Continuação)

Ref.	Descrição	Tipo	CG	Web	Papel	Página	Razão da omissão
Formação e educação							
LA10	Formação anual por trabalhador	E		●	●	80	
LA11	Programas de gestão de competências	A		●	○	–	
LA12	Trabalhadores com avaliação de desempenho e desenvolvimento de carreira	A		●	○	–	
Diversidade e igualdade de oportunidades							
LA13	Efectivos por indicadores de diversidade	E	6	●	●	79	
LA14	Razão do salário base entre homens e mulheres por categoria	E	6	●	●	79	
Direitos humanos							
Práticas de investimento e de processos de compra							
HR1	Acordos de investimento com considerações sobre direitos humanos	E	1+2	●	○	–	
HR2	Fornecedores avaliados quanto a direitos humanos	E	2	●	○	–	
HR3	Formação dos trabalhadores em direitos humanos	A	1	●	○	–	
Não-discriminação							
HR4	Casos de discriminação	E	6	○	○	–	Sem relevância
Liberdade de associação e negociação colectiva							
HR5	Risco de liberdade de associação e negociação colectiva	E	3	○	○	–	Sem relevância
Trabalho infantil							
HR6	Risco de trabalho infantil	E	5	○	○	–	Sem relevância
Trabalho forçado							
HR7	Risco de trabalho forçado	E	4	○	○	–	Sem relevância
Práticas de segurança							
HR8	Pessoal de segurança formado em direitos humanos	A	2	○	○	–	Sem relevância
Direitos indígenas							
HR9	Casos de violação de direitos de povos indígenas	A	1	○	○	–	Sem relevância
Sociedade							
Comunidade							
SO1	Gestão de impactes nas comunidades	E		●	●	86	
Corrupção							
SO2	Avaliação de riscos de corrupção	E	10	●	○	–	
SO3	Formação dos trabalhadores em práticas anti-corrupção	E	10	●	○	–	
SO4	Resposta a casos de corrupção	E	10	○	○	–	Sem materialidade
Políticas públicas							
SO5	Posições sobre políticas públicas e prática de lóbingue	E		●	●	87	
SO6	Financiamento de partidos políticos	A		○	○	–	Sem relevância
Concorrência desleal							
SO7	Acções judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados	A		○	○	–	Sem relevância
Conformidade							
SO8	Multas e outras sanções por incumprimento legal	E		●	○	–	
Responsabilidade pelo produto							
Saúde e segurança do cliente							
PR1	Saúde e segurança relacionada com os produtos e serviços	E		●	●	81	
PR2	Casos de incumprimento legal relacionados com impactes dos produtos e serviços na saúde e segurança	A		●	○	–	

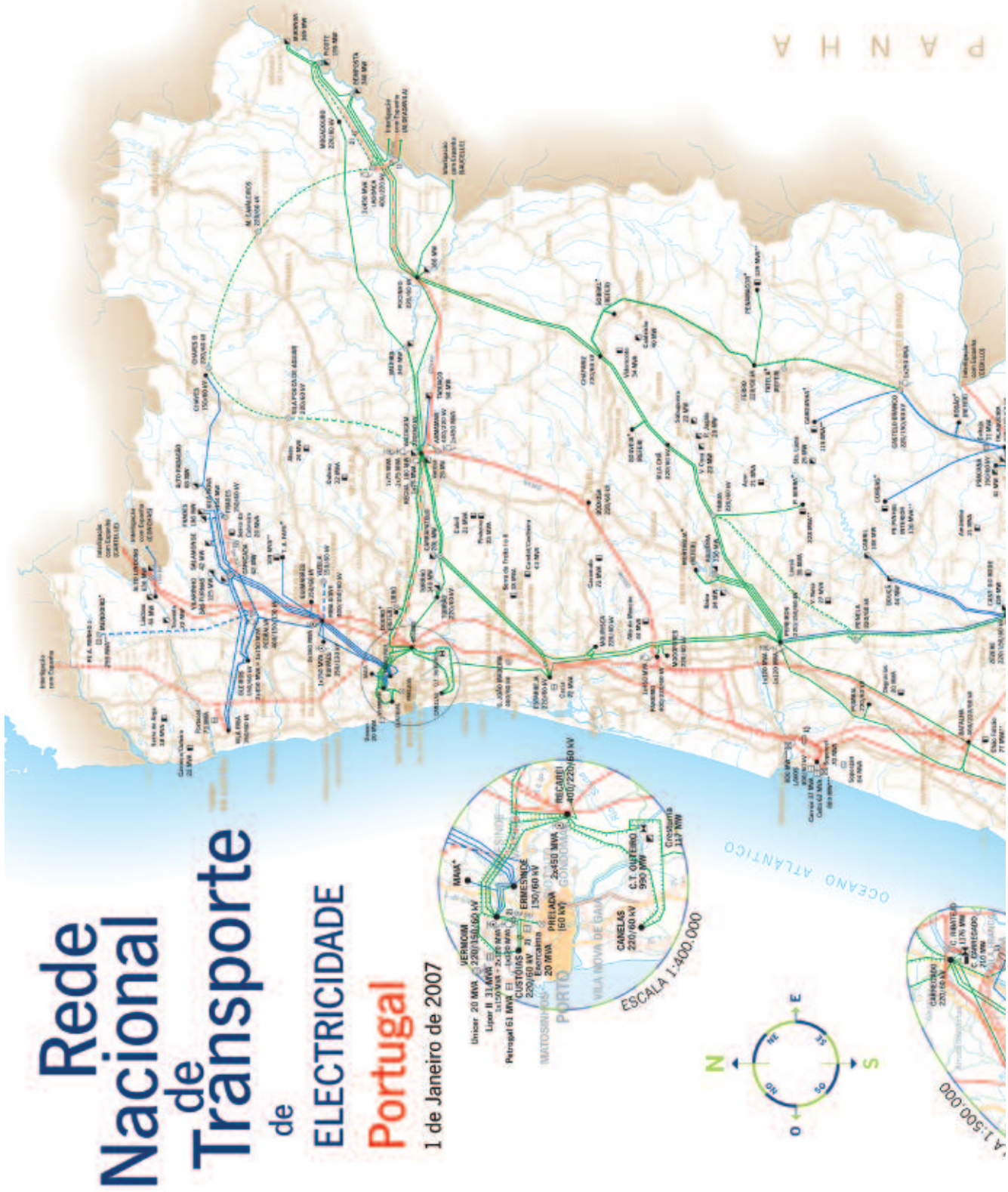
Desempenho social (Continuação)

Ref.	Descrição	Tipo	CG	Web	Papel	Página	Razão da omissão
Rotulagem de produtos e serviços							
PR3	Informação sobre produtos e serviços	E		○	○	–	Sem relevância
PR4	Casos de incumprimento legal relacionados com rotulagem	A		○	○	–	Sem relevância
PR5	Satisfação do cliente	A		○	○	–	Não disponível
Comunicações de marketing							
PR6	Leis, normas e códigos relacionados com comunicações de marketing	E		○	○	–	Sem relevância
PR7	Casos de incumprimento legal relacionados comunicações de marketing	A		○	○	–	Sem relevância
Privacidade do cliente							
PR8	Reclamações por violação da privacidade	A		○	○	–	Sem relevância
Conformidade							
PR9	Multas por incumprimento legal relacionado com a prestação e o uso dos produtos e serviços	E		●	○	–	

GRI – Global Reporting Initiative; GC – Global Compact – Indica-se o número do princípio associado ao tópico das directrizes GRI

Reporte dos indicadores – ● reportado ◐ Parcialmente reportado ○ Não reportado







REN-Gasodutos, S.A.

Estrada Nacional 116,

2674 505 Bucelas

Tel. 21 969 8200

Fax 21 968 7362

www.ren.pt

Design, Produção e Mapa de Portugal © CLIPARTE, LDA
 RITON: © REN - Gestores, S.A.
 © CLIPARTE Design e Mapas Turísticos, Lda
 Largo Sarmão Duro, 2 E 1509 552 6800
 Tel. 21 772 31 38 Fax: 21 772 31 28
 email: map@cliparte.pt www.cliparte.pt



ESCALA 1:1 000 000



ANEXO 3 – INDICADORES – DEFINIÇÕES

Indicadores económicos

Ref.	Descrição	Definição
EC1	Criação e distribuição de valor	Valor económico directo criado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de colaboradores, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos a investidores e governos.
	Valor criado	Valor acrescentado líquido deduzido de impostos indirectos, proveitos líquidos não inerentes ao VAB, proveitos financeiros e resultados extraordinários, incluindo-se os outros custos e perdas.
	Margem bruta	Total de proveitos operacionais, menos custos de aquisição.
	Valor acrescentado bruto (VAB)	Valor criado pela actividade da empresa ao longo do ano, sendo calculado através da margem bruta, deduzida de fornecimentos e serviços externos, impostos indirectos e outros proveitos não inerentes ao valor acrescentado pela empresa.
	Valor acrescentado líquido (VAL)	Valor acrescentado bruto, líquido de amortizações e provisões.
	Valor distribuído	Montante total distribuído a trabalhadores e corpos gerentes, accionistas, instituições financeiras, Estado e comunidade.
	Trabalhadores e corpos gerentes	Renumerações e encargos sociais relativos aos colaboradores e membros dos órgãos sociais, assim como distribuições aos investidores, a pagar no ano seguinte.
	Accionistas	Total de dividendos (distribuição aos investidores, a pagar no ano seguinte) e resultados retidos (resultados líquidos sem dividendos nem participações distribuídas aos trabalhadores).
	Instituições financeiras	Total de juros suportados pela empresa, relativos a instituições financeiras.
	Estado	Total de impostos pagos, incluindo imposto sobre o rendimento do exercício.
	Comunidade	Total de donativos entregues à comunidade, sob a forma de mecenato cultural e acções de apoio a actividades de natureza cultural, científica, tecnológica e social, relevantes para a sociedade.
EC3	Segurança na reforma	Relação entre as dotações da REN para um fundo autónomo e as responsabilidades calculadas periodicamente.
EC9	Impactes económicos indirectos	Enumeração e descrição de impactos económicos indirectos significativos, incluindo a sua extensão.

Indicadores ambientais

Ref.	Descrição	Definição
EN11	Terrenos em áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade	Extensão de linhas que atravessam áreas protegidas (englobando as seguintes categorias: Parque nacional, Reserva natural, Parque natural e Monumento natural segundo DL N.º19/93, de 23 de Janeiro), Sítios da Rede Natura 2000 (definidos à data de 27/09/2004) e Zonas de Protecção Especial) e área das subestações localizada nas áreas sensíveis supra identificadas.

Indicadores ambientais (continuação)

Ref.	Descrição	Definição
EN12	Impactes significativos sobre áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade	Descrição dos principais impactes sobre a biodiversidade associados às actividades de construção de linhas e subestações da rede nacional de transporte.
EN13	Habitats protegidos ou recuperados	Descrição das acções desenvolvidas para a conservação da natureza e que incluem a gestão de habitats.
EN14	Gestão de impactes na biodiversidade	Objectivos, programas e metas para proteger e restaurar ecossistemas e espécies nativas em áreas degradadas.
EN16	Emissões directas e indirectas de gases com efeito de estufa	Quantidade total de emissões de gases com efeito de estufa, emitidos directamente (SF ₆ usado como isolador dieléctrico) e emitidos indirectamente (através do consumo de electricidade e das perdas na rede).
EN17	Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa	Emissões indirectas de CO ₂ , associadas à utilização do transporte automóvel para deslocações em serviço.
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	Descrição das iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, directas e indirectas, associadas à actividade da Rede Eléctrica Nacional.
EN22	Produção de resíduos por tipo e destino final	Quantidade total de resíduos por tipo (resíduos perigosos e não perigosos de acordo com a Portaria 209/2004 de 3 de Março que aprovou a lista europeia de resíduos) e por destino final (eliminação e valorização).
EN23	Ocorrências de derrames em actividades	Número total de registos de ocorrências relacionadas com derrames de produtos químicos, óleos ou combustíveis no solo ou na água.
EN26	Iniciativas para avaliar e mitigar impactes ambientais	Avaliação de impactes efectuada no âmbito do cumprimento da legislação e da avaliação de significância efectuada no âmbito da vertente ambiental do sistema integrado de gestão.
EN28	Processos e multas por incumprimento de legislação sobre assuntos ambientais aplicável	Identificação de processos de contra-ordenação e notificação apresentados por entidades externas à Rede Eléctrica Nacional.
EN30	Custos e investimentos com protecção ambiental	Custos e proveitos anuais considerados de índole ambiental.

Indicadores sociais

Ref.	Descrição	Definição
LA1	Efectivos por tipo de emprego, contrato e região	O tipo de emprego é a tempo inteiro e a tempo parcial. O tipo de contrato é sem termo (quadro permanente) e a termo certo. As regiões são as do território de Portugal continental.
LA4	Trabalhadores abrangidos por acordos de negociação colectiva	Percentagem do total de trabalhadores abrangidos pelo acordo subscrito com as associações sindicais (rede eléctrica).
LA7	Taxa geral de absentismo	Relação entre a soma das ausências remuneradas – por doença, sinistro, maternidade e outras razões – com as ausências não remuneradas, em relação ao total de horas teóricas.
LA10	Formação anual por trabalhador	Número médio de horas de formação realizado por ano, por empregado, incluindo formação interna e externa.
LA13	Efectivos por indicadores de diversidade	Para os grupos gestão de topo, dirigentes e trabalhadores, contagem por género e por faixa etária.
LA14	Razão do salário base entre homens e mulheres por categoria	Não existe diferenciação salarial entre homens e mulheres aquando da contratação.
SO1	Gestão de impactes nas comunidades	Identificação dos instrumentos para a gestão de impactes.
SO5	Posições sobre políticas públicas e prática de lóbingue	Participação activa na elaboração e revisão dos regulamentos e no pacote legislativo do sector.
PR1	Saúde e segurança relacionada com os produtos e serviços	Identificação de perigos e avaliação de riscos e respectiva identificação de acções de minimização.

ANEXO 3 – INDICADORES – DADOS

Indicadores económicos

Ref.	Descrição	Unidade	2004	2005	2006
EC1	Valor económico directo gerado e distribuído	M€	151,2	205,7	727,7
	Margem bruta	M€	257,5	298,5	383,0
	Valor acrescentado bruto (VAB)	M€	234,4	267,4	323,3
	Valor acrescentado líquido (VAL)	M€	153	169,3	176,8
	Trabalhadores e corpos gerentes	M€	31,1	33,9	38,8
	Accionistas	M€	67,7	109	548,3
	Instituições financeiras	M€	25,8	30,4	45,9
	Estado	M€	25,8	31,3	93,9
	Comunidade	M€	0,7	1	0,8
EC3	Cobertura das obrigações	–	–	7,20%	5,10%
EC9	Impactes económicos indirectos		Informação qualitativa		

Indicadores ambientais

Ref.	Descrição	Unidade	2004	2005	2006
EN11	Terrenos em áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade				
	Comprimento das linhas em áreas protegidas ou com elevado valor para a biodiversidade	km	–	814	865
	Percentagem do total das linhas	–	–	13%	12%
	Área das subestações em áreas protegidas ou com elevado valor para a biodiversidade	km ²	–	0,3	0,3
	Percentagem do total das subestações	–	–	5%	5%
EN12	Impactes significativos sobre áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade		Informação qualitativa		
EN13	Habitats protegidos ou recuperados		Informação qualitativa		
EN14	Gestão de impactes na biodiversidade		Informação qualitativa		
EN16	Emissões directas e indirectas de gases com efeito de estufa	tCO _{2eq}	299 113	295 407	268 082
EN17	Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa	tCO _{2eq}	1 112	1 208	1 327
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa		Informação qualitativa		
EN22	Quantidade total de resíduos não perigosos	t	8 764	13 153	14 430
	Quantidade total de resíduos perigosos	t	426	355	666
	Quantidade total de resíduos valorizados	t	9 000	13 235	13 719
	Quantidade total de resíduos eliminados	t	186	273	1 377
	Quantidade total de resíduos armazenados	t	4	0	0
EN23	Ocorrências de derrames em actividades		7	3	10
EN26	Iniciativas para avaliar e mitigar impactes ambientais		Informação qualitativa		
EN28	Processos e multas por incumprimento de legislação sobre assuntos ambientais aplicável		1	4	0
EN30	Custos e investimentos com protecção ambiental	k€	1 606	4 420	3 077

Indicadores sociais

Ref.	Descrição	Unidade	2004	2005	Electricidade	Gás
LA1	Efectivos por tipo de emprego, contrato e região				2006	
	Total de efectivos		576	584	607	187
	Por tipo de emprego (a tempo inteiro)		576	584	607	187

Indicadores sociais (continuação)

Ref.	Descrição	Unidade	2004	2005	Electricidade	Gás
					2006	2006
	Por contrato de trabalho					
	Quadro permanente		574	574	585	185
	Contrato a termo		2	10	22	2
	Por região					
	Norte				110	15
	Centro				35	22
	Lisboa				447	111
	Alentejo				7	39
	Algarve				8	
LA4	Trabalhadores abrangidos por acordos de negociação colectiva		100%	100%	100%	0%
LA7	Sinistralidade, dias perdidos, absentismo e óbitos					
	Sinistralidade					
	Número de acidentes com e sem baixa		12	6	9	0
	Índice de frequência		12,5	6,4	9	
	Índice de gravidade		510,1	574,7	307,5	
	Índice de incidência		20,7	10,3	15,1	
	Número de dias perdidos		488	540	307	
	Número médio trabalhadores		579	583	597	
	Número de horas trabalhadas		956 741	939 700	998 340	
	Taxa geral de absentismo		3,0%	2,7%	2,8%	2,4%
LA10	Formação anual por trabalhador					
	Dirigentes	Horas	35,74	17,32	6,57	4,33
	Quadros superiores	Horas	46,12	15,61	21,41	6,53
	Quadros médios	Horas	34,41	11,24	4,66	5,32
	Profissionais altamente qualificados e qualificados	Horas	21,79	4,77	4,47	11,34
	Profissionais semiquaificados	Horas	5,36	0,72	0,18	0
LA13	Efectivos por indicadores de diversidade					
	Gestão de topo					
	Homens		100%	100%	100%	
	Mulheres		0%	0%	0%	
	Menos de 30 anos		0%	0%	0%	
	de 30 a 50 anos		20%	20%	20%	
	Mais de 50 anos		80%	80%	80%	
	Dirigentes					
	Homens		88%	88%	88%	
	Mulheres		12%	12%	12%	
	Menos de 30 anos		0%	0%	0%	
	de 30 a 50 anos		53%	41%	29%	
	Mais de 50 anos		47%	59%	71%	
	Trabalhadores					
	Homens		81%	80%	80%	
	Mulheres		19%	20%	20%	
	Menos de 30 anos		14%	13%	12%	
	de 30 a 50 anos		51%	49%	45%	
	Mais de 50 anos		35%	38%	43%	
LA14	Razão do salário base entre homens e mulheres por categoria				Informação qualitativa	
SO1	Gestão de impactes nas comunidades				Informação qualitativa	
SO5	Posições sobre políticas públicas e prática de lóbingue				Informação qualitativa	
PR1	Saúde e segurança relacionada com os produtos e serviços				Informação qualitativa	



Ao Conselho de Administração da
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

**PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.**
Palácio Sottomayor
Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1050-217 Lisboa
Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 213 599 999

Relatório de verificação independente do Relatório de Sustentabilidade de 2006

Introdução

Fomos solicitados pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN), para procedermos à verificação independente do “Relatório de Sustentabilidade 2006 - Versão Condensada” (Relatório), no que se refere a informação qualitativa e quantitativa de desempenho económico, ambiental e social, referente aos indicadores listados no “Anexo III- Indicadores – Dados” a qual foi preparada por referência aos critérios de avaliação contidos no “Anexo III – Indicadores – Definições”.

Responsabilidades

O Conselho de Administração da REN é responsável pela preparação do Relatório e divulgação da informação de desempenho apresentada e seus critérios de avaliação bem como pelos sistemas de controlo interno, processos de recolha, agregação, validação e relato da mesma. A nossa responsabilidade consiste na elaboração de um relatório contendo o nosso parecer sobre a adequação daquela informação de desempenho baseado nos procedimentos de verificação independente que efectuámos.

Âmbito

Os nossos procedimentos de revisão foram planeados e executados de acordo com o *International Standard on Assurance Engagements 3000* (ISAE 3000), de forma a obter um grau moderado de segurança sobre a adequação da informação de desempenho supracitada bem como dos sistemas e processos que lhe servem de suporte.

Relativamente à verificação da auto avaliação feita pela gestão dos níveis de conformidade do *Global Reporting Initiative* (GRI) G3, tendo por base o *GRI's Reporting Framework Application Levels*, o nosso trabalho limitou-se a verificar a consistência com os requisitos no que respeita à existência de dados e informação mas não à qualidade ou veracidade dos mesmos.

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Nesta verificação independente, os nossos procedimentos consistiram em: (i) identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social, (ii) testar a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, (iii) confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho, (iv) executar, numa base de amostra, certos procedimentos de consubstanciação da informação, e (v) verificar a existência de dados e informação requeridos para atingir o nível C, auto declarado pela REN, no Relatório.

Conclusões

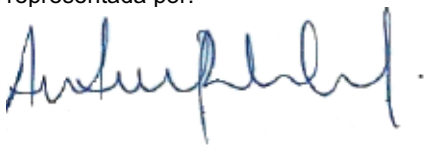
Com base no trabalho efectuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato da informação verificada, não estão a funcionar como forma a que a informação de desempenho referida não corresponda a uma apresentação apropriada, em todos os aspectos relevantes.

Tendo por base os pressupostos assumidos no âmbito, concluímos que o Relatório inclui os dados e informação requeridas para o nível C previsto no GRI3.

Os dados financeiros foram extraídos do Relatório e Contas 2006, o qual inclui o nosso Relatório de Auditoria.

Lisboa, 6 de Junho de 2007

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda.
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, ROC

EDIÇÃO

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
Av. Estados Unidos da América, 55
1749-061 Lisboa
Tel.: 21 001 35 00
Fax: 21 001 33 10
www.ren.pt

COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO

Divisão de Comunicação e Imagem

COORDENAÇÃO DA ELABORAÇÃO

Albino Marques, Alexandra Martins, António Cordeiro,
Carlos Lima, Carlos Pedro, Costa Martins, Ferreira
Marques, Francisco Parada, Isabel Abreu, Isabel
Apolinário, José Peralta, Lacerda Nobre, Luís Bento,
Margarida Guerreiro, Rodrigues da Silva, Sofia Batista,
Vaz Pinto, Vicente Martins.

CONCEPÇÃO, DESIGN E PRODUÇÃO GRÁFICA

PLINFO Informação
Tel.: 21 793 62 65
plinfo@plinfo.pt
www.plinfo.pt

FOTOGRAFIA

Fototeca REN
Carlos Noronha
Adelino Oliveira

TIRAGEM

1 500 exemplares

ISSN

1646-771X

DEPÓSITO LEGAL

260907/07

NOTAS

